Ata nº. 5 – 19/12/2018

Aos dezanove dias do mês de dezembro de 2018, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do Centro Cultural, pelas 09:00 horas e com a seguinte ordem de trabalhos: ----------

PONTO 1 - Aprovação da Ata da sessão anterior; ----------

PONTO 2 - Informação prestada pelo Senhor Presidente da Câmara; ----------

PONTO 3 - Liquidação da Sociedade MARC, SA. Ativo superveniente partilha adicional. Informação/proposta nº43/GNE/2018; ----------

PONTO 4 - Fundação Nadir Afonso – Investimento total da operação e respetiva comparticipação financeira. Informação nº 63/DGF/2018; ----------

PONTO 5 - Modificação por revisão orçamental aos documentos previsionais – 2018. Informação/proposta nº 68/GNE/18; ----------

PONTO 6 - Aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2019. Aprovação do Mapa de Pessoal, ao abrigo da Lei 12-A/2008, de 27 de fevereiro. – Versão definitiva. Proposta nº93/GAP/2018; ----------

PONTO 7 - Extinção do direito de superfície destinado à conceção, construção, instalação e exploração de um "Parque Aventura", na Quinta do Rebentão. – Revogação do contrato de concessão de benefícios tributários municipais, relativo à classificação de projetos de interesse municipal (PIM). Requerente: NATURTHOUGHTS – Turismo de Natureza, Lda. Informação/proposta n.º 53/GNE/2018; ----------

PONTO 8 - Fixação do Imposto Municipal de "Derrama" referente a 2018 e a cobrar em 2019. Proposta nº 75/GAP/2018; ----------

PONTO 9 - Definição da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis a liquidar no Exercício Económico de 2019. Proposta nº 77/GAP/2018; ----------

PONTO 10 - Participação variável no IRS/ Definição da taxa de IRS a fixar para 2019. Proposta Nº 79/GAP/2018; ----------

PONTO 11 - Prestação de serviços de Auditoria Financeira – Certificação legal de Contas. Informação n.º 24/SC/2018; ----------

PONTO 12. Extinção da Associação dos Concelhos e Municípios Ribeirinhos do Rio Tâmega. Deliberação dos Órgãos Municipais. Proposta n.º 76/GAP/2018; ----------

PONTO 13 - Projeto de alteração do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança. Informação nº06/AM/2018; ----------

PONTO 14 - Celebração de Contrato de Comodato entre o Município de Chaves e a Junta de Freguesia de S. Pedro de Agostem. Proposta 88/GAPV/18; ----------

PONTO 15 - Aprovação de Matriz de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Chaves e a Freguesia de Ervededo. Proposta n.º 89/GAP/2018; ----------

PONTO 16 - Atribuição de apoio financeiro relativo ao ano letivo 2018/2019 à Junta de Freguesia de Santo Estevão. Proposta nº 94/GAP/18; ----------

PONTO 17 - Atribuição de apoio financeiro às Juntas de Freguesias do Concelho de Chaves, com escolas do 1º ciclo e jardins-de-infância, para expediente e limpeza e outras despesas - ano letivo 2018/2019. Informação nº240/SE/nº101/2018; ----------

PONTO 18 - EHATB, EIM, SA – "Relatório de Execução Orçamental – 2º. Trimestre" e informação sobre a situação económica e financeira – 1.º semestre" reportados a 30 de junho de 2018. oficio 1126/2018 da EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA, de 19/09/2018; ----------

PONTO 19 - Análise do 9º relatório semestral de execução do projeto de investimento "Preparação e Conservação de Frutas por outros processos" classificado como PIM" – requerente: Isabel Grilo Unipessoal, Lda. - Morada: Rua das Novas Tecnologias, Parque Empresarial de Outeiro Seco, 5400-885 Outeiro Seco – CHV Informação do Chefe de Divisão Arq. Rodrigo Moreira, de 08-11-2018; ----------

PONTO 20 - Análise do 1º relatório semestral de execução do projeto de investimento Construção de Piscinas e Equipamento de Apoio "classificado como PIM" – Requerente: António& Liliana Rodrigues, Lda., Morada: Av. Faria Morais n.º 1, 5425-315 Vidago - Informação nº91/DSC/2018, do Chefe de Divisão Arq. Rodrigo Moreira de 09.10.2018; ----------

PONTO 21 - Análise do 2º relatório semestral de execução do projeto de investimento "Construção de Piscinas e Equipamento de Apoio" classificado como PIM" – Requerente: António & Liliana Rodrigues Lda. – Morada: Av. Faria Morais n.1 5425 – Vidago – Informação nº 115/DSC/18, do Chefe de Divisão, Arq. Rodrigo Moreira de 04.12.2018; ----------

PONTO 22 - Projeto de Interesse Municipal – PIM - contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Beneficiária: Hotel Premium Chaves, Lda. (anteriormente denominada Geatlabour, Lda.). Informação/proposta nº 47/2018; ----------

PONTO 23 - Demissão da qualidade de membro da Associação Qualifica / Origine Portugal por iniciativa do Município de Chaves. Informação/proposta nº 93/DSC/2018; ----------

PONTO 24 - Projeto de Regulamento do Mercado Local de Produtores de Chaves. Informação/proposta nº 117/DSC/2018; ----------

PONTO 25 - Certidão de Reabilitação para efeitos de isenção de IMI e IMT. Informação nº266/DSCH/18 - Técnico: Artur Lopes Baltazar, Eng.º Civil; ----------

PONTO 26 - Pedido de certidão para efeitos de isenção de IMI e IMT - Informação nº269/DSCH/18 - Técnico: Artur Lopes Baltazar, Eng.º Civil; ----------

PONTO 27 - Pedido de certidão reabilitação urbana - artº45 do EBF, IMI/IMT - Informação nº313/DSCH/18 técnico: Artur Lopes Baltazar, Eng.º Civil; ----------

PONTO 28 - Certidão de reabilitação para efeitos de isenção de IMI e IMT – Informação nº382/DSCH/18 – Técnico: Artur Lopes Baltazar, Eng. Civil; ----------

PONTO 29 - Certidão de reabilitação para efeitos de isenção de IMI e IMT - Informação nº368/DSCH/18 - Técnico: Artur Lopes Baltazar, Eng.º Civil; ----------

PONTO 30 - Colocação de sinalização de trânsito – Processo n.º 688/18 – Junta de Freguesia de São Pedro de Agostém – Rua do Freixo, Vila Nova, Freguesia de São Pedro de Agostém – Informação da Divisão de Projetos e Mobilidade do Sr. Eng.º Bruno Rua datada de 24.09.2018; ----------

PONTO 31 - Colocação de lombas redutoras de velocidade – Processo n.º 689/18 – Junta de Freguesia de São Pedro de Agostém – Urbanização Quinta da Rainha, Vila Nova de Veiga, Freguesia de São Pedro de Agostém – Informação da Divisão de Projetos e Mobilidade do Sr. Eng.º Bruno Rua datada de 26.09.2018; ----------

PONTO 32 - Colocação de sinalização de trânsito – Processo n.º 691/18 – Junta de Freguesia de São Pedro de Agostém – Paradela de Veiga, Freguesia de São Pedro de Agostem - Informação da Divisão de Projetos e Mobilidade do Sr. Eng.º Bruno Rua datada de 26.09.2018; ----------

PONTO 33 - Colocação de sinalização de trânsito – Processo n.º 686/18 – Junta de Freguesia de São Pedro d e Agostém – Agostém, Freguesia de São Pedro de Agostém – Informação da Divisão de Projetos e Mobilidade do Sr. Eng.º Bruno Rua datada de 21.09.2018; ----------

PONTO 34 - Proposta para a melhoria das condições de segurança na paragem de veículos de transporte coletivo de passageiros, existente na EM-502, em Santo António de Monforte – Informação da Divisão de Projetos e Mobilidade do Sr. Eng.º Guilherme Tomaz datada de 02.10.2018; ----------

PONTO 35 - Pedido de colocação de sinalização de proibição de estacionamento na via de acesso ao Edifício Alemanha – Processo n.º 344/18 – João Medeiros – Funerária Unipessoal Lda – Cinochaves, Freguesia de Santa Maria Maior –Informação da Divisão de Projetos e Mobilidade do Sr. Eng.º Guilherme Tomaz datada de 26.11.2018; ---------

PONTO 36. - Proposta para colocação de sinalização rodoviária – Processo nº 604/18 – Junta de Freguesia de Vale de Anta – Informação da Divisão de Projetos e Mobilidade do Sr. Eng. Guilherme Tomaz datada de 30.10.2018; ----------

Presidiu esta sessão o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal de Chaves**, Altamiro da Ressurreição Claro. ----------

Dos setenta e nove membros que constituem a Assembleia Municipal de Chaves, estiveram presentes nesta sessão os seguintes: ----------

Pelo Grupo Municipal do PS: Anselmo José Martins; Maria Aline Silva Ferreira Caetano; António Manuel Pires de Almeida; Luís Manuel Areias Fontes; Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves; Nuno André M Coelho Chaves; Fátima Liliana Fontes Correia;

Ernesto Salgado Areias; Gisela Maria Esteves Espirito Santo; Júlio Eliseu dos Anjos Alves; Eduardo Júlio Alves Brás; Isabel Maria Ruivo Seixas Martins; Manuel Guerra Afonso; Domingos de Moura Alves; Maria Adalgisa P. F. Silva Babo; José Francisco de Resendes Carreiro; Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro; Cristina Maria Inocêncio Imaginário, Rogério Alberto Amorim Reis Moura; Maria Manuela Santos Rainho. --------
Pelo Grupo Municipal do PSD: Maria Inês Pereira Dias, João Miranda Rua; Ana Maria Rodrigues Coelho; Nelson Paulo Gonçalves Montalvão; José Ferreira Moura; Maria Isabel Teixeira Carvalho da Cunha; António José dos Santos; Cláudia Patrícia Quitério Bento; Carlos Afonso de Moura Teixeira, Milena Sofia Vieira de Melo; Manuel Pedro Oliveira Branco Teixeira; Pedro Miguel Vieira Miranda; Carlos Alberto Pinto Branco; André Fontoura Faria; Adelino Júlio Ramada Parada. ----------
Pelo Grupo Municipal da CDU; Paula Maria Morais Esteves; Manuel Justino Matos Cunha. ----------
Pelo Grupo Municipal do CDS/PP; Gonçalo André Nascimento Alves ----------
Presidentes de Junta de Freguesia: Presidente de Junta da Freguesia de Águas Frias - Rogério Amaro Alves de Oliveira, Presidente de Junta da Freguesia de Anelhe - Arlindo Santos Costa, Presidente de Junta da Freguesia de Bustelo – José Fernandes M. Serralheiro, Presidente de Junta da Freguesia de Calvão e Soutelinho da Raia - António Manuel Rua Reis; Presidente da Junta da Freguesia de Cimo de Vila da Castanheira – Lígia Maria Chaves Silva; Presidente da Junta da Freguesia de Curalha - Alfredo Augusto Dias Gaspar, Presidente de Junta da Freguesia das Eiras, São Julião de Montenegro e Cela - Fernando Alberto Barreira de Moura, Presidente de Junta da Freguesia de Ervededo - Ilídio Jorge Chaves Correia, Presidente de Junta da Freguesia de, Faiões - Octávio Rodrigues Bastos, Presidente de Junta de Freguesia de Lama de Arcos - João Ramos Duro; Presidente de Junta da Freguesia de Loivos e Póvoa de Agrações - Cecília Maria Silva A. Alves, Presidente de Junta da Freguesia de Madalena e Samaiões - João Manuel Almeida Pinto, Presidente de Junta da Freguesia de Mairos - Adriano Vieira Rodrigues, Presidente de Junta da Freguesia de Moreiras - António José Alves Lopes, Presidente de Junta da Freguesia de Nogueira da Montanha - António Lopes, Presidente de Junta da Freguesia de Oura – António Eusébio Vieira Cardoso, Presidente da Junta de Freguesia de Outeiro Seco – Carlos Alberto Batista Xavier, Presidente de Junta da Freguesia de Paradela de Monforte -Gilberto Santos de Jesus, Presidente de Junta da Freguesia de Planalto de Monforte (Oucidres e Bobadela) -Luís Saraiva Garcia, Presidente de Junta da Freguesia de Redondelo - Nelson Fernandes Costa, Presidente de Junta da Freguesia de Sanfins da Castanheira - Rui Alberto Trinta Pintor, Presidente de Junta da Freguesia de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge - José António de Oliveira Carreira, Presidente de Junta da Freguesia de Santa Leocádia – João Manuel Teixeira Pereira Borges; Presidente de Junta da Freguesia de Santa Maria Maior – Hugo Manuel Alves Silva; Presidente de Junta da Freguesia de Santo António de Monforte - Alcino do Nascimento Santos; Presidente de Junta da Freguesia de Santo Estevão - Maria José Sena Barros, Presidente de Junta da Freguesia de São Pedro de Agostém, Pedro Manuel Pereira Barroco, Presidente de Junta da Freguesia de São Vicente da Raia - Mário José dos Anjos, Presidente de Junta da Freguesia de Soutelo e Seara Velha - João Rua Banha, Presidente de Junta da Freguesia de Travancas e Roriz - Filipe Maldonado Pinto, Presidente de Junta da Freguesia de Tronco - Eduardo dos Santos Carneiro, Presidente de Junta da Freguesia de Vale de Anta - Jorge José Pereira de Carvalho; Presidente de Junta da Freguesia de Vidago, Arcossó, Selhariz, Vilarinho das Paranheiras - Rui Manuel Branco Rodrigues, Presidente de Junta da Freguesia de Vila Verde da Raia - Pedro Miguel Rodrigues, Presidente de Junta da Freguesia de Vilar de Nantes - Luís António Gonçalves Costa, Presidente de Junta da

Freguesia de Vilarelho da Raia - António Carvalhal dos Reis, Presidente de Junta da Freguesia de Vilas Boas - Paulo Nuno de Jesus Pereira, Presidente de Junta da Freguesia de Vilela do Tâmega - Ramiro Figueiredo dos Santos, Presidente de Junta da Freguesia de Vilela Seca - Maria Natália Guerra, ----------

Registaram-se os seguintes pedidos de substituição de membros da Assembleia Municipal: Francisco José Gonçalves Oliveira, do PSD; Francisco José Teixeira Lopes da Silva Preto, do PSD; Maria José Gonçalves Alves, do PSD; Ana Maria Guedes Chaves Fernandes, do PSD; Francisco António Taveira Ferreira, do PSD e Fernando Luís Lopes Moreira, do PS. ----------

---

Registou-se o seguinte pedido de suspensão de membro da Assembleia Municipal - Joaquim Tomaz, do PSD. ----------

---

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

O Presidente da Mesa, Altamiro Claro, começou por dar conhecimento do expediente que deu entrada, no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal ----------

Seguidamente, foi apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, um Voto de Pesar pelo falecimento de João Maria Ferreira Teixeira (27.08.1940 – 17.12.2018), que foi aprovado por unanimidade. ----------

---

Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, do **PSD**, após cumprimentar os membros da Assembleia, a quem desejou um Santo e Feliz Natal, leu o seguinte Voto de Pesar: ----------

"O Grupo Municipal do PSD, propõe à Assembleia Municipal de Chaves que seja aprovado o seguinte VOTO DE PESAR pelo falecimento de João Maria Ferreira Teixeira (27 de agosto de 1940 – 17 de dezembro de 2018). ----------

A Assembleia Municipal de Chaves reunida em sessão ordinária manifesta profundo sentimento de pesar, pelo falecimento da ilustre e reputada figura da sociedade flaviense, João Maria Ferreira Teixeira, de 78 anos de idade, falecido no pretérito dia 17 do corrente mês de dezembro, na unidade hospitalar de Chaves. ----------

Natural da Freguesia de Santo António de Monforte (Concelho de Chaves), estudou no Seminário de Vila Real, prosseguiu os estudos em Angola e frequentou o curso de direito na Universidade de Coimbra. ----------

Funcionário público, desempenhou funções profissionais no Liceu Fernão Magalhães, em Chaves, onde foi chefe de secretaria. ----------

Exerceu funções como vogal da Comissão Executiva da Região de Turismo do Alto Tâmega e Barroso nas décadas de "80" e "90". ----------

Os seus colegas de profissão e demais colaboradores, são testemunho do alto nível de dedicação e entusiasmo que o João Maria colocou nas suas tarefas e atividades ao longo do seu percurso profissional, político e pessoal. ----------

O João Maria foi um militante (número 4.077) distinto e ativo do PPD/PSD de Chaves: desempenhou vários cargos diretivos neste Partido. De realçar que foi Presidente da Assembleia de Secção em 1981 e Presidente da Comissão Política em 1982. ----------

Foi, também, membro da Comissão Política e da Assembleia Distrital do PSD – Vila Real. ----------

Entre outras destacadas funções públicas, sociais e políticas, sempre exercidas com rigor e elevado sentido da responsabilidade coletiva, foi membro da Assembleia de Freguesia de Santo António de Monforte e foi também Presidente daquela Junta de Freguesia. ----------

Foi, durante vários mandatos, membro da Assembleia Municipal de Chaves. ----------

Foi vereador da Câmara Municipal de Chaves (eleito em: 16/12/1979). ----------

Foi deputado na Assembleia da República nas III (1983/1985), IV (1985/1987) e V (1987/1991) legislaturas. ----------

O João Maria era uma pessoa simples e de fácil relacionamento. ----------
Todos nós em geral como amigos, conhecidos ou simplesmente como cidadãos, perdemos uma excelente pessoa. ----------
Quem com o João Maria privou, confraternizou ou trabalhou, tem já muitas saudades da sua peculiar forma de ser. ----------
O João Maria fica na nossa memória como um pai extremoso (da Maria João e do Luís Miguel), um marido dedicado (à esposa Maria de Lurdes), uma pessoa amiga e solidária. Porque as pessoas só morrem quando nos esquecemos delas, desejamos perpetuar a sua memória, mostrar-lhe enaltecimento público e reconhecida gratidão, associando a este sentido voto de pesar uma singela, mas justa homenagem, a esta personalidade da Assembleia Municipal, a qual reconhecidamente marcou pela frontalidade, coerência e singularidade da sua atuação. ----------
A democracia fica mais pobre com esta perda. ----------
João Maria, Descanse em Paz! ----------
À sua família, aos seus amigos, a todos quantos o conheceram e estimaram, a Assembleia Municipal de Chaves expressa profundas e sentidas condolências. ----------
Pela memória de que é merecedor, o Grupo Municipal do PSD, em seu reconhecimento, pede a esta digníssima Assembleia que faça um minuto de silêncio. ----------
Assembleia Municipal de Chaves, em 19 de dezembro de 2018." ----------
---
Terminada a leitura do texto acima, a Assembleia fez um minuto de silêncio. ------
---
Seguidamente, o senhor **Presidente da Mesa**, informou os membros da Assembleia que se encontra presente o 1.º Secretário da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega, Professor Doutor Ramiro Gonçalves, para fazer a apresentação da atividade da CIMAT, desenvolvida no ano em curso. "Logicamente que este assunto deveria constar da Ordem de trabalhos, mas como não foi possível fazê-lo atempadamente, neste âmbito, solicito à Assembleia Municipal autorização para que possa usar da palavra, e informar-nos sobre a atividade da CIMAT, no presente ano. ----------
Esta proposta que terá que ser aprovada por uma maioria qualificada, se vier a merecer o acordo desta Assembleia Municipal, passar-lhe-ei de imediato a palavra". ----------
A proposta foi colocada à votação, sendo a mesma admitida e votada por unanimidade. ----------
---
Seguiu-se, então, a intervenção do Professor Doutor **Ramiro Manuel Ramos Moreira Gonçalves**, 1.º Secretário da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega, sobre as atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2018: ----------
"Bom dia a todos, senhor Presidente da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores Deputados e demais pessoas aqui presentes. Antes de mais agradeço a oportunidade, de poder fazer esta interlocução no início destes trabalhos. É mais um dia difícil a juntar a todos os dias difíceis que têm sido estes 11 meses de atividade, que são também os dias mais desafiantes da minha vida, digamos assim. Vou tentar resumir em 15 minutos, foi o tempo que entenderam como razoável, 10 minutos 15 minutos, para poder dar-lhes conta daquilo que tem sido feito dentro da Comunidade Intermunicipal neste ano de trabalho e, também, para lhes dar conta daquilo que são as expectativas da Comunidade Intermunicipal, para os próximos anos. Depois, como é óbvio, deixar alguns minutos para poderem colocar as questões que entendam como pertinentes, às quais tentarei responder o melhor possivel. Quando iniciámos este trabalho, dia 2 de janeiro de 2018, os senhores presidentes entenderam que era muito relevante fazermos um ponto de situação daquilo que era o Alto Tâmega enquanto

Região. Identificámos um conjunto de pontos fortes e de pontos fracos, sendo o principal ponto fraco a perda substancial de população que a região tem vindo a sofrer. É evidente que o Alto Tâmega perde cerca de 800 pessoas por ano e, também, é evidente para todos nós hoje, que uma parte dessa perda não deriva apenas dos efeitos demográficos. O Alto Tâmega perde, cerca de 400 pessoas, todos os anos, porque os territórios que estão à volta são mais competitivos do que aquele que é o território do Alto Tâmega. Foi também importante identificar, por parte dos senhores presidentes, que era muito relevante para a região, apresentar uma estratégia para o Programa 20/30 que pudesse combater este problema absolutamente crítico, que é o problema da perda de população. A CIM do Alto Tâmega foi, em maio, a primeira região do país a apresentar uma estratégia para o período 20/30 que irá cobrir aquilo que é o novo quadro de programação europeu, que irá decorrer entre 2021 e 2027. Foram definidas 4 medidas estratégicas horizontais e 4 *clusters* de investimento verticais, estratégia que foi desenhada internamente em conjunto com os senhores presidentes. Entendemos que este projecto, que tem 11 páginas neste momento, com o conjunto de medidas e *clusters* de investimento, poderá contribuir para o grande objetivo que a região tem que é atrair pessoas, ou tentar que uma parte significativa das que saem, possam fixar-se no território. Esta estratégia assenta nessas linhas, que consistem, numa primeira instância, em capacitar o território, com estes pontos fracos que estão bem identificados. Mas também tem um conjunto de ativos muito relevantes, designadamente, e o principal se me permitem, que tem que ser garantido o mais possível, é o excelente entendimento que existe entre os diferentes municípios do Alto Tâmega. Hoje sei, antes não sabia, que em comparação com as outras Comunidades Intermunicipais do País, somos talvez a única Comunidade Intermunicipal, onde existe este nível de cooperação, envolvendo todos os municípios. É um grande ativo, que deve ser preservado a todo o custo. Em segundo lugar, o principal ou os principais ativos que temos na região, é a própria riqueza suportada nos seus produtos endógenos. Não é fácil encontrar territórios, que consigam ter simultaneamente em Chaves, um eixo de água termal que vem desde Espanha, e vai até Vila Pouca de Aguiar, com um potencial turístico arrebatador. Não é fácil encontrar territórios que simultaneamente consigam somar todas essas valências. Quando passamos para Valpaços temos o melhor azeite do mundo, segundo refere o senhor presidente e com o qual eu concordo; um vinho de excelência e uma castanha de excelência. Quando passamos para Vila Pouca de Aguiar temos um eixo de extração de granitos de excelência. Em Ribeira de Pena, temos o maior parque aventura do país, vamos ter a maior pista de *ski indoor* da Península Ibérica e temos também a possibilidade de apreciar um vinho que, não sendo igual ao de Valpaços, é um vinho verde que também tem um grande potencial de crescimento. Quando saltamos para Boticas temos a carne e o mel Barrosões e no concelho de Montalegre em conjunto com Boticas, conseguimos ter o fumeiro, hoje eventos de excelência. Não podemos deixar de destacar que em Montalegre, o evento de *sexta-feira treze*, foi considerado o evento do ano de 2018. E, portanto, há um conjunto de ativos absolutamente extraordinários do território, que não levam ou não têm conduzido, até ao momento, a que os indicadores do território, sejam melhores do que são. Nós, dentro da Comunidade Intermunicipal, pensando o território no seu conjunto, sentimos que há pontos fracos, mas também sentimos que há um conjunto de grandes oportunidades, baseado naquilo que são os ativos do território. Aquilo que temos feito substancialmente, durante estes 12 meses, porque mais do que definir estratégias, o difícil é perseguir a execução das mesmas, tem sido em conjunto com os senhores presidentes tentar ver como é que podemos aproveitar o quadro comunitário de apoio, que está neste momento em reprogramação. E, também, definir aquilo que são as

principais linhas do que será o quadro comunitário de apoio seguinte, para tentar realmente combater os pontos fracos e potenciar todo este manancial de produtos endógenos que o território possui. Assim passaria agora a dar nota, mais focado naquilo que foi a atividade da CIMAT durante o ano todo. A principal linha estratégica do território é a qualificação. Ou seja é para nós evidente e para todos os senhores Presidentes do Alto Tâmega, que só qualificando as pessoas dentro do território, é que vamos conseguir tirar maior proveito dos produtos endógenos. Não chega dizer que temos o melhor azeite do mundo, quando os nossos clientes não o pagam como sendo o melhor azeite do mundo. Provavelmente temos o melhor azeite do mundo mas, também, provavelmente não temos a melhor embalagem do mundo ou o melhor *marketing* do mundo. O objetivo é que se os produtos endógenos que temos de excelência, passarem a ser pagos como de excelência, aquilo que vai acontecer é que melhor economia existirá no território e só conseguiremos fixar pessoas no território, se conseguimos ter melhor economia. Aquilo que fixa as pessoas no território, é o emprego e salários adequados. Se os territórios, que estão à nossa volta tiverem empregos e salários melhores, continuaremos a ter pessoas a sair do território e não conseguiremos ter capacidade de atração. Quando se fala em qualificação, fala-se a diferentes níveis. O Alto Tâmega sofre de um problema que tem vindo a ser debatido durante todo este ano, com as várias instâncias nacionais, que é a única região do país NUT3 que não tem ensino superior público, estanciado de forma geral, e esta não existência significa que não temos no território, um conjunto de instituições que possam qualificar os jovens, mas é preciso também qualificar as pessoas que são menos jovens, qualificá-las de forma a que elas consigam acrescentar mais valor. E aí, se entenderem, cruzando com aquilo que tem sido a atividade da CIMAT, temos tentado tirar o máximo proveito de iniciativas que já vinham de trás, como por exemplo uma ação coletiva ao nível do Empreendedorismo. Lançámos um concurso de ideias, o qual teve por objetivo aportar ideias para dentro do território, que permitam mais tarde gerar bons projetos e, simultaneamente, esses projetos possam ser alvo de investimento Comunitário. E, sobretudo, tentar que essa qualificação e esses projetos apareçam na área dos produtos endógenos. Lançámos iniciativas como o *Aquae Fórum* que se destinou, principalmente, a promover um dos principais recursos do território que é a água, e discuti-lo. Dentro da capacitação, dentro das ações coletivas, tentámos, durante o ano todo, ter um conjunto de iniciativas, que respeitam à promoção dos mercados endógenos, mas na perspetiva de que o Alto Tâmega nunca terá condições de produzir em escala. Não tem porque somos cerca de 88 mil pessoas no território e não temos um desenho agrícola que permita produzir em escala. Portanto, a única solução que temos, é procurar melhores mercados para os nossos produtos, ou seja, saber onde é que estão os clientes que possam pagar mais pelos produtos, e tentar atacar esses mercados de forma que a valorização seja bem feita. Gostava também de destacar um segundo eixo, que é muito relevante: não é aceitável que o Alto Tâmega tenha tantas dificuldades de mobilidade, dentro do próprio território. Qualquer um dos municípios do Alto Tâmega tem maior facilidade para se deslocar para fora do território, do que para se deslocar dentro do próprio território. Não deixa de ser curioso que, quando cruzamos entre Montalegre e Valpaços, seja mais difícil fazer este eixo transversal ao território com ligação e centralidade em Chaves, do que a deslocação de qualquer um desses municípios em direção, por exemplo, ao Porto por outro tipo de caminhos que não sejam pela centralidade que devia existir em Chaves. A mobilidade intermunicipal é um tema muito relevante porque será o tema Central do próximo quadro comunitário de apoio. Só que a mobilidade para o Porto e para Lisboa, que assenta sobretudo na criação e disseminação de mecanismos de transportes públicos, para permitir que os cidadãos possam deslocalizar-se dentro

dessas grandes cidades, não é a mesma mobilidade para o Alto Tâmega. Mobilidade para o Alto Tâmega significa que consiga ter acessos fáceis entre os diferentes municípios do Alto Tâmega e, por exemplo, a nossa capital que é Chaves. Gostava também de dizer que a terceira linha ligada á estratégia, que está publicada desde o dia 28 de junho de 2018, é uma linha baseada na economia social. O Alto Tâmega com os 88 mil habitantes, ou cerca disso, são poucos mas o suficiente para não se poder deixar para trás e, portanto, é uma linha muito relevante que deve ser sempre tida em conta. E, por último, mas não menos importante é a estratégia da promoção. Sim porque o Alto Tâmega não é conhecido, quando se fala em Tâmega mais facilmente as pessoas associam a Amarante, do que a Chaves. Por isso, grande parte da nossa atividade para 2019, vai passar por promover o território como um todo e de uma forma integrada. Mas para isso é preciso novamente haver capacitação e é preciso sobretudo criar um produto que não existe, que é o produto turístico do Alto Tâmega, algo que a Comunidade Intermunicipal tem no seu plano de atividades para 2019. Para além destas questões relacionadas com a qualificação e com a capacitação dos agentes, há um outro conjunto de iniciativas que foram desenvolvidas durante este ano. Iniciativas ligadas ao setor florestal que é um grande ativo, mas só é um grande ativo se for certificado e, portanto, teremos que certificar a floresta de forma a que possamos contar com o seu real valor. A Comunidade Intermunicipal também é, desde algum tempo, como saberão, autoridade de transportes e portanto há um conjunto de iniciativas que temos vindo a desenvolver para que no próximo ano consigamos lançar um concurso público internacional, como obriga a lei, para os transportes municipais e intermunicipais, dentro do território. É um enormíssimo desafio que passa por isto: a lei diz que todas as localidades com 40 ou mais habitantes têm que ter transportes públicos regulares mas, como sabem, devido à desertificação e à perda demográfica que nós temos, trata-se de um problema de difícil resolução. Temos um elevado numero de desafios em conseguir estudar as linhas existentes, em promover novas linhas de forma que consigamos satisfazer as populações e, por outro lado, consigamos também o que é muito relevante, apresentar o aviso de concurso público suficientemente apelativo para termos alguém que possa concorrer a ele, por que corremos o risco sério, de lançamos um concurso público para transportes no próximo ano, e não termos nenhum operador interessado em concorrer ao mesmo. Gostava de destacar também como muito relevantes, todas as atividades que virão em 2019 ligadas ao *Aquae nature PROVER*. A Comunidade Intermunicipal tem três iniciativas ligadas à promoção e à sinalética do território que iremos estanciá-las, desde o inicio do ano e pela primeira vez, o que não deixa de ser um excelente exercício de cooperação entre os municípios. Irá ser estanciado em Chaves, um Posto de Turismo do Alto Tâmega, com dinheiros pagos por todos os municípios do Alto Tâmega. Gostava ainda de destacar que, em 2019, a Comunidade Intermunicipal, vai duplicar o seu orçamento, em relação a 2018, ficando em cerca de 3 milhões de euros pois, como sabem, nós que lidamos essencialmente com iniciativas europeias, significa que quanto maior for o nosso orçamento, maior será o conjunto de Iniciativas que teremos. Passando, agora, para aquilo que é a atividade central, para a gestão do programa Norte 20/20, a CIMAT do Alto Tâmega é o organismo intermédio, que faz a ligação entre a CCDRN e os Municípios, 95% da nossa atividade é em cooperação e ligação com os Municípios. Só 5% da nossa atividade é que se destina à área empresarial, e nesta parte os 5% daquilo que nós tivemos, foi o SI2E. Ontem a CIMAT, foi a primeira CIM do País a fechar o programa SI2E e conseguimos colocar na economia, ou iremos conseguir colocar na economia, cerca de 1,4 milhões de euros. Mas, gostava de destacar o seguinte, que é para nós absolutamente preocupante, no que diz respeito à iniciativa do setor privado no Alto Tâmega. Conseguimos para

investimento 1,4 milhões de euros do FEDER, conseguimos apoiar cerca de 40 iniciativas e tivemos durante um ano e meio, em duas fases de um aviso, cerca de 50 candidaturas. Isto é absolutamente preocupante e julgo que todos temos que ter consciência do que está aqui em causa e associar isto àquela primeira iniciativa de que lhes falava anteriormente, que tem a ver com a questão da capacitação. As empresas do Alto Tâmega não têm, por norma, grande capacidade de recorrer a fundos comunitários. Nem têm hábitos de o fazer. Quando há pouco tempo fizemos a Gala das Empresas e do Empreendedorismo, com a qual tentámos promover todos aqueles que tinham tido capacidade de buscar Fundos Europeus, foi absolutamente surpreendente para nós que, num ano inteiro, apenas 39 empresas do Alto Tâmega, no conjunto das 3.600 que existem, tinham conseguido aceder a fundos comunitários do Norte 20/20. O Alto Tâmega é a NUT3 do Norte de Portugal, que mais depende do programa regional. Se não houvesse programa regional no próximo quadro de programação Europeia, o Alto Tâmega, não teria verbas provavelmente para serem estanciadas, a nível Europeu, no seu território. Isto significa o quê? Significa, que o facto de não termos nenhuma instituição de IDE, dentro do território, que consiga ir às linhas de IDE e, simultaneamente, não termos empresas com suficiente capacitação para se socorrerem de fundos comunitários, leva a que, só os municípios, quase que em exclusivo, consigam captar fundos comunitários. E porque é que isto é relevante? Isto é relevante pelo seguinte, tenho-me batido, em conjunto com os senhores presidentes, como prémio pelo desempenho que temos tido no SI2E, para termos em 2019/2020 uma verba muito próxima dos 7 milhões de euros. Mas a minha maior preocupação, e por isso é que criamos concursos de ideias, é que provavelmente, se nós tivermos 7 milhões de euros no Alto Tâmega, pressupondo que cada projeto vai entre 100 e 250 mil euros, e mantendo-se as regras do próximo aviso, nós vamos precisar de apoiar 70 projetos, mas nós não tivemos 70 candidaturas nos últimos 2 anos. Portanto, isto vai obrigar-nos a fazer um trabalho de capacitação das próprias empresas, para que elas possam concorrer, e o melhor exercício que nós temos aqui para poder demostrar que pode funcionar, foi o exercício que conseguimos obter com essas candidaturas aos *startaps vouchers do IAPMEI* onde, durante 8 anos, nenhum repito nenhum, jovem do alto Tâmega tinha concorrido, não é tinha vencido, nenhum jovem tinha concorrido e que, no espaço de um mês, conseguimos apoiar 21 candidaturas, tendo saído 14 vencedoras. A pergunta que poderá fazer-se, é se compete á Comunidade Intermunicipal, apoiar os jovens para que eles saibam elencar candidaturas que possam saír vencedoras. Ou competiria apenas à Comunidade Intermunicipal, avisar as pessoas de que existe um aviso, e deixá-las, livremente poderem concorrer. A nossa visão e a visão dos senhores presidentes, tem sido no sentido de termos que fazer mais trabalho do que mostrar que os avisos estão abertos. Só conseguiremos no Alto Tâmega angariar fundos para o território, se conseguimos capacitar as pessoas, e ajudar as pessoas a poderem concorrer. Este é um bom exercício porque o Alto Tâmega que representa, como saberão, dois e meio por cento da população da região Norte tem, neste momento, 8% dos projetos do *startup voucher*, apoiados a nível nacional, e o próprio IAPMEI, quer falar connosco porque quer perceber o que é que aconteceu. Não aconteceu nada, simplesmente ajudamos as pessoas que algum dia gostariam de concorrer, e explicamos-lhes, como é que devem concorrer para poderem ter sucesso, foi só isto que foi feito. Significa que, com muito pouco investimento, conseguimos atrair duzentos e poucos mil euros, para garantir que esses jovens fiquem no território 12 meses, a elaborar as suas ideias, e que no futuro possam ser boas candidaturas para o SI2E, que se vai chamar SA2 e, ou outro tipo de iniciativas que nós possamos aqui também desenvolver. Para terminar gostava de dizer também, porque é bom termos

esses dados estatísticos, que estamos numa fase como sabem de avaliação intermédia do programa Norte 20/20, que termina a 31 de dezembro. O Alto Tâmega, enquanto Comunidade Intermunicipal, é a terceira CIM com melhor desempenho da região Norte, tem 55% do quadro comprometido, portanto, deveríamos ter 50%, temos 55%. Isto numa perspetiva temporal embora, como é óbvio, no que diz respeito ao executado, pago, estamos bastante abaixo. Como sabem todos, o Programa Norte 20/20 tem um conjunto de problemas muito significativos, no que diz respeito à execução, sobretudo, porque os avisos começaram muito tarde, o que penalizou sobremaneira os municípios que estavam a tentar concorrer. Juntando a isto toda a problemática de alteração do quadro de contratação pública, que dificultou sobremaneira os municípios de poderem fazer as suas iniciativas e provocou a existência de atrasos. Já agora também, para terem estes dados mais firmes, Chaves representa e tem, neste momento, uma taxa de compromisso de 86%, em relação àquilo que são as verbas do Progrma Norte 20/20. -- Por último, gostava de refletir com vocês sobre mais três ou quatro iniciativas que estão aqui em causa: No que diz respeito ao Programa Norte 20/20 no território, o que está neste momento em aberto e em execução, tem a ver com a prioridade ligada às Infraestruturas Educativas para o ensino escolar e secundário; a questão das aplicações TIC na administração pública; a questão da eficiência energética; a questão dos equipamentos sociais; e ainda uma, que nós consideramos muito relevante , a prioridade talvez mais difícil de ser aplicada no território, e que tem a ver com o combate ao insucesso escolar. Esta sim, está alinhada com a nossa estratégia de fixar e de capacitar as pessoas. Porque, se os nossos jovens, conseguirem ter melhor sucesso escolar, objetivamente estarão mais bem preparados para poderem levar a cabo iniciativas, no que diz respeito à promoção daquilo que são os nossos ativos. Termino, dizendo que temos um conjunto de ativos muito relevantes, temos um conjunto de trabalhos da Comunidade Intermunicipal absolutamente grandioso. Como sabem a Lei nº 50, que assenta na questão da descentralização, também atribui um conjunto de novas competências, para as Comunidades Intermunicipais a nível nacional. Estão neste momento quatro diplomas já publicados, ao nível da captação de investimentos, do turismo, na ligação com a proteção civil e bombeiros, e também ao nível da justiça. O que é que eu posso dizer? É, que todos estes 12 meses, para quem não estava por dentro destas temáticas, no seu geral, foi um trabalho de um nível de exigência inigualável, mas que representa para mim pessoalmente, e quanto à equipa que represento, um enorme desafio de podermos fazer todos os dias muito melhor, para que o Alto Tâmega, consiga melhorar os seus indicadores. Tudo isso passa na nossa opinião por, em primeiro lugar, conseguirmos que coisas destas não aconteçam: dois e meio por cento da população da região Norte, não podem ter até à data, apenas um por cento da distribuição dos Fundos da mesma Região Norte. E, isto acontece porque como nós praticamente só utilizamos o programa regional, em relação aos fundos europeus, as nossas empresas não conseguem captar fundos, e não tendo instituições de ensino superior com investigação alavancada, também não conseguimos ir buscar dinheiros a essas tipologias. Cuidado, porque aquilo que nós sentimos do 21/27, é que o nível de exigência vai aumentar ainda mais e que, só uma região bem preparada quanto às suas prioridades, e uma população bem qualificada, quer ao nível empresarial quer a outros níveis, vai ser capaz de poder ir buscar estes fundos que tão necessários se tornam, para que a Região se consiga desenvolver. ----------
Por outro lado, não é de menosprezar e é muito relevante, um conjunto de questões que estão ligadas ao pacto de desenvolvimento da região, que na nossa opinião não contribuem diretamente para minorar os pontos fracos da mesma região. Por isso, será muito relevante que nos preparemos suficientemente bem para que, quando se inicie a

discussão do 21/27, que é já no próximo ano, queiramos ou consigamos dizer ao Estado Central aquilo que o Alto Tâmega quer e, sobretudo, aquilo que o Alto Tâmega não quer. Porque, se isso não for feito, o que vai acontecer a seguir, foi aquilo que aconteceu nos últimos 4 quadros comunitários de apoio que é, alguém dentro do Estado Central vai dizer aquilo que nós queremos e em que quantidade, e depois eu vou ter dificuldade em perceber como é que, por exemplo, uma medida que tem tanto dinheiro como a eficiência energética, contribui ou não para o objetivo da região, que é atrair e reter pessoas, ou contribui ou não para potenciar os produtos endógenos. Eu sei que contribui, mas a ligação não é direta. Provavelmente o território precisava de outro tipo de medidas, de outro tipo de financiamentos, além daqueles que foram destinados pelo Estado Central. Isto acontece porque muitas das vezes os territórios, para além de não saberem responder categoricamente àquilo que querem, não são capazes de dizer "nós queremos outras coisas que não isso". Estou disponível, como é óbvio, para responder às questões que me queiram colocar, e agradeço por me terem ouvido. Muito obrigado". Verificaram-se as seguintes intervenções: ----------
---

Manuel Justino Matos Cunha, da **CDU – "**Bom dia, senhor Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa desejo um bom dia a todos, e votos de Boas Festas. Em primeiro de tudo quero reconhecer, o entusiasmo do professor Ramiro que, tanto quanto sei, tem tido empenhamento no funcionamento da CIM do Alto Tâmega. Depois recordar que, delicadamente, passou um pano porque quem o ouviu parece que não houve CIM, nos últimos 4 anos. Não estava nada feito, mas nós ouvimos aqui o antigo Secretário da CIM, há 4 anos, dar a entender, que iam fazer este mundo e o outro. Portanto, a primeira conclusão é que não se percebe o que é que a CIM, nos últimos 4 anos andou a fazer, porque a sensação que é transmitida, é que não andou a fazer nada. Segunda questão, a CIM é um conjunto de várias Câmaras que no essencial, com exceção talvez de Chaves e não sei se de Ribeira de Pena, as outras são dos mesmos partidos, há muitos anos e, portanto, é difícil perceber todas as fragilidades, sem perceber a ineficiência e as fragilidades do poder autárquico exercido, na prática, por estes Executivos. A terceira questão e conhece-se a posição da CDU, de oposição a este modelo de organização, um modelo que cria a CIM do alto Tâmega, que tem a dimensão que tem de população, que tem as incapacidades que tem, e depois sofre o espartilho de umas leis de financiamento da União Europeia que são feitas para tudo, menos para regiões e comunidades com estas características, com dificuldades de acederem aos fundos. Depois, registar como aspeto negativo o facto de a CIM fazer aqui uma intervenção como se não houvesse estado Central, com apenas uma pequena referência no fim e quais são as responsabilidades do Estado Central nisto tudo. Porque nós vemos um movimento de descentralização deste governo, que é muito mais uma desresponsabilização do que uma descentralização. Não houve uma palavra sobre saúde, e nós sabemos a importância decisiva que a saúde tem na fixação, na confiança das populações. Não houve uma palavra sobre serviços públicos. Não houve uma palavra sobre as portagens das acessibilidades que nos ligam ao resto do país. Estas são questões essenciais e eu volto a dizer que, se puxarmos a fita do tempo para trás, como está agora na moda dizer, vejam a intervenção do Secretário de CIM, há 4 anos e ouçam a intervenção do Secretário atual, embora tenhamos que dar o benefício da dúvida ao professor Ramiro, mas ficamos com a sensação que nos outros 4 anos não houve, CIM, não houve projetos, nada foi implementado, a população continua a diminuir, o fosso com o resto do país continua a aumentar, e temo que nos arrisquemos daqui a 4 anos a ver chegar um novo secretário de CIM, e voltar a falar cheio de entusiasmo, cheio de boa vontade, como se estivesse tudo a começar de novo. E,

portanto, não quero de forma alguma, muito menos pessoalmente, ser mal interpretado pelo professor Ramiro, mas dizer que há aqui qualquer coisa, que ameaça não funcionar, mas que não passa propriamente pelas capacidades do secretário da CIM, passa por todo o modelo desde a União Europeia, como financia; desde o Estado Português e como não olha para as regiões do interior; desde as Autarquias, há aqui qualquer coisa que não tem funcionado. Esperamos que para o ano estejamos aqui a ouvir coisas com mais entusiasmo. Todos nós, queremos que a Região do Alto Tâmega, que a Região Norte, que o País avance, avance no bom sentido de fixar populações, porque não estamos em desacordo com as questões essenciais que levantou, mas há muito tempo que ouvimos isto". ----------

Gonçalo André Nascimento Alves, do **CDS** – "Bom dia senhor Presidente, bom dia a todos, bom dia ao senhor Secretário da CIM. Tenho, duas perguntas em concreto: uma relativamente ao PINTE. Quando é que o PINTE estará pronto para depois dar lugar ao concurso, no próximo ano, que surgirá por causa dos transportes? A segunda pergunta é se a experiência do concurso de ideias é para repetir? E quando, se é que já está programado. Pegando nas palavras do Dr. Manuel Cunha, também gostaria de referir as minhas dúvidas, já o tenho feito a nível nacional dentro do meu partido, relativamente à democraticidade deste tipo de instituições, que não têm na sua base legitimidade democrática". ----------

O Professor Doutor **Ramiro Manuel Ramos Moreira Gonçalves** – 1º Secretário da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. ----------

"Obrigado eu vou tentar ser breve e conciso. Dizer o seguinte: a CIMAT é a mais recente do País, vai fazer 5 anos e o trabalho de criação de uma entidade destas, bem como a sua gestão e desenvolvimento, envolve todo um trabalho que é difícil. E, portanto, não me atrevo, até porque li as atas todas, coisa que fiz antes de aceitar este cargo, depois de ter recebido o convite dos senhores Presidentes. Portanto, houve muito trabalho que foi sendo feito e há muitas coisas que nós hoje em dia temos, que vêm de trás, trabalho que tem que ser estanciado. Depois cada pessoa é uma pessoa diferente. Não me falta entusiasmo e as pessoas que me conhecem, sabem que agarro as coisas só de uma forma, que é com toda a minha energia. Assumi que era uma coisa diferente para mim, tenho a minha Universidade à espera e, portanto, regressarei lá porque eu gosto muito de ser professor. Mas, assumi que era o momento de poder dar o melhor que pudesse pela Região e, vou fazê-lo, sem nenhum tipo de dificuldade a esse nível. É verdade que nós gostávamos que as comunidades intermunicipais, tivessem já, e isso tem vindo a ser reclamado, outro tipo de poder, dou-lhes um exemplo de um trabalho que foi feito este ano de 2018, pela primeira vez, e que trouxe resultados efetivos, ainda ontem tivemos uma reunião em Valença e foi considerado muito relevante, para desenhar outras coisas para a frente. Como todos sabem, e provavelmente muito melhor do que eu, todo este jogo de distribuição de verbas é um jogo difícil e complexo e de poderes também, a nível do Estado Central e a nível de outros organismo do Estado. Uma das coisas feitas em 2018, que nunca tinha sido feito na região Norte foi a criação de uma entidade informal de concertação entre as comunidades intermunicipais da Região, e foi criada para influenciar a política de reprogramação do Portugal 20/20. Esse trabalho, que se desenvolveu em sete reuniões, representou para a região Norte mais 280 milhões de euros de propostas de reprogramação, em relação àquilo que estava perspetivado. Foi um trabalho tão árduo, que funcionou em paralelo com a CCDRN, com as NUT2, e que permitiu no final, que nós tivéssemos agora a garantia de que a região

Norte, vai ter mais 120 milhões do que aquilo que o estado Central nos queria atribuir, em diferentes domínios. Foi possível que todas as CIMs da região Norte dissessem por unanimidade, aquilo que queriam para a reprogramação do programa Portugal 20/20. Foi a primeira vez que aconteceu o Norte unir-se neste sentido e permitiu gerar suficiente força em termos de peso, para que o estado Central nos conseguisse atribuir essas verbas. São este tipo de movimentos de concertação que são indispensáveis. As comunidades intermunicipais têm um papel, não discuto se é mais relevante ou menos relevante, segundo o ponto de vista da organização do Estado, mas é relevante naquele sentido de poderem estar muito mais próximas das populações, no que diz respeito à discussão dos fundos comunitários, daquilo que devem ser as prioridades de cada uma das regiões. O que se discute há muito tempo, e que deveria ser implementado no próximo quadro comunitário de apoio, já que não foi possível neste, era a regionalização dos fundos. Ou seja, aquilo que eu gostava que acontecesse, para o Alto Tâmega, é que nos dissessem assim: o montante a que o Alto Tâmega tem direito, são 57 milhões de euros, ou só 54 ou são 62, que seja o montante que eles digam. Mas depois, que nos permitam, ao Alto Tâmega, definir quais são as nossas prioridades e que não nos digam que depois dos 62, que 5 tem que ir para a promoção do combate ao insucesso escolar, e que 8 tem que ir para a eficiência energética, porque isso deturpa, toda a lógica que nós temos em termos de aplicação dos fundos comunitários. O que nós desejaríamos, e penso que se está a criar um movimento muito grande, das comunidades intermunicipais a nível do país, é que no próximo quadro comunitário de apoio existam mecanismos que nos permitam definir exatamente quais são as prioridades e que permitam tratar territórios diferentes, com estratégias diferentes. Não há outra solução de ultrapassar o problema. No que diz respeito por exemplo a tomadas de posição, nós temos tido várias, e em todo lado sobre as portagens, já foi no meu tempo, também, que saiu uma tomada de posição nossa, várias aliás. Nós sabemos que estas questões não são fáceis e muito menos quando participamos em reuniões onde, depois de muito bem dizer, de contestar e reclamar, alguém de vez em quando, nos diz: Bem, calma aí porque o senhor representa dois e meio por cento da região Norte e esse é um desafio, não é? Temos que conseguir fazer mais, criando escala. E, as comunidades intermunicipais, podem criar essa escala. Não falei de alguns setores, é verdade porque falei sobretudo da atividade e das competências que a Comunidade Intermunicipal tem. É verdade que na Lei nº50, vêm competências, também ao nível do setor da saúde, por exemplo, na definição da rede de cuidados primários e continuados, e em outro tipo de atividades. O modelo, segundo eu julgo saber, por aquilo que me vou apercebendo em todas as reuniões, onde tenho estado, é para continuar ou seja, não havendo em Portugal, goste-se ou não se goste, nem se discute um processo de regionalização em curso, a União Europeia obriga-nos a ter regiões administrativas, que tenham alguma capacidade , mesmo que não tenham legitimidade política, que tenham capacidade de estanciar, nos territórios de uma forma mais organizada, mais concertada, um conjunto de investimentos. Aquilo que nós sabemos do passado e todos reconhecem, e saberão melhor do que eu, é que no passado houve muitas verbas que não foram suficientemente bem investidas dentro dos próprios territórios, porque? Porque havia muito a perspetiva do município, de cada um por si, não foi só neste nesta nossa região, foi em todo lado. E, portanto, se alguém tinha uma coisa, os outros todos também a queriam ter, quanto maior do que a outra, e criou-se um conjunto de investimentos, que provavelmente uma parte deles não faria sentido numa perspetiva lógica, digamos assim, e a União Europeia não permite que isso aconteça, a partir de agora. Portanto, estou convencido que as comunidades intermunicipais, comigo ou com outra pessoa, serão cada vez mais entidades que terão poder ao nível da concertação,

organização e coordenação dentro dos próprios territórios, porque o Estado Central e a União Europeia, pretendem que isto se desenvolva nessa perspetiva. Segundo aspeto, respondendo ao senhor deputado: sim, nós contamos ter, a meio do ano, todos os trabalhos preparatórios da autoridade de transportes, os estudos efetuados e contamos, salvo novo adiamento que surja em 2019, lançar o concurso público. Quanto ao concurso de Ideias a segunda edição vai abrir, a 1 de janeiro 2019, vamos seguir o mesmo modelo. Como sabem da primeira vez houve 75 pessoas a concorrer, 53 passaram à segunda fase, 11 passaram à fase final e houve 3 vencedores. E, aquilo que a comunidade intermunicipal oferece em troca, é a capacitação. A única coisa que nós damos às pessoas, é a possibilidade de criar equipas que têm competências para ajudar esses jovens a poderem desenvolver as suas ideias, não atribuímos valores monetários a nenhum dos jovens, ao contrário de outros concursos de ideias que há a nível nacional, porque nos parece para nós mais relevante do que atribuir dinheiro, é sobretudo atribuir capacidade para as pessoas levarem as suas ideias para a frente e, portanto, ajudamo-las deste modo. Termino dizendo que, se tiver saúde, nos próximos anos, vão ouvir-me aqui falar com a mesma capacidade de tentar que tudo isto funcione. Somos quase 88 mil, somos poucos, mas 88 mil pessoas têm que ser capazes, com tantos ativos, de fazer mais e melhor. O meu desafio, todos os dias quando acordo, é dizer obrigado vamos lá outra vez, vamos tentar fazer hoje mais e melhor. Nem tudo vai correr bem, não. O desafio que muitos amigos meus me dizem é impossível de ser concretizado, provavelmente. Mas no final estejam conscientes eu estou consciente disso, que vou dizer assim: tentei, dei o meu melhor, se conseguir melhorar algumas coisas excelente, se não conseguir melhorar tudo, é normal que não consiga. Mas já há muitos ativos no território e eu estou convencido que não é possível estar no top 3 das NUTs da Região Norte e não ter que estar nos últimos lugares do desempenho das mesmas. Portanto, há NUTs, muito mais fortes ao nosso lado, por exemplo o Alto Minho e a área metropolitana do Porto, mas hoje temos indicadores que facilmente nos transportam para uma situação de desempenho, no índice de sustentabilidade, para situações melhores do que o Douro, Terras de Trás-os-Montes, Tâmega e Sousa e Ave. Há, situações em que essas CIMs, têm indicadores piores do que os nossos e nós temos que potenciar aquilo que é o nosso valor e, sobretudo, que isso chegue às pessoas que é a parte mais decisiva. Termino, desejando a todos um Santo Natal e um Feliz Ano de 2019, sobretudo cheio de saúde.” ----------

---

Ainda no Período de **Antes da Ordem do Dia**, foram apresentados e votados os seguintes documentos: ----------

---

Recomendação **“Pluralismo no Boletim Municipal”,** apresentada pelo membro da Assembleia, Gonçalo André Nascimento Alves, do CDS. ----------

*“**Moção - Pluralismo no Boletim Municipal*** ----------

Considerando que: ----------

1. *O Presidente da Câmara Municipal de Chaves é, simultaneamente, Diretor do “Boletim Municipal”, além de ser o protagonista da maior parte das peças incluídas nesta publicação;* ----------
2. *O artigo 38.º da Constituição da República Portuguesa, “Liberdade de imprensa e meios de comunicação social”, refere no seu ponto 6, que “a estrutura e o funcionamento dos meios de comunicação social do sector público devem salvaguardar a sua independência perante o Governo, a Administração e os demais poderes públicos, bem como assegurar a possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião”;* ----------

3. *A Diretiva 1/2008 da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), relativa a "publicações periódicas autárquicas", refere, no ponto 8 que "tratando-se de publicações de titularidade pública e sujeitas ao respeito pelo princípio do pluralismo e ao princípio de equilíbrio de tratamento entre as várias forças políticas presentes nos órgãos municipais, encontram-se obrigadas a veicular a expressão dessas diferentes forças e sensibilidades, e em matérias relativas à atividade autárquica";* ----------
4. *O ponto 8A da referida Diretiva da ERC, estabelece que "os responsáveis das publicações periódicas autárquicas, deverão respeitar o princípio do equilíbrio de tratamento entre as várias forças políticas presentes nos órgãos municipais, o que poderá consubstanciar-se na criação de espaços editoriais dedicados à intervenção dessas mesmas forças".* ----------
5. *O artigo 45.º (Publicidade das Deliberações) do Regimento da Assembleia Municipal de Chaves, no seu ponto 2, estabelece que "as deliberações da Assembleia Municipal destinadas a ter eficácia externa" devem ser publicadas "no boletim da autarquia local (quando exista)".* ----------

Assim, no sentido de estabelecer um melhor equilíbrio entre as obrigações de pluralismo e as finalidades primárias de informação e promoção institucional do "Boletim Municipal", o Grupo Municipal do CDS-PP propõe que a Assembleia Municipal de Chaves delibere: ----------

1. *Determinar à Câmara Municipal de Chaves que o "Boletim Municipal" cumpra o estabelecido no ponto 2 do artigo 45.º (Publicidade das Deliberações) do Regimento da Assembleia de Municipal, nomeadamente ao que concerne às iniciativas dos grupos municipais, representados na Assembleia Municipal de Chaves;* ----------
2. *Comprometer a Câmara Municipal de Chaves na disponibilização de um espaço no "Boletim Municipal", no mínimo de uma página inteira, a partir da próxima edição, para que as forças políticas da oposição, representadas nos órgãos autárquicos municipais, possam expressar e divulgar as suas posições, opiniões e iniciativas, no âmbito do seu trabalho.* ----------

Colocada à votação para discussão, a Recomendação foi admitida por unanimidade. ----------

Intervenções: ----------

Carlos Afonso de Moura Teixeira do **PSD –** "Bom dia a todos e na pessoa do senhor Presidente da Mesa, cumprimento todos os presentes. Para dizer que o Grupo Municipal do PSD, acompanha na integra, subscreve e apoia a proposta. Iremos votá-la favoravelmente". ----------

O senhor Presidente da Câmara, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder a questões suscitadas pela Recomendação em análise. ----------

"Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora Secretária, senhor Secretário, senhores Vereadores, senhora Vereadora, senhores Membros desta Assembleia Municipal, senhores Presidentes de Junta, senhoras Presidentes de Junta, Público aqui presente e eventual comunicação Social, bom dia a todos. As minhas palavras são necessariamente, de desejar a todos e às respetivas famílias um Natal Feliz, que seja um espaço de convívio, de alegria e de reforço de energia para o próximo ano que, certamente, será exigente como tem sido todos os outros e, portanto, é isso que me cumpre, começar por dizer. ----------

Depois, quanto a esta proposta, dizer uma coisa muito simples: o grupo Municipal do CDS-PP melhor dito, o único membro do CDS-PP, faz aqui uma proposta, que por ventura poderia ter sido feita, noutros momentos, noutros contextos, devia tê-la feito,

naquilo que é o exercício do poder a nível central. De qualquer das formas dizer, que as questões suscitadas, relativamente ao Boletim Municipal, como não têm uma periodicidade regular, as questões que suscita, eventualmente, ficariam prejudicadas porque, para que efetivamente sejam cumpridas essas obrigações, designadamente de publicitação das deliberações dos órgãos municipais, tem que ter essa periocidade. E a verdade é que não tem. Por isso, a publicidade deverá ser assegurada noutra das modalidades que a própria Lei, penso que é ainda a Lei nº169, prevê. E, portanto, nesse contexto ficam naturalmente salvaguardadas a eficácia das deliberações. Depois dizer que estamos a falar do Boletim da Câmara Municipal de Chaves e as atividades são as desenvolvidas pelo executivo Municipal, não são pelos membros da Assembleia Municipal. Portanto, se porventura, esta Assembleia entender, criar um Boletim da Assembleia Municipal, enfim, essa é uma decisão que os membros desta Assembleia poderão, naturalmente, tomar. Relativamente, a esta questão, parece-me curioso que o PSD venha seguir esta posição, porque de facto não tem tradição de isenção, de igual tratamento no passado, em que nós estivemos habituados a essa prática intensiva, constante, permanente, de falta de isenção, e transparência. Portanto conhecemos bem a marca distintiva do PSD nos Boletins Municipais e, quando afirmam votar favoravelmente esta proposta, fazem-no com total falta de coerência. Quanto ao demais, naturalmente que o Boletim Municipal quando tiver que dar nota de deliberações da atividade municipal, com certeza que o fará, e fará sentido que sejam expressas as posições que são assumidas dos diferentes membros da Câmara Municipal, naturalmente que sim, penso que é um aspeto que deve ser melhorado nesse contexto e, portanto, permitindo dar a conhecer aos cidadãos e aos flavienses, as posições assumidas, sobre um conjunto de assuntos que, naturalmente, podem ter relevância. No entanto se repararem o que está no Boletim Municipal, são sobretudo atividade municipal ou seja ações, realizações, encontros, eventos, portanto, está aí retratado, factualmente, com respeito pelos factos e pela verdade e, portanto, se eventualmente, houver algum aspeto, que não seja não factual, ou que eventualmente não corresponda à verdade dos factos, naturalmente que o seu responsável primeiro que sou eu, estarei disponível para fazer as erratas necessárias, as correções necessárias e é isso que me parece absolutamente essencial. Quanto ao demais, parece que este espartilho e as competências da Assembleia Municipal não vão ao ponto de poderem determinar à Câmara Municipal, que faça um Boletim desta forma ou daquele modo, sinceramente, há um extravasar claramente das competências de fiscalização da Assembleia Municipal que, na minha perspetiva, se a decisão for tomada, viola necessariamente as competências materiais desta Assembleia, ao determinar o conteúdo de um boletim Municipal. ----------
---

Nuno André M. Coelho Chaves do **PS** – Após cumprimentar o senhor Presidente da Câmara, demais Vereadores, senhor Presidente da Assembleia Municipal e Secretários, senhores Presidentes de Junta e Deputados municipais, referiu que “Em relação a esta proposta, o CDS, nos tem habituado ao longo destas últimas Assembleias Municipais, a utilizar sempre a figura de uma moção para desenvolver algum trabalho neste Órgão. Em relação ao proposto, subscreve aquilo que o senhor Presidente da Câmara disse sobre o Boletim Municipal, que espelha a atividade desenvolvida pelo Executivo municipal, naturalmente, em todo o território do Concelho. E o grupo municipal do Partido Socialista, suscita aqui algum esclarecimento: Qual é o objetivo de disponibilização de espaço, no Boletim Municipal que o CDS propõe? Com que linha editorial? Com que critérios? Porque seria necessário, eventualmente, definirem-se aqui critérios, portanto, uma linha editorial naturalmente, e qual é o objetivo que se pretende?

Certamente que o espaço não seria reservado apenas às forças da Oposição, porque naturalmente, o partido Socialista iria apoiar, de forma empenhada e absoluta, a actividade deste Executivo e em particular do Senhor Presidente. Estranhamente, também, aqui o PSD, mostra falta de memória sobre o que foi o seu passado, quanto a este assunto. ----------

Gonçalo André Nascimento Alves do **CDS** – "Vou fazer uso do meu direito de resposta, dado que só tenho 2 minutos e ainda queria abordar outros assuntos. Primeiro, isto não é novidade nenhuma, existe noutros concelhos do País, dou o exemplo de Almeirim, onde a oposição tem lugar no Boletim Municipal. Somos a terra do presunto, temos alguma coisa para atrair, senhor Presidente. Depois, no último boletim Municipal a propriedade passou da Câmara Municipal para o Município de Chaves. O que é que significa? Por isso até nessa parte o senhor Presidente, me veio dar razão. Depois a reformulação do último Boletim Municipal, passou de doze para dezasseis páginas, não me parece que uma página para a Oposição seja assim tão grave quanto isso. Quanto à resposta ao deputado Nuno Coelho, eu ao pedir uma página os senhores continuam a ter as outras 15, para dizerem o que entendem. Por fim, relativamente aos conteúdos, é o que está dito no último ponto, senhor Presidente da Mesa, o último ponto diz : Ponto 2 - comprometer a Câmara Municipal de Chaves na disponibilização de um espaço, no Boletim Municipal, no mínimo de uma página inteira a partir da próxima edição, para que as forças políticas da oposição representadas nos Órgãos Autárquicos Municipais possam expressar e divulgar as suas posições, opiniões e iniciativas no âmbito do seu trabalho autárquico". ----------

Carlos Afonso de Moura Teixeira do **PSD** – "Obrigado, por me dar a palavra, fomos aqui visados em duas intervenções, por parte do senhor Presidente da Câmara, quer por parte do deputado municipal Nuno Coelho, vimos reafirmar que o PPD/PSD, tem autonomia e definirá sempre, e a cada momento, a melhor forma de refletir as suas posições. A nós interessa-nos essencialmente o futuro. Continuamos a perceber que o senhor Presidente, ainda está muito focado no passado, mas isso é com o senhor Presidente. A cada momento, decidiremos da melhor forma, em consciência e com convicção. Portanto se consideramos que esta proposta merece o nosso apoio, ela terá o nosso apoio. E, é o PPD/PSD que vai decidir e assim o fará". ----------

Nuno André M. Coelho Chaves do **PS** – "Respondendo, também, diretamente ao líder do grupo municipal do PSD ainda bem, portanto, que o grupo Municipal está focado no futuro, mas é bom também que tenha memória. Infelizmente e como referiu, não necessitando certamente, o senhor Presidente da Câmara que faça a defesa da sua honra, mas infelizmente no presente o senhor Presidente da Câmara debate-se com muitos problemas, que os senhores deixaram. Em relação à proposta do CDS, portanto, e percebendo o mote e a questão das outras 15 páginas, naturalmente, que o grupo municipal do Partido Socialista, conserva a sua independência e a sua autonomia, naquilo que diz respeito à sua ação política. E, portanto, vendo clarificado e percebendo, o quão difícil seria a definição de uma linha editorial e quais os critérios para a publicação, dos assuntos a constar no Boletim Municipal e concordando, naturalmente, que o Boletim Municipal deve espelhar aquilo que é a atividade do Município, a atividade desenvolvida no território, o grupo municipal do Partido Socialista votará contra esta proposta". ----------

O senhor Presidente da Câmara, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. ----------
"Muito bom dia a todos. É curioso que as intervenções e as moções que o CDS, vem aqui apresentar, tentam sempre condicionar o espaço de decisão e o espaço da ação de outros órgãos municipais. É de facto muito curioso, o que tem feito de forma constante na minha perspetiva, utilizando sempre de forma irregular alguns dos instrumentos, porque esta Assembleia Municipal tem uma atividade de fiscalização da atividade da Câmara Municipal e do seu Presidente, mas não tem nenhuma legitimidade no que diz respeito em fazer determinações de condicionamento de determinadas decisões, como é este caso concreto. Porque as entidades, sobre esta matéria, que poderão fazer naturalmente apreciações de mérito, serão as entidades reguladoras, que eventualmente a apreciem. E, portanto, poderá fazer as participações, as queixas, as observações que entender. Agora quanto ao demais, o que me parece é que demonstra existir uma veia controladora, que provavelmente tem a ver com a géneses do partido CDS-PP, controladora e autoritária, em cuja perspetiva, nós não nos revemos. Depois dizer também ao PSD/PPD, uma coisa muito simples: é que quem não tem memória não tem futuro, quem não tem passado não tem futuro e, portanto, este contorcionismo oportunista, definido em função do que são os interesses do momento, e nalguns casos eleitorais, também não me parece muito sério, sinceramente, e, portanto, não custaria perceber que, nestas matérias, provavelmente deviam dar a liberdade que vocês tiveram no passado. Liberdade de opinião editorial, que me parece que naturalmente o editor deve ter, nestas matérias, fazendo naturalmente alguma evolução no sentido de poder colocar, relativamente à atividade da Câmara Municipal, posições que os respetivos representantes da Câmara Municipal, os vereadores do PSD, possam eventualmente expressar, quanto aos assuntos versados, em cada um dos artigos ou espaços. Parece-me coerente e sensato, e é uma posição que deve ser assumida. Quanto ao demais parece-me, sinceramente que estamos em presença de condicionamento de alguma ação, enfim, também política da Câmara e do Presidente da Câmara, que me parece manifestamente inaceitável. ----------
---

Gonçalo André Nascimento Alves do **CDS** – Solicitou a palavra para defesa da honra, dizendo: "Ser acusado de autoritário nesta casa, não lhe aceito a si nem a ninguém, senhor Presidente. A questão é que lhe apresentei um documento, em que referia uma diretiva da ERC e o senhor que fala que nós devemos queixar-nos à ERC, perante uma diretiva da ERC, o senhor diz que nós nem sequer temos liberdade para isso. Senhor Presidente, interprete da forma que quiser agora autoritarismo, eu não lhe aceito, porque não é minimamente a intenção da nossa iniciativa". ----------
---

Após ter sido colocada à votação, a Proposta foi rejeitada por maioria, com quarenta e cinco votos contra, cinco abstenções e dezasseis votos a favor. --------
---

Dentro do período de Antes da Ordem do Dia, verificaram-se ainda as seguintes intervenções, a cargo dos membros desta Assembleia: ----------
---

Gisela Maria Esteves Espírito Santo, do **PS –** Começou por desejar um Bom dia a todos os presentes, um Feliz Natal e excelente Ano Novo. Seguidamente referiu: "Não poderia deixar de trazer a esta Assembleia Municipal, uma das principais preocupações do PS de Chaves assumida claramente pelo executivo Municipal e pelos seus congéneres do Alto Tâmega. Refiro-me em concreto à importância que assume a

valorização das empresas, a criação de emprego e a capacitação das pessoas, enquanto estratégia e instrumentos fundamentais, para atrair e reter pessoas. É, hoje inquestionável e podemos dizê-lo olhos nos olhos, vivemos melhor do que em 2015. O atual governo liderado pelo Partido Socialista imprimiu mudanças profundas, na vida de todos os portugueses, através da recuperação de direitos e de rendimentos. Sabemos bem que estamos no bom caminho, mas precisamos de ser capazes de continuar a afirmar o progresso social, a concretização de direitos e o aumento do bem-estar sobretudo, nos territórios de baixa densidade, designadamente em Chaves e no Alto Tâmega. Seria, todavia, desonesto não reconhecer que carecemos, ainda de respostas políticas e económicas efetivas por parte do poder central, ligadas às questões da Saúde, da Educação, da instalação de Serviços públicos neste território, e de condições financeiras que nos permitam inverter o cenário catastrófico do despovoamento de toda esta faixa do território que, durante décadas, foi negligenciada pelo poder Local e por Lisboa. São necessárias medidas sérias que possibilitem uma reprogramação dos fundos do próximo quadro comunitário de apoio e uma ação concertada, responsável e profícua, capaz de travar as assimetrias existentes e de dar maior dimensão a Chaves, através da atração de mais investimento e de mais empregos. E, se é indiscutível a diminuição significativa do desemprego a nível nacional no nosso território, bem como a criação de novos postos de trabalho em Portugal e no concelho de Chaves, importa em simultâneo reforçar e valorizar as empresas flavienses, as micro e pequenas empresas, o empreendedorismo e a criação do próprio emprego, como formas de promover a economia local e regional, os produtos endógenos de excelência e os mercados. Esta é sem dúvida uma preocupação do Partido Socialista e certamente prioridade do atual Executivo municipal e do Governo das portuguesas e dos portugueses, que aqui residem e querem continuar. A título simbólico e o professor Ramiro já o fez anteriormente, evoco a primeira Gala do empreendedorismo e das empresas do Alto Tâmega, liderada pela CIM, e com o enorme investimento do atual Executivo municipal autárquico, que se realizou no passado dia 30 de novembro e permitiu dar, pela primeira vez em Chaves, visibilidade e reconhecer o árduo trabalho dos nossos empresários e assumir definitivamente a importância do empreendedorismo e a criação de emprego como centrais, no Alto Tâmega. Estou certa de que conseguiremos alterar o paradigma, da inevitabilidade, da degradação da qualidade de vida na nossa região. Precisamos de fixar e de atrair pessoas. Precisamos de desenvolver este território no sentido da convergência e da coesão territorial. O PS de Chaves, está consciente das limitações existentes e sabe que não é de um dia para o outro, que conseguiremos reverter a situação desfavorável de que partimos, mas mais do que tudo estamos fortemente mobilizados e certos de que, com o nosso compromisso e com o compromisso do atual Executivo autárquico, estamos a construir um território mais coeso, com mais esperança e melhor qualidade de vida. Termino desejando a todos um Feliz Natal, pedindo desculpa à Mesa por não os ter cumprimentado". ----------

---

Manuel Justino Matos Cunha, da **CDU** – "Apenas quatro pontos, relativamente rápidos: em relação ao Hospital, o senhor Presidente da Câmara no seu eterno processo de auscultação de todos os interlocutores, na ultima Assembleia Municipal em setembro, disse que faltava ouvir os Partidos políticos. O partido Comunista não foi chamado, não sei se os outros partidos já foram, de qualquer maneira continuamos disponíveis para que o Executivo avance com os seus processos de contestação e de reivindicação, em relação à Unidade Hospitalar de Chaves. Na segunda questão uma pergunta ao senhor Presidente da Câmara, se há alguma ideia concreta quanto à

recuperação da estrada para Montalegre, eu fui há pouco tempo a Montalegre assistir a um festival de teatro, que muito honrou Montalegre, e vi que a estrada na parte que corresponde ao concelho de Chaves, tem um nível de degradação que começa a ser preocupante, já vinha de trás, eu sei, mas gostava de ter informação sobre a recuperação dessa estrada. Por outro lado, a CDU gostava de deixar um alerta importante sobre todo o pacote de descentralização que este Governo está a tentar passar para os Municípios, em conivências importantes com o PSD, na área da Saúde, na área da Educação e noutras, e lançar um alerta sobre os perigos que tal representa nomeadamente, na desresponsabilização do Estado nessas funções, que passarão a ser responsabilidade dos municípios; nas assimetrias em que municípios com capacidades diferentes darão respostas diferentes, e na falta de meios que parece evidente. O próprio Presidente da Câmara já reconheceu que, nos pacotes são transferidas responsabilidades que depois a parte financeira não cobre, nem de perto nem de longe. Seria importante que ao nível da saúde e da educação o estado Central não alijasse as suas responsabilidades como sustentáculo, digamos, da qualidade, da democraticidade, da proximidade desses cuidados, e funções sociais do estado. Finalmente recordar, e gostava que ficasse na ata desta Assembleia, que afinal, quando o partido Comunista em termos nacionais propôs um aumento do salário mínimo para 650 €, e por todos foi criticado inclusivamente pelo governo, que achou que a proposta era exorbitante e não estava à altura das possibilidades do País, depois vemos a nossa vizinha Espanha a subir 22% de uma só assentada o salário mínimo, e a França a subir em 100€ o mesmo salário. Recordar que a subida do salário mínimo corresponde, mais do que tudo, a uma questão de dignidade. Não é possível viver com um salário mínimo, tendo que pagar uma renda de casa e não é aceitável que um país da União Europeia exija à sua população que tenha dois empregos para poder viver com o mínimo de dignidade. Finalmente, que a subida do salário mínimo, representa um impulso que penetra até ao interior do país, que aumenta o pequeno consumo dos produtos locais, da restauração, de todo um conjunto de situações que estimulam em profundidade a economia do país". ----------

António José dos Santos, do **PSD** – "Bom dia a todos, quero desejar a todos um ótimo Natal e que, o próximo ano seja tão bom ou melhor que este. Cumprimento o senhor Presidente da Mesa e na sua pessoa todos os presentes. O que me traz aqui é o seguinte: faz hoje um mês que se deram os acontecimentos trágicos de Borba, acontecimentos que, como todos poderão observar e todos constatamos, houve ali pessoas que não intervieram no tempo certo, pessoas que não fizeram a conservação daquilo que é de todos, e pessoas que não fiscalizaram. A este propósito e nesta data ocorreu-me logo que nesta Assembleia iria fazer a seguinte pergunta ao senhor presidente da Câmara: Qual é o ponto de situação da estrutura rodoviária que liga Outeiro Seco a Vila Verde da Raia, a ponte sobre o rio Tâmega, que eu sei que já há muito se encontra em estado de degradação e, porventura, poderá estar em risco? Esta é a minha pergunta, será que está em condições para ser utilizada pelas pessoas?" ---

Rogério Alberto Amorim Reis de Moura, do **PS** – "Começou por cumprimentar todos os presentes na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal. Seguidamente fez a seguinte intervenção: "A Proteção Civil é a atividade desenvolvida pelo Estado, regiões Autónomas e Autarquias locais, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas, com a finalidade de prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave ou de catástrofe, de atenuar os seus efeitos, de proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo, quando aquelas situações ocorram. A atividade de

Proteção Civil tem caráter permanente, multidisciplinar e plurissectorial, cabendo a todos os órgãos e departamentos da administração pública, promover as condições indispensáveis à sua execução, de forma descentralizada, sem prejuízo do apoio mútuo entre organismos e entidades do mesmo nível ou provenientes de níveis superiores. Entendeu o Governo que quer as Autarquias locais, quer as entidades Intermunicipais poderão ter um papel mais participativo no apoio aos bombeiros. Neste sentido o decreto-lei aprovado recentemente, estabelece que os municípios em cuja área territorial atuem as equipas de intervenção permanente, as Associações de Bombeiros Voluntários podem apoiar o funcionamento das mesmas, designadamente, comparticipar nos custos decorrentes com seguros de acidentes de trabalho dos elementos que integram essas equipas, e nos custos com aquisição de equipamentos a elas afetos. O Município de Chaves num esforço sem precedente, apostou em definitivo na defesa da floresta contra incêndios, uma riqueza inestimável do concelho. Os apoios concedidos neste ano materializaram-se em meios financiados a seis equipas de combate a incêndios (ECIs), mais duas equipas de logística e apoio ao combate (ELAC) num complemento diário de 10 euros, aos bombeiros constituintes dessas mesmas equipas e integrantes do DECIR, num valor de 32.730 euros. Um custo anual com as duas equipas de intervenção permanente no valor de 63.728 euros, a uma equipa de intervenção permanente, nos Bombeiros Salvação Pública e outra nos Bombeiros Flavienses, e julgo que hoje será assinado o protocolo com os Bombeiros de Vidago para mais uma IPA. Portanto um apoio anual, às três associações de bombeiros do concelho, no valor total de 107. 500 euros; um apoio anual à equipa de sapadores florestais do Município, no valor de 30 mil euros, e um apoio anual à equipa de sapadores florestais da AFACC, no valor de 30 mil euros. Somando, um valor total de 263. 958 euros e, ainda, trabalhos realizados pelo Município em termos de defesa da floresta contra incêndios, no presente ano, tais como: realizados por empresas, por adjudicação, um investimento total de 184. 426,87 euros, dos quais 64. 818,85 euros, representam autofinanciamento suportado pelo Município. Limpeza de bermas e adaptação da rede viária florestal, abertura de 4,92 km das faixas de interrupção de combustíveis, realizadas ao abrigo do programa do fundo florestal permanente e áreas prioritárias. Realizado por meios próprios do Município, um investimento total 232. 781 euros. Faixas de redução de combustíveis adjacentes aos parques e polígonos industriais: parque de Campismo, parques de Lazer, Santuários, mercado Abastecedor, parque do Rebentão, Santuário de Santa Marta, Santuário da Senhora da Aparecida e das edificações como a de Vidago, Alto da Forca e Arcossó. Faixas de redução de combustíveis em estradas municipais executadas pelo Município de Chaves na zona sudoeste e noroeste do concelho, contrato de limpeza de bermas, faixas de redução de combustíveis em Estradas Municipais executadas pelos Sapadores, beneficiação de 147 km da rede viária rural com meios próprios, limpeza de bermas com meios próprios numa extensão de 105km, tudo num total de investimento de 681.165 euros, dos quais o Município financiou com meios próprios 561.155,85 euros. Enquanto membro da direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Flavienses, agradeço o esforço e dedicação deste Executivo, para os nossos Soldados da Paz, e tudo quanto tem vindo a permitir uma maior eficiência na prevenção e combate aos incêndios num esforço, repito, sem precedente. Para finalizar, desejo votos de feliz Natal e prospero Ano Novo para todos". ----------

---

Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, do **PS** – "Cumprimentou o senhor Presidente da Assembleia Municipal e, na sua pessoa, todos os presentes. "Venho a esta Assembleia magna, para referir e falar acerca de um assunto que me deixou bastante agradado e

que teve a sua concretização, no passado o dia 30 de novembro que é uma data que eu creio que nós Flavienses devemos guardar com alguma recordação e com alguma atenção, essencialmente por dois acontecimentos que tiveram lugar, neste concelho. Um deles foi o *Aquaforum,* na Vila Termal de Vidago, com a presença, se não estou em erro, da Secretária de Estado do Ambiente e com um painel de comentadores de grande gabarito, precisamente na temática da água, que com alguma piada alguém disse que *falar-se em meter água é sinónimo de erro*, aqui neste caso, parece-me a mim que a Câmara e muito bem a Comunidade Intermunicipal, estão a enveredar por um caminho que efetivamente terá futuro, e poderá potenciar o desenvolvimento territorial e o desenvolvimento económico da nossa cidade, do nosso Concelho e de toda a região do Alto Tâmega, que aliás por coincidência, estivemos hoje aqui a ouvir o seu Secretário, o professor Ramiro, a quem deixo aqui o meu elogio ao trabalho que tem vindo a fazer na Comunidade Intermunicipal. Destaco, também, que nesse mesmo dia, se realizou a primeira Gala do Empreendedorismo do Alto Tâmega, onde estive também como convidado, por fazer parte do primeiro grupo de mentores do Alto Tâmega, onde estou também doutamente acompanhado, por outras pessoas, pois sinto que estamos a encontrar um rumo, um meio para potenciar cada vez mais, a nossa região e o nosso concelho. A importância da água, como grande recurso natural que existe na nossa zona, seja das Termas de Chaves ou de Vidago, pode potenciar a Vidago recuperar todo o *Glamour* de outras épocas. É da maior importância, que desse fórum tenha saído a decisão de instalar, em pleno centro histórico da cidade de Chaves, o centro de valorização e transferência de tecnologia da água, ou seja, já estamos a beneficiar. Há todo um conjunto de iniciativas e actividades que me parece que estão a fazer despertar do torpor, em que estivemos mergulhados. Quero também elogiar todo o trabalho desenvolvido pela CIMAT, aproveitar para endereçar os meus parabéns e desejar o melhor sucesso ao senhor Presidente da Câmara, já que vai assumir em breve a presidência desta Comunidade Intermunicipal. Se não estou em erro é já no decurso deste mês, mas recordo a frase que disse o Presidente cessante Fernando Queiroga, aquando da gala do Empreendedorismo: *desafio qualquer das pessoas que aqui estão presentes a assistirem às reuniões da CIMAT e vocês vão ver que há algum esforço concertado, que não há uma partidarização, uma politização o que significa que estamos a trabalhar bem, significa que olhamos para os interesses gerais, isto é a minha opinião*. Assim sendo, quero aqui deixar este elogio e mais uma vez manifestar o total empenho do grupo Municipal do PS na continuidade deste sucesso. Aproveitar também para desejar a todos um feliz Natal e um bom Ano Novo". ----------

---

Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, do **PS** – Após cumprimentar todos os presentes, fez uma intervenção sobre a promoção da saúde: "Quando falamos de saúde muitas vezes o nosso discurso flui, através do conceito de doença e eu penso que, desde há muito tempo, nós devíamos direcionar o nosso discurso para a promoção da saúde. E hoje, de facto, senti com alguma alegria que os preceitos da promoção da saúde, foram aqui muito bem debatidos. Foi debatida a preocupação com um determinante da saúde, que é a pessoa ter emprego, a pessoa ter conseguido ter realização, ou vislumbrar no futuro a realização pessoal, através do acesso a esse aspeto relacionado com a nossa autodeterminação e com a possibilidade de vislumbrar um futuro risonho, conseguir determinar o seu autossustento e, também, foi falado aqui pelo professor Ramiro, a esperança que vai ser dada aos nossos jovens, em poderem empreender. A promoção da saúde muitas vezes é uma ação passiva que já auferimos, que as Autarquias nos proporcionam em termos de qualidade das atividades que desenvolvem, e já foram mencionadas aqui algumas atividades de promoção da saúde que nós ouvirmos,

nomeadamente em relação ao que nos é proporcionado pela Autarquia, em termos das instituições que estão disponíveis. ----------
Hoje queria falar também de alguns eventos que foram concretizados, nomeadamente um evento que nos é caro, em termos da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Chaves, em relação à comissão alargada, que inclui também uma comissão restrita que trabalha diariamente, uma vez que a comissão alargada, reúne mensalmente. Gostava só de referir que, ao longo do ciclo vital, as atividades que são proporcionadas aos cidadãos como atos de cidadania, a nossa preocupação com a criança e com o jovem, levou à realização de uma atividade no nosso Centro Hospitalar, que reuniu os elementos da Comissão e divulgou, também perante esta instituição, os objetivos da comissão alargada, para darmos às nossas crianças a segurança que elas precisam em termos de dotar a família, concretamente os pais, dos recursos que a comunidade lhe pode proporcionar. Obviamente, um pensamento que eu gostaria de deixar e que gostaria que fosse uma reflexão conjunta, é que muitas vezes a segurança destas crianças advém também da possibilidade que os pais têm de obter um emprego e de terem efetivamente, recursos económicos e financeiros para darem aos seus filhos e à sua família, as condições necessárias para uma vida digna, para promoverem a sua saúde. Só queria deixar esta reflexão que é a promoção da saúde pública, através da promoção da qualidade das atividades que nós já auferimos através da qualidade do ar, através da qualidade de vida que vai ser proporcionada por todos estes aspetos. Mais um aspeto que eu gostaria de deixar claro é que a promoção da saúde, da saúde física e mental, passa também por este advogar da nossa mentalidade, e desta abertura que de facto tem sido proporcionado por todas as entidades, e por toda a capacidade destas associações que promovem a vida, a saúde e promovem a integração das pessoas com menos possibilidades e menos oportunidades, e penso que isto hoje foi claro aqui através do testemunho de todas as pessoas que intervieram. Em relação às atividades, e em relação a esta atividade específica dos direitos humanos, têm sido lembrados e promovidos através dessas atividades do direito da criança a brincar. Foi uma atividade que foi promovida pela CPCJ, com uma atividade específica de lembrar a pedagogia do direito a brincar e dessa atividade também de promoção da saúde através da Autarquia, que faculta nas ruas e que faculta uma atividade física voluntária, uma atividade predestinada para o jogo e para as pessoas se sentirem incluídas e interação de umas com as outras em liberdade. Deixo, também aqui o testemunho dessa participação ativa da Comunidade hospitalar e, também, dos cuidados hospitalares que mostraram estar acessíveis e que mostraram também estar em conjunto com esta filosofia de apoio à criança, ao jovem ao adulto, ao adulto jovem e ao idoso, através dessa preocupação constante em cuidar. Queria deixar também um desejo de Boas Festas e feliz Natal para todos, com muita promoção da saúde, através desta partilha em família, dos recursos que esta comunidade nos oferece e que esta cidade nos tem oferecido em termos da imagem, através da luz, através de todas as atividades que tem promovido, parabéns. Para descansar o nosso Presidente de Mesa, vou ultimar este desejo de Bom Natal a todos, extensivo a toda a Comunidade Flaviense". ----------
---

Manuel Guerra Afonso, do **PS** – Saudou todos os presentes, na pessoa do Presidente da Assembleia Municipal. "Não saúdo a todos, individualmente, porque já percebi que não tenho tempo disponível, senhor Presidente da Câmara: vou ser preciso e incisivo, quero dar-lhe os meus parabéns aqui, por aquilo que fez na maioria das estradas do Concelho, ficaram esquecidas durante 5 anos, porque há cerca de 5 anos o seu antecessor prometeu-nos a pintura ou a marcação das estradas, esqueceu-se ou não veio o homem da tinta, não sei. O certo é que a marcação que foi tão solicitada, já está

feita, e gostaríamos de, noutra oportunidade, lhe darmos os parabéns por um tapete asfáltico, embora reconheçamos que a herança que lhe deixaram é pesada. Além disso gostava de referir também não só a marcação, mas a limpeza que foi feita às valetas de muitas das nossas estradas, não está concluído o processo está em andamento, mas havia estradas que já não viam limpeza de valetas, há mais de 15 anos. Desejo um Bom Natal a todos". ----------

Manuel Justino Matos Cunha, da **CDU** - "Só para referir uma questão pessoal. No meu tempo de estudante, fui algumas vezes de boleia para Lisboa com o João Maria Teixeira, para mim era muito mais confortável, do que ir nos autocarros que demoravam tempos infinitos e, portanto, queria aqui pessoalmente deixar os meus votos de pesar à família, aos amigos e ao PSD, porque eu tive um contacto específico com ele, durante um período da minha vida, em que ele me ajudou para que eu um dia fosse médico". -------

O senhor Presidente da Câmara, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. ----------

Penso que o voto de pesar que foi aqui expresso pelo grupo municipal do PSD, foi o voto de pesar, ao qual nos associamos todos, de forma sentida e intensa, porque, enfim para além das questões de natureza politico partidária, a pessoa em causa tinha com todos e comigo em particular também, um trato muito afável e próximo. Por conseguinte, teremos oportunidade de expressar, de outra forma à família, mais pessoal naturalmente, sentidas condolências pela perda que foi tão inesperada. Pelo menos para mim, que desconhecia em absoluto que ele estivesse doente. Vou tentar responder às várias questões, mas se eventualmente houver alguma que porventura não fique suficientemente esclarecida, agradeço que me suscitem, novamente. Relativamente ao Hospital e sempre o Hospital, é assim, eu percebo bem que o PCP tenha um ímpeto revolucionário e contestatário e que goste de manifestações de rua, é natural, faz parte do seu ADN, percebermos isso, é uma forma de ação política que nós respeitamos, mas com a qual não me identifico, como instrumento permanente da contestação. E, portanto, dizer que o processo relativamente ao Hospital, na minha perspetiva é da saúde e, mais uma vez, centramos tudo no hospital, tudo na doença e menos na dimensão da saúde. Para mim, o mais importante é que nós tenhamos uma comunidade mais saudável, isso é que importa, fazer com que não fiquemos em situação de doença. E isso faz-se com mais promoção, mais articulação, mais proximidade entre os profissionais de saúde, enfim mais educação, é muito importante fazê-lo, porque de outra forma, o que acontece é que curiosamente estamos perante o paradoxo: é nos países mais desenvolvidos, ou ditos mais desenvolvidos, onde há mais disponibilidades financeiras, que há mais doenças, curiosamente. E, portanto, se calhar, temos que mudar o paradigma, isto é, focarmos a sociedade no seu conjunto, naquilo que é essencial que é na prevenção da doença e na promoção de hábitos e atitudes saudáveis. Acho que isso será, cada vez mais importante, que devemos trazer para o enfoque, para a discussão na comunidade, pois penso que a reforma que vai ser feita, que terá que ser feita na saúde, irá centrar-se muito aí. Com isto não quero menosprezar, naturalmente, aquilo que são as exigências de uma sociedade moderna, relativamente à essência das estruturas de prestação de cuidados de saúde, seja na situação de doença nos cuidados primários, ou seja nos cuidados hospitalares. E dito isto que me parece essencial, dizer depois o seguinte: como sabem na saúde aconteceu a mudança do titular da pasta da saúde, neste momento temos uma ministra, à qual já pedimos uma audiência, para podermos assim abordar as questões da saúde,

sobretudo, as questões que mais nos preocupam ao nível dos recursos humanos, mas também das instalações e dos equipamentos, portanto teremos a oportunidade de transmitir a visão que a comunidade, no seu todo, tem sobre o assunto. Que os profissionais de saúde, em particular, também têm pela informação concreta acerca de insuficiências, de omissões, de falhas de articulação, de faltas de coesão, enfim, de problemas e necessidades que identificam, diariamente, nas suas atividades. Depois dizer que, de facto, há aqui uma falha da minha parte, porque ainda não foram convidados os senhores representantes dos Partidos políticos, sê-lo-ão, brevemente. Quis fazê-lo aquando da audição do Estatuto de Oposição, relativamente às grandes Opções para 2019, mas não foi considerado oportuno fazê-lo nessa data. Fica aqui o compromisso para o inicio de janeiro e, logo a seguir, teremos certamente uma reunião com a senhora Ministra da Saúde. De qualquer das formas não devemos escamotear uma coisa importante. É que desde a última conversa que tivemos aqui, desde a última reunião aconteceram algumas coisas e a meu ver bem, no Centro Hospitalar. Como sabem existe um novo aparelho de TAC, acho que isso é um aspeto importante que deve ser registado, porque não devemos só apontar as insuficiências, os problemas e as omissões, também temos que identificar algumas intervenções, que porventura vão sendo feitas ao nível da unidade Hospitalar de Chaves e, depois, dizer também que o que aconteceu nos últimos tempos foi: um novo equipamento de radiologia digital; abertura da consulta de especialidade em Oncologia; criação de equipa de transporte inter-hospitalar; aquisição de um ventilador de transporte do ecógrafo eletrocardiógrafo; máquina de gasometria central de motorização; autorização, finalmente para o encargo plurianual por causa de beneficiação do bloco operatório; e depois construções de novas instalações para o INEM e para a SIB; um novo equipamento de TAC; o atendimento pediátrico em presença física, que está em funcionamento 24 horas; houve um aumento do contrato de programa do Centro Hospitalar, recentemente, de 106 milhões para 112 milhões, e houve também neste último período a contratação de novos profissionais de saúde: mais 30 enfermeiros, 3 médicos pediatras, 3 médicos cirurgiões, 1 médico ortopedista, 1 técnico de radiologia, 1 farmacêutico e 7 assistentes operacionais. Dir-me-ão que são insuficientes. Naturalmente que são, no entanto, também nos fica bem registar aquilo que de evolução aconteceu, para que nós possamos ter informação mais rigorosa, para que também possamos discutir estas matérias como devem ser discutidas. E depois como sabem, abriu uma especialidade de Oncologia há dias, e as perspetivas, na minha opinião, são de tendência de inversão daquilo que foi o passado, que nós sempre censurámos. E, portanto, dizer que a nossa expetativa é que esta nova Ministra da Saúde, possa efetivamente perceber que existe uma necessidade imperiosa de requalificar as instalações desta Unidade Hospitalar, mas sobretudo dotá-la de mais recursos para que, efetivamente, possa haver maior produção e, por isso, estaremos naturalmente nesse espaço, para discutir com a senhora Ministra. Se, porventura, percebermos em função daquilo que for a avaliação da senhora ministra da Saúde, ou falta de sensibilidade por inércia ou omissão, então sim como eu já disse na última Assembleia Municipal, estaremos em condições, devemos preparar naturalmente uma ação mais enérgica sob o ponto de vista contestatário, nos órgãos de comunicação social, que depois culminará, naturalmente, com uma ação de rua, que é aquilo que se pede há muito tempo, mas não é na minha perspetiva o processo naturalmente a seguir. E, portanto, darei nota daquilo que for a evolução, sendo certo que continuamos por exemplo a entender que o bloco operatório, enfim, já tarda em iniciar as obras, porque já ouvimos falar dele não sei quantas vezes,

esperemos que seja uma realidade, mas de qualquer das formas, é uma preocupação central. Dizendo, por último, como disse sempre, esta não é uma competência municipal, também não está equacionado que possa vir a ser, no âmbito da descentralização administrativa, mas de qualquer das formas, os cidadãos, as organizações, as instituições deste concelho, naturalmente que têm, em primeiro lugar, a Câmara Municipal a pugnar por uma requalificação e por um reforço da capacidade desta unidade hospitalar. Depois dizer também que relativamente à estrada para Montalegre, e para aí temos duas estradas: a estrada municipal 108, que passa por Vilar de Perdizes e a 103 que vai para Braga. Ambas as estradas têm efetivamente questões que merecem a nossa critica e a nossa censura. No caso da 103, estamos a falar de uma estrada que tem o traçado muito exigente, sinuoso, que todos gostaríamos especialmente os concelhos que são servidos preferencialmente por esta estrada, que efetivamente houvesse uma correção do traçado, mas já percebemos que, pese embora as muitas vontades a solicitações e algumas promessas de correção, isso ainda não aconteceu de forma relevante, e não se augura nos próximos tempos que possa acontecer. Relativamente à outra estrada, que fica situada no concelho de Chaves, e que também necessita de intervenção, sabemos bem da dimensão do investimento que uma obra desta natureza necessariamente carece. Sabemos, também, que neste momento não existem recursos externos, designadamente financiamentos comunitários, que permitam cofinanciar o investimento, que pode situar-se de acordo com as estimativas feitas, entre 5 a 6 milhões de euros, para fazer a requalificação daquela estrada. Montalegre fez um investimento que é conhecido, é visível de requalificação do troço compreendido no respetivo território, que se situou em cerca de 3 milhões de euros, sendo financiado exclusivamente pelo Orçamento Municipal da Câmara Municipal de Montalegre, através de um empréstimo de longo prazo, que eu ainda tive oportunidade de conduzir. No que respeita à parte correspondente ao lado de Chaves, o processo será gradual e terá que ser construído num espaço mais alargado. Dizer que, apesar disso, e entendendo a necessidade e a premência da requalificação daquela estrada e atendendo, também, à circunstância de ser uma estrada que importa muito a Chaves, mas também a Montalegre, porque é o seu principal acesso de ligação às autoestradas, este compromisso sério já levou a fazermos diligências, junto do senhor Ministro do Planeamento, para o qual já remetemos o projeto e até elementos técnicos, no sentido de permitir perceber se no âmbito desta reprogramação, haverá condições ou não, de ser financiada no âmbito daquilo que é o financiamento *lasemail*. Ainda que não tenhamos *feedback*, nem positivo nem negativo, vamos naturalmente insistir para que isso possa acontecer. No entanto, e a pesar disso, tivemos que a nível municipal tomar algumas decisões, designadamente no que diz respeito à limpeza das bermas, fizemos uma limpeza das bermas que há muito tempo aquela estrada não via, estão regularizadas e tratados os taludes, como também fizemos uma intervenção, que foi a pintura do pavimento, essencial para quem utiliza aquela via, sobretudo, porque sabemos que é uma via que tem uma grande propensão para ter nevoeiro e portanto por questões de prevenção rodoviária, e também prevenção de sinistros, fez-se essa intervenção de pintura do pavimento que, naturalmente, não resolve o problema mas ajuda com certeza que os automobilistas possam fazer a viagem de forma mais segura, e posso afirmar que o *feedback* tem sido muito positivo, têm sido muitas as pessoas que fazem menção positiva, relativamente a esta intervenção. Por outro lado, está previsto para o ano de 2019, uma intervenção nesse mesmo troço, que é o troço que vai desde Soutelinho da Raia, até ao limite do concelho, portanto, até Meixide, que são cerca de

1200 a 1300 metros. Será feita uma requalificação integral, que vai fazer com que o perfil da estrada que vem de Montalegre possa ter sequência até à rotunda, e a nossa estimativa é que este investimento se cifre na ordem dos 360 mil euros. Portanto, é o primeiro passo que estamos a dar para a requalificação dessa via muito essencial, mas naturalmente na medida e condições daquilo que são as nossas capacidades financeiras, que são as que conhecem. Basta analisar os relatórios de execução, as contas de gerência e perceberão naturalmente quais são as disponibilidades financeiras que existem, são essas, não são outras, e é com elas que temos que trabalhar. Depois dizer também que relativamente ao pacote da descentralização, portanto, às competências que estão identificadas na Lei nº 50, de 16 de agosto de 2018, que são competências, que podem vir a ser, ou não, transferíveis para os Municípios, para as Comunidades Intermunicipais e, também, para as Freguesias. Estas transferências, feitas de forma direta, da Administração Central para a Administração Local, estão inseridas num processo que merecerá alguma discussão e, por conseguinte, a minha intenção é solicitar ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, que nós possamos durante o mês de janeiro, fazer nesta Assembleia uma discussão, tendo como tema central a descentralização administrativa abordando, necessariamente, todas aquelas matérias que constam do decreto Lei nº50, sejam aquelas que carecem de uma análise mais atenta e pormenorizada, de avaliação dos impactos quer financeiros, quer de outra natureza. Estamos a falar sobretudo de matérias relacionadas, com educação e com a saúde que têm na, minha perspetiva, que ser abordadas porque neste momento não temos suficiente informação de cariz financeiro, que nos permita avaliar se efetivamente, a operacionalização, a materialização a concretização dessas competências que são passíveis de serem transferidas para os municípios, se são suficientes e idóneas para que continuemos a garantir um serviço de idêntica natureza ou até mesmo, com uma melhor prestação de serviço à respetiva comunidade. Teremos que tomar essa decisão porque o Decreto Lei e, também, um conjunto de diplomas setoriais que concretizam cada uma dessas competências, e penso que só faltam sair dois ou três diplomas setoriais, digamos que a sua construção obriga a que os Órgãos Municipais, Câmara Municipal e Assembleia Municipal, tenham que se pronunciar de forma expressa, no caso de entenderem que as competências não são aceites, porque caso contrário, o silêncio será entendido e terá como consequência, a aceitação da competência. Por conseguinte entendemos nós que não devemos estar numa posição de omissão, mas sim devemos fazer aqui uma discussão sobre a importância, a relevância, a utilidade numa lógica de proximidade, de melhor serviço, e de prestação de melhor serviço à comunidade, e se efetivamente todas as competências devem, ou apenas algumas delas, ser aceites. Sendo certo que existem também competências que poderão vir a ser transferidas para as respetivas Comunidades Intermunicipais que devem também aqui ser objeto de discussão, acerca de qual a melhor opção no interesse naturalmente destas comunidades concelhias ou supramunicipais. E, como temos que tomar uma decisão, a primeira delas até dia 1 de fevereiro, designadamente a que tem a ver com as vias municipais, vamos então depois, enfim, pedir aos Serviços que nos preparem um documento para ser depois disponibilizado, pelos membros desta Assembleia para que aí, sim, possamos discutir caso a caso, competência a competência, da oportunidade e da relevância da aceitação dessa competência. Dizer que este diploma nº50, permite que os municípios possam não aceitar, nos anos de 2019 e 2020, mas posteriormente se esta lei não for alterada, os municípios terão que aceitar estas competências, seja qual for a sua opinião ou posição. Dizer também e não

me vou alongar muito nas questões de política nacional e nas considerações que o membro desta Assembleia Municipal, Manuel Cunha, fez sobre questões de âmbito nacional e sobre questões de natureza social, designadamente a questão do salário mínimo nacional, e se existem ou não existem condições para melhorar o salário mínimo nacional. Devo recordar, contudo, que desde 2015 a 2019, o incremento com o salário mínimo teve cerca de 100 euros e, para a função pública, possam ser de 130 ou de 125 euros, e portanto, há aqui um incremento que deve ser valorizado, em contraponto com o período anterior. Agora se é possível, ou não, ir mais longe, deixamos naturalmente ao critério de quem fez essa discussão no âmbito da Assembleia da República e, naturalmente, nas negociações de concertação entre as entidades patronais e as entidades representativas dos trabalhadores. Naturalmente que será um tema central muito importante, sendo certo que não discordo relativamente às vantagens e aos benefícios da melhoria do salário mínimo, e daquilo que representa para a melhoria das condições de vida sócio económicas dos trabalhadores que, nalguns casos, estão muito próximos do limiar da pobreza e, portanto, não tenho quanto a isso nenhuma dúvida, se houver condições para aumentar, estarei naturalmente de acordo. ----------

Depois dizer quanto à intervenção do membro desta Assembleia Municipal, António Santos, que as questões da segurança, são questões muito pertinentes e muito relevantes para a atividade municipal, como são para a atividade, enfim, dos vários serviços da administração central, mas também para a atividade privada e, por isso, foi determinado por mim que fossem feitas um conjunto de avaliações e de inspeções a várias infraestruturas, designadamente a essa, mas não só, porque foi identificado um conjunto de estruturas que pareceram merecedoras dessa avaliação, o que resultou serem contratualizadas a uma equipa externa para fazer esse trabalho de auditoria às próprias estruturas, designadamente à de Vila Verde da Raia, mas também à de perto do Hospital e até à ponte Carmona. E haverá também mais duas ou três infraestruturas que é importante fazer e porventura também dois ou três imóveis, em que temos que fazer essa avaliação e veremos quais são as conclusões, já que em função dessa avaliação, tomaremos algumas decisões necessárias. É certo que a infraestrutura que referiu, fica situada junto de Vila Verde da Raia, se é verdade o que diz, que está numa situação de perigo então, já deviam ter sido feitas obras e a verdade é que não foram feitas, até agora. ----------

Depois dizer que foram suscitadas aqui algumas questões sobre a atividade Municipal desenvolvida nos últimos tempos, seja no que diz respeito à atividade do Município de forma isolada, quer no que diz respeito à intervenção que é feita no âmbito da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega. É verdade que para nós é muito importante, numa lógica de afirmação e de coesão do território, mas também é muito importante que aquilo que são os nossos principais recursos, e não estou a falar dos produtos apenas, mas das pessoas, dos cidadãos, e das instituições, pois é muito importante que elas também se sintam reconhecidas, que se sintam envolvidas e que também se possam sentir participativas. E foi por isso que realizámos o *Aquaforum,* para dar relevância interna, mas também externa, daquilo que são os nossos recursos maiores. E o recurso central é a água, nas suas várias dimensões, mas também da dimensão da capacitação e da dimensão cientifica, porque essa é para nós muito importante e posso também aqui dizer que nós apresentámos uma candidatura para a constituição de um centro tecnológico, porque o que nós sabemos de forma segura, é que este território terá menos oportunidades se não tiver competências, se não tiver conhecimento e isso só se consegue com instituições de ensino superior. ----------

Nós, não temos, sabemos que não temos instituições publicas deste nível de ensino, portanto é um esforço muito grande no sentido de concretizar, fixar, nos territórios do Alto Tâmega, competências que permitam desenvolver o tal IDE de competências, que permitam desenvolver, sobretudo, conhecimento para podermos melhorar os produtos que temos ou eventualmente produzirmos produtos e serviços novos e, por isso, é uma estratégia que nos parece essencial e esperamos nós que possa ter sucesso porque, de outra forma, a situação e o cenário, serão muito difíceis. Depois dizer também que a iniciativa que foi feita para dar ênfase, para dar visibilidade, mas também para agradecer aos empresários e aos empreendedores, é mesmo também nessa lógica, para que eles percebam que este território do Alto Tâmega só terá verdadeiramente condições para evoluir, para crescer, se formos todos coesos e se estivermos alinhados todos, com o mesmo objetivo, isso tem que ser feito com as instituições públicas e sobretudo com os privados. Não nos podemos esquecer que a economia é feita sobretudo pelos e com os privados, podem naturalmente as entidades públicas, Câmaras Municipais e Governos desenhar as estratégias mais conseguidas, definir os objetivos mais importantes, se não tiverem uma cooperação e um comprometimento grande, por parte do setor empresarial, seja do social ou seja da saúde, ou industrial. Mas verdadeiramente o motor da economia, se isso não for feito, não teremos sucesso e, portanto, é nesta lógica de envolver todos, e também de incentivar os nossos maiores ativos, que são os nossos jovens que possam, não só perspetivar o futuro numa lógica de trabalho dependente, mas também e sobretudo como empreendedores, como empresários, eles próprios tendo a capacidade de transformar a sua vida, o seu território e transformar muito daquilo que nós fazemos. Portanto quero aqui saudar todos os jovens que tiveram a disponibilidade e que concretizaram não só ideias, como também fizeram e tiveram a possibilidade de concretizar projetos, que depois foram merecedores do *Startapvoucher.* E uma palavra de apreço para todos quantos o fizeram, porque esse é o caminho que nós devemos fazer, só assim podemos conseguir um futuro melhor porque não é, naturalmente, com proclamações e bons discursos que nós conseguiremos ter o tal desenvolvimento, para ficarmos numa posição em termos de índice e movimento mais relevantes. Porque neste momento somos os últimos da região Norte, a CIM do Alto Tâmega em termos de índice de movimento sintético, está no ultimo lugar e, portanto, não é muito interessante, teremos que conseguir alterar essa posição. Depois dizer, que também gostei da intervenção do membro desta Assembleia Municipal, Isabel Seixas, porque é esse o enfoque que nós temos que ter relativamente à saúde, aliás os ganhos de saúde e os ganhos de esperança de vida foram mais conseguidos com a melhoria das condições de vida e da alimentação, do que foram conseguidos por via dos medicamentos. É por aí que temos que continuar, é esse o caminho que temos que concretizar, enfim, se porventura houver alguma questão que eu não tenha esclarecido suficientemente, estarei naturalmente disponível para o poder fazer". ----------

PERÍODO DA ORDEM DO DIA----------

Ponto 1 - Aprovação da Ata da Sessão Anterior. ----------

A ata número quatro, referente à sessão ordinária realizada no passado dia 26 de setembro de 2018, foi colocada à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída por todos os membros desta Assembleia. ----------

Posta à votação foi aprovada por unanimidade. Três membros desta Assembleia não participaram na votação pelo facto de não terem estado presentes na sessão a que a

ata se refere. ----------

Relativamente à elaboração das atas, o senhor Presidente da Mesa, fez realçar o trabalho exigente que as mesmas representam, tendo em conta que cada Sessão corresponde, em média, a sete horas de gravação. Pela sua extensão e de acordo com o Regimento desta Assembleia, as intervenções têm que necessariamente ser transcritas, em forma de resumo, muito embora a intervenção original, se encontre arquivada, sob a forma de gravação. Mesmo assim, podem fazer-se transcrições integrais quando, após a respetiva intervenção, sejam entregues na Mesa, com a solicitação expressa da sua integral transcrição. ----------

Sobre este assunto interveio a deputada **Ana Maria Rodrigues Coelho**, do **PSD**, referindo que apoiava as palavras que o Presidente acabou de proferir, nomeadamente a existência em arquivo, com a gravação integral de todas as intervenções. No que respeita à ata que acabou de ser aprovada, quanto à sua intervenção, reconhece que foi transcrito o espírito daquilo que referiu, e que o resumo se apresenta coerente. No entanto, gostaria que constassem da mesma ata, os parágrafos onde foram citados os números correspondentes aos colaboradores da Autarquia. ----------

No seguimento deste assunto, entende a Mesa, que podem ser introduzidos os elementos agora solicitados e constantes da gravação respetiva. ----------

Neste sentido, a intervenção feita pelo membro do Grupo Municipal do PSD – Ana Maria Rodrigues Coelho, constante na ata nº 04/AM/2018, de 26.12.2018, na página 11, deve ser acrescentada da seguinte informação: ----------

"Número de colaboradores do Município, em 2017 – 443; 55% são Assistentes Operacionais (242); destes, 65% são do sexo masculino (158), associados aos serviços de água, limpeza e assistência operacional; dos 242 assistentes operacionais, 80% têm mais de 50 anos. ----------

Em 2017, o Município totalizou 8.285 dias de ausência ao trabalho. Destas, 5227 foram registadas pelos Assistentes Operacionais (63%) e 51%deveram-se especificamente a motivos de doença (4.222 dias). ----------

Se olharmos apenas para os assistentes operacionais do sexo masculino, os 158 que suportam as divisões de Águas e Resíduos e de Recursos Operacionais, registaram 3901,5 dias de ausência, 87% dos quais, por doença. ----------

O senhor **Presidente da Assembleia**, informou ainda sobre a necessidade de efetuar uma retificação à ata nº5/AM/2017, que passou a ler: ----------

"Retificação à ata nº5/AM/2017, ponto 28, pág. 41" ----------

I – Justificação ----------

Considerando que na sessão da Assembleia Municipal de Chaves, realizada no dia 20 de dezembro de 2017, vieram a ser eleitos pela Assembleia Municipal os cinco cidadãos para integrar o Conselho Municipal de Segurança; ----------

Considerando que a eleição dos referidos cidadãos, foi feita tendo como base lista conjunta do PS e PSD; ----------

Considerando que, por lapso, não veio a ficar registado na ata da referida Assembleia Municipal "ponto 28, pagina 41" o nome da cidadã Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, não obstante a mesma estar integrada na lista apresentada e aprovada pela Assembleia. ----------

II – Da proposta ----------

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito, torna-se necessário proceder à retificação da referida deliberação, passando a mesma a contemplar o nome da

referida cidadã, devidamente eleita para o Conselho Municipal de Segurança, passando o teor da referida deliberação a ser o seguinte: ----------
"28 – Representantes da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Segurança do Município de Chaves *----------*
O senhor ***Presidente da Câmara*** *disse que este ponto tem como objeto a eleição, pela Assembleia Municipal, de cinco cidadãos para integrar o Conselho Municipal de Segurança do Município de Chaves, para o mandato que agora se inicia. ----------*
O senhor ***Presidente da Mesa*** *deu conhecimento da entrada na mesa uma lista conjunta do PS e PSD com 5 eleitos diretos e 3 Presidentes de Junta tendo sido eleitos os seguintes membros: ----------*
Eleitos: ----------
Nuno André Coelho Chaves----------
Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves ----------
Manuel Justino Matos Cunha ----------
António José dos Santos ----------
Francisco José Gonçalves Oliveira ----------
Presidentes de Junta: ----------
Presidente da Junta de Freguesia de S. Vicente - Mário José dos Anjos; ----------
Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge – José António de Oliveira Carreira; ----------
Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior – Hugo Manuel Alves Silva; - Estes são os elementos que irão representar a Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Segurança do Município de Chaves." ----------
Posta à votação esta proposta foi aprovada por unanimidade. ----------
---

Ponto 2 - Informação prestada pelo Senhor Presidente da Câmara. ----------
---

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos, referiu que tendo "A informação sido disponibilizada aos membros desta Assembleia, estarei disponível para prestar algum esclarecimento, quanto à informação de caracter económico e financeiro até à data de 13 dezembro de 2018 naturalmente. Mas também relativamente áquilo que foram as atividades mais importantes enfim, a questão das obras em curso, do relatório, do quadro relativamente ao contencioso que existe com o município e, portanto, estarei disponível para todas as questões que possam ser suscitadas". ----------
Intervenções: ----------

Nuno André M. Coelho Chaves, do **PS** - "O grupo municipal do PS, quer congratular o senhor Presidente da Câmara, pois num sinal de clara abertura e de espírito democrático, acolheu a proposta apresentada pelo grupo municipal do Partido Social Democrata, que numa Assembleia anterior, sugeriram que gostariam de ver incluída, na informação da atividade do senhor Presidente, mais reuniões com ministros e secretários de Estado, pois bem o senhor Presidente da Câmara não só acolheu essa proposta, como fez ainda mais e melhor, ao invés de ir a Lisboa reunir com ministros e secretários de Estado, o concelho de Chaves registou, em cerca de 2 meses e meio, a presença de 11 membros do governo com especial destaque, naturalmente, para a presença do senhor Primeiro Ministro, numa reunião de trabalho de preparação da Cimeira Ibérica. Estou certo que estes encontros serviram para estabelecer proximidade, para apresentação daquela que é a estratégia deste Executivo, dos

principais projetos a desenvolver durante o mandato, em suma, serviu certamente para colocar Chaves no mapa e no seio das preocupações, também, do Governo do País. ----------

Carlos Afonso de Moura Teixeira do **PSD** – "Começo por agradecer as palavras elogiosas do deputado que me antecedeu, agradeço o elogio que nos fez e fizemos a observação que foi acolhida pelo senhor Presidente da Câmara. O papel da Oposição também se faz com oposição construtiva. Relativamente às questões que queríamos colocar ao senhor Presidente da Câmara, temos uma questão: foi feita uma reunião em Chaves, uma cerimónia de assinatura de protocolo entre Município e a Altice Portugal, com contornos que certamente trarão vantagem ao nível da modernização, isso é bom. Registamos com agrado esse protocolo, é sempre bom aderir às novas tecnologias, todavia senhor Presidente da Câmara, gostávamos de saber se foi abordada a questão do contencioso que temos com a MEO SA., uma participada da Altice que está em recurso e em contestação, que são os números de processo, 156/17, 157/17 e 158/17, respetivamente, de 1 milhão e 800 mil euros, a favor da Câmara Municipal 60 mil e 187 euros. Portanto, se esta questão do contencioso entre a Câmara Municipal e a Altice, a Holding deste grupo, foi abordado e se foi abordado, em que sentido". ----------
---

Gonçalo André Nascimento Alves do **CDS** – "Senhor Presidente, na atividade relevante vêm referidas, posso chamar-lhes assim, as comemorações do ano de mandato. Entre ações e entrevistas o senhor referiu a situação do emprego e do investimento privado e, numa recente entrevista à sinal TV, o senhor afirmou que ao fim de um ano as expetativas são animadoras porque, provavelmente estamos a falar de um ciclo de um ano, em que aquilo que são compromissos constantes das várias promessas e propostas de investimentos, estaremos a falar do número de cerca de 200 postos de trabalho, que possam estar relacionados com as várias propostas em vários investimentos e, ao mesmo tempo, com o volume de investimento superior a 20 milhões de euros, citei ipssis verbis. Afirmando posteriormente que estão em causa investimentos nacionais e estrangeiros, nomeadamente galegos, gostaria de lhe perguntar em quantos projetos estamos a falar? E em que situação está a fábrica têxtil de Vale de Anta?" ----------
---

O senhor Presidente da Câmara, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. ----------
"É sempre bom perceber que afinal aquilo que vai sendo dito, relativamente à melhoria da informação que é disponibilizada aos membros da Assembleia Municipal, estamos naturalmente disponíveis para continuar a fazer esse esforço, porque no passado não era bem essa a predisposição e, portanto, fica cá esse registo. Depois dizer que relativamente à questão que foi suscitada pelo membro desta Assembleia, Carlos Afonso, relativamente à Altice, devo informar que a iniciativa foi da Altice, não foi da Câmara Municipal, a iniciativa de celebrar este protocolo não foi em resultado de qualquer iniciativa ou de qualquer proposta do Executivo municipal. Penso que tem a ver com uma decisão estratégica desta empresa, a nível nacional, de reforço da sua presença, no nosso território e, sobretudo, aumentar aquilo que é a fibra ótica, nas cidades de média dimensão. Por isso é que esta iniciativa está a percorrer o país de norte a sul, Bragança, Mirandela, Chaves, Montalegre e, portanto, é claramente uma aposta de melhorar as comunicações e o serviço de dados, e a expectativa deles é que no caso concreto de Chaves, é isso que está no protocolo, que é um protocolo de colaboração, não tem sanções para o caso de incumprimento. O que eles se propõem,

neste protocolo de intenções, é fazer uma cobertura relativamente ao número de potenciais clientes, neste concelho, cerca de 75% em 3 anos. E isto parece-nos importante porque, infelizmente, ainda temos uma fraca rede a nível de internet, suportada através desta fibra ótica. Se é certo que os edifícios municipais têm fibra ótica ligada especificamente, a verdade é que ainda há um conjunto de edifícios e de particulares, empresas e outras entidades, que não têm essa possibilidade e, por conseguinte, hoje é cada vez mais um instrumento de trabalho fundamental para a promoção, para a comunicação, para todas as atividades económicas, ou de qualquer outra índole. E, portanto, vimos com agrado essa iniciativa, e vimos também com agrado, diga-se em abono da verdade um bocadinho também uma manobra de charme de alguma promoção que fizeram, a disponibilização de 2 ou 3 equipamentos para os Agrupamentos de Escolas e, também, para uma IPSS aqui do Concelho. Disponibilizaram recursos tecnológicos, uma televisão e outro tipo de equipamento, que terão muita utilidade para esta IPSS. Depois dizer que a questão do contencioso não foi abordada porque não houve oportunidade nem condições, para ser abordada. No entanto, devo reconhecer que quando este contacto foi feito e eu tive algum receio que eventualmente a questão do contencioso pudesse ser um aspeto a incluir no protocolo e, portanto, a primeira coisa que eu fiz foi: sim mandem-nos o teor do protocolo, a respetiva minuta para nós fazermos uma apreciação prévia, para nós podermos dizer se estaremos ou não, de acordo. O protocolo quanto a esse aspeto é claramente omisso, mas, enfim, deve ser por dever de ofício, até por defeito de oficio, introduzimos lá um parágrafo a dizer que de facto este protocolo não prejudica, não interfere em nada com aquilo que é o quadro legal em vigor e, em particular, os regulamentos municipais de ocupação do subsolo, também das respetivas taxas de liquidação dessa ocupação, e, portanto, esse risco não existe. Dizer, no entanto, que esta questão de contencioso não é apenas com a MEO é com todas as empresas que fazem utilização do solo, do subsolo e do espaço aéreo. Portanto o município tem o regulamento em vigor que obriga a quem quiser desenvolver uma atividade, que tenha necessidade de conduzir tubos, ou fios ou outro tipo de estruturas pelo território, tenha que pagar uma taxa ao Município, um euro por cada metro linear por ano e, neste caso, estão nesta condição um conjunto de empresas de telecomunicações: Meo, Altice, Vodafone e outras, como também estão a EDP, as Águas do Norte e a Duriense Gás. Devo dizer que, em abono da verdade, nós este ano tivemos, pela primeira vez, a arrecadação de uma receita relativamente à Altice de 2,1 milhões de euros, já a arrecadámos em 2018. Mas esta boa notícia, que nos perspetivava e nos augurava uma via de receita que nos permitiria fazer algumas obras que não estavam inicialmente previstas para o ano de 2019, a verdade é que já tivemos duas sentenças posteriores, em que as decisões não nos são desfavoráveis e, portanto, neste preciso momento existe aqui alguma expectativa relativamente àquilo que vai ser o sucesso ou o insucesso destas decisões. Já pedi aos respetivos serviços jurídicos a aferição desta matéria para ponderarmos se continuamos a entrepor ações contra estas empresas, ou aguardamos porventura que o governo, que diz querer regulamentar sobre esta matéria, para depois nós, em função daquilo que forem essas regras, podermos alterar o regulamento municipal que temos em vigor. Porque a verdade é que continuarmos com esta estratégia, vai fazer com que em caso de nós não termos vencimento nas ações, tenhamos que pagar os custos processuais e os custos relacionados com o patrocínio dessas mesmas ações, que são ações de 1 milhão ou 2 milhões de euros. Podemos estar a falar dezenas de milhares euros, é uma matéria que está a ser neste momento objeto de ponderação e depois transmitiremos a esta Assembleia, qual será a nossa posição definitiva, sendo certo que neste momento a situação é algo preocupante, porque a nossa expectativa pode não ser concretizada.

Digamos que se estas decisões que nós tivemos ultimamente como favoráveis, se fossem, digamos assim, extensíveis ao resto do País, naturalmente que a Altice, estaria numa situação de falência imediata, como é obvio. Percebemos que a questão seja muito relevante, mas de qualquer das formas entendemos também que os Municípios têm direito a serem remunerados pela utilização do espaço, seja espaço do subsolo, ou seja espaço aéreo. Agora se é nesta medida ou se é noutra, essa é outra discussão que terá que ser feita. De qualquer das formas, aproveito à guisa desta explicação, dizer toda a informação que nós temos sobre este dossier, não temos mais é isto temos neste momento. Depois, dizer ao membro desta Assembleia do CDS-PP, sinceramente essa questão, não percebo que questão fez, relativamente à informação municipal que disponibilizei. Se não tem qualquer dúvida sobre essa matéria, ou pretende alguma informação complementar, a minha resposta é que devia aproveitar o período Antes da Ordem do Dia para fazer, o que fez agora. Não o fez, e quer utilizar outro instrumento, então aproveite para a próxima reunião, e nessa próxima reunião responderei, no período Antes da Ordem do Dia". ----------

---

Ponto 3 - Liquidação da Sociedade MARC, SA. Ativo superveniente partilha adicional. Informação/proposta nº43/GNE/2018; ----------

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, procedeu à apresentação da proposta. ----------

"Esta proposta o que pretende, em síntese, é que esta Assembleia, possa tomar conhecimento de algumas decisões e atos que foram praticados, na sequência da própria liquidação e extinção da Sociedade MARC, ou seja do Mercado Abastecedor. E como sabem o Mercado Abastecedor, que foi criado em 2002 tinha como constituintes originárias a SIMAB, o Município, a AMAT e depois, fruto de alterações várias, acabou por o Município de Chaves, ter uma posição muito relevante, de 91%. Por causa de questões relacionadas com o financiamento desta empresa local e da necessidade de a ajustar a uma lei que, entretanto, saiu, que é a lei das empresas locais, foi extinta. De qualquer das formas no momento da extinção, quando foi apresentada a conta final, houve um lapso, um esquecimento. É que foram apenas identificados no ativo da empresa, para além dos edifícios, apenas mais dois prédios urbanos, e foram esquecidos sete prédios rústicos. Recentemente a Câmara Municipal foi notificada pela Autoridade Tributária e Aduaneira que reclamava o pagamento de IMI, correspondente a estes sete prédios, e foi aí que percebemos que afinal a liquidação não tinha sido bem-feita. Concluiu-se, então, que na prática nem os Órgãos de Gestão, nem o Revisor Oficial de Contas, tinham dado conta que se tinham esquecido destes prédios. Portanto, o que se fez, foi uma liquidação adicional e uma partilha, sendo certo que essa partilha beneficiou apenas e só, como é natural, o Município de Chaves. E é deste especto que aqui se vem dar conhecimento. De qualquer das formas dizer que, naturalmente, isto enriquece o ativo do Município de Chaves, foi um lapso que foi corrigido desta forma, e aproveito, também, para informar que a escritura necessária para fazer a tal partilha, já foi feita e o respetivo registo também, já se encontrando neste momento o processo fechado e consolidado. ----------

Sobre este ponto da Ordem de Trabalhos não se verificaram intervenções. ----------

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. ----------

Ponto 4 - Fundação Nadir Afonso – Investimento total da operação e respetiva comparticipação financeira. Informação nº 63/DGF/2018. ----------

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, procedeu à apresentação deste Ponto da Ordem de Trabalhos. ----------
"Este é um assunto que já mereceu nesta Assembleia Municipal intensas e calorosas discussões e debates, muitas apreciações, umas de carater elogioso, e outras de caráter mais negativo. De qualquer das formas, dizer que a informação que, durante muitos anos, andámos a pedir que nos fosse facultada, acerca do custo real e efetivo do investimento da fundação Nadir Afonso, afinal era possível obtê-la. E aqui se encontra essa informação, apresentada de forma até pormenorizada. Contempla as várias dimensões e componentes e os correspondentes custos efetivos para o Município, com a construção do edifício inicialmente previsto para ficar afeto à sede da Fundação Nadir Afonso, hoje Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso, mas também os respetivos acessos, e os terrenos necessários para a sua implantação. Podemos conhecer hoje, em pormenor, não só as vicissitudes que a construção teve, mas também as fontes do financiamento e as várias mudanças e alterações que foi necessário fazer, em função naturalmente de aspetos de execução do projeto que esta dimensão implica e, também, das reprogramações físicas e financeiras de que este projeto foi objeto. Termino só para dizer que é importante que se perceba que este investimento custou ao Município de Chaves 3 milhões e 688 mil euros, através de fundos próprios, porque o investimento total foi de 8 milhões e 48 mil euros. E, portanto, dizer que este investimento foi feito nesta lógica, nesta dimensão, e isso sim é que é censurável, sem que tivesse havido um compromisso firme, robusto, com valor jurídico, para que efetivamente aquilo que foi desenhado como sede de uma associação, fosse verdadeiramente sede de uma associação, e que a gestão da mesma pudesse ser assumida pela respetiva Fundação. Esta é a minha perspetiva que, no momento em que a candidatura foi apresentada, devia ter havido um compromisso de natureza jurídica, que garantisse efetivamente que havia aqui um projeto comum para o futuro. Isso não aconteceu e isso é que é censurável e condenável, na minha perspetiva. Também é condenável que, até hoje, esta informação nos tenha sido sonegada, não nos tenha sido apresentada. Era simples, bastava pedir aos serviços municipais competentes, certamente em dois meses a informação aparecia, como apareceu. Como também temos para disponibilizar de imediato, e peço desculpa porque não foi enviada para a mesa da Assembleia Municipal, mas já foi levada ao conhecimento do Executivo municipal, que pode ser consultado na ata de 18 de outubro de 2018, quais são os custos mais relevantes relativamente ao funcionamento do Museu de Arte Contemporânea. É importante conhecermos qual é o custo anual de funcionamento daquele equipamento relevante em termos culturais, para podermos concluir daí o que será necessário ainda fazer, para que este equipamento tenha a relevância, a notoriedade que todos gostaremos que venha a ter. Aproveito ainda para informar que o projeto e a candidatura inicial, se encontram identificados, tanto na candidatura como nos documentos previsionais, como Fundação Nadir Afonso. Isto porque a alteração da denominação é posterior, mais recente, só depois do financiamento é que foi batizado como Museu de Arte Contemporânea. Portanto, esta informação é relativa à Fundação, porque foi para essa finalidade que os projetos foram apresentados, e o financiamento foi proposto e aceite. ----------
Intervenções: ----------

Pedro Miguel Vieira Miranda, do **PSD** – Começou por cumprimentar todos os presentes, na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal. Seguidamente referiu: "Somos dos poucos municípios, senão o único do País, que pode contar, com uma infraestrutura como o MACNA, um projeto com a mão do arquiteto Siza Vieira, um

dos melhores da Europa e com a obra de um dos expoentes máximos da pintura em Portugal e Flaviense de origem, o mestre Nadir Afonso. Com esta obra o nosso concelho ficou sem dúvida mais rico patrimonialmente, arquitetonicamente e culturalmente e a prova disso são os prémios, com que foi recentemente galardoado. Depois, desta pequena introdução, o senhor Presidente da Câmara disse anteriormente, nesta Assembleia, que estavam a decorrer conversas com diversas entidades para definir parcerias. Senhor Presidente, o que resultou dessas conversas, até ao momento? Disse também que reuniu com Ministério da Cultura, no sentido de equacionar a integração do MACNA, numa rede de museus. O que resultou, até ao momento, dessas conversas? Disse, ainda, que era preciso contratar um diretor artístico para o museu, como se encontra essa situação? E gostaríamos de saber ainda se já existe ou não, um plano de negócios para o MACNA? Aproveito para desejar umas Boas Festas e um próspero Ano Novo 2019 a todos". ----------

Nuno André M. Coelho Chaves, do **PS** – Começou por referir que "É extraordinária a posição do grupo Municipal do PSD porque, recusando-se a fazer o exercício de memória assumindo as suas responsabilidades, e recordo aqui que lideraram o Executivo Autárquico durante 16 anos, não apresentaram uma única proposta, uma única perspetiva de futuro. Recusaram-se, a isso, fizeram simplesmente um conjunto de perguntas que, salvo erro, facilmente podemos encontrar em muitas atas desta Assembleia Municipal, colocadas precisamente ao anterior Presidente da Câmara Municipal. Mas caras e caros Deputados municipais, o Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso é o exemplo perfeito da gestão autárquica do anterior Executivo, aliás dos anteriores executivos, do período liderado pelo Partido Social Democrata. Depois do esclarecimento fornecido pela atual gestão Municipal, ficamos a saber os contornos deste brilhante negócio, escondendo-se através dos chavões da arte e do conhecimento, os anteriores Executivos do PSD fizeram um ruinoso negócio para o Município de Chaves e para os Flavienses. Mas vamos por partes, a Câmara Municipal de Chaves, empreitou a construção de um edifício, na margem direita do rio Tâmega, projetado pelo consagrado arquiteto Siza Vieira, com o propósito de albergar a Fundação Nadir Afonso. Consta que havia um compromisso entre a Câmara Municipal de Chaves e Nadir Afonso, através do qual, a Câmara Municipal construiria o edifício e cedê-lo-ia, gratuitamente, à Fundação. Nadir Afonso, por sua vez, comprometer-se-ia a criar a dita Fundação e gerir o edifício, em conformidade. Ora, a Fundação que era para o ser não o é, nem nunca o foi, e os custos que eram para ser suportados pela tal Fundação também não o são. Deste modo, ficou a Câmara Municipal de Chaves e, por conseguinte, os Flavienses com o ónus de construir um luxuoso edifício, no valor exato que hoje finalmente conhecemos, de aproximadamente 8 milhões de euros, para albergar uma coleção privada. O Município paga a manutenção, paga aos funcionários, a segurança e assegura os riscos dessa mesma coleção. Ora esta situação, vinda dos anteriores executivos, foi um negócio no mínimo pouco inteligente, assegurar todo o passivo e não ter nenhuma parte no ativo. Mas sei bem que a bancada do Partido Social Democrata, nos vai dizer que a promoção da cultura e do concelho Chaves terá um valor inestimado, e que o Museu faz um excelente trabalho. Deixem-me, então ser mais preciso: como os valores do investimento no edifício foram de 8 milhões de euros, como tal como o senhor Presidente referiu há pouco, teve de suportar 3 milhões e 600 mil euros de fundos próprios, uma vez que o restante foi financiado por fundos comunitários. Mais se este número nos parece excessivo, porque o é, de facto, ainda faltam somar a estes, outros custos, como sejam os custos de funcionamento e de manutenção. E, embora, não exista nenhum relatório de gestão do Museu de Arte Contemporânea Nadir

Afonso, de acordo com o relatório de auditoria interna realizado entre 22 de maio e 23 de julho do presente ano, documento esse, que foi à reunião de Câmara no dia 18 de outubro, foi possível apurar os custos de funcionamento e de manutenção do MACNA, durante o ano 2017. E pasme-se, os custos de funcionamento e de manutenção do museu, atingem o valor de 600 mil euros. Este número, no entanto, até poderia ser mitigado com a receita de bilheteira, mas meus caros e caras deputados municipais, a receita de bilheteira deste Museu não dá para pagar sequer a conta do gás, e isto não é um exagero, como muitas vezes se pode entender, no calor desta Assembleia, no calor do debate político. No meio destas despesas todas, a receita proveniente da venda de bilhetes no ano 2017, não ultrapassou os 20 mil euros. Mas o absurdo, de tudo isto não fica por aqui. Um museu que se quer afirmar no roteiro Europeu da Arte Contemporânea, como prometia o anterior Executivo, não teve, nem definiu um plano de atividades. Dos 11 mil 121 visitantes registados em 2017, tendo como base apenas um ficheiro enviado ao INE, nem sequer há um relatório do número de visitas, não há procedimentos para isto. Dos 11 mil 121 visitantes, 5.867 tiveram entrada gratuita, não estando especificado o âmbito em que o fizeram. Estamos a falar de mais de 50% dos visitantes, mais precisamente 52,8%, não existe um registo, não há um inventário do material vendido, não há um procedimento de atendimento ao público, não existe sequer um Regulamento Interno de funcionamento do museu. Resumindo, os anteriores Executivos gastaram uma fortuna com este museu, oneraram este a pagar um valor exorbitante, em termos de custos de funcionamento e de manutenção, não tendo qualquer controle ou propriedade sobre o seu espólio, e assegura na mesma todos os riscos que possam acontecer às obras expostas. Aliás, consta no relatório que referi há pouco que, aquando da verificação do inventário do protocolo, verificou-se que muitas dessas obras, e estou a utilizar a palavra que consta no relatório das obras do referido protocolo, não se encontram no MACNA, nem se encontra em lado nenhum a sua saída, e a correspondente atualização. Verificou-se, por outro lado, a existência de várias obras pertencentes a Fundação, ou à Dr.ª Laura, que não constam no protocolo, mas que se encontram no arquivo do museu. Em relação a estas, o Município naturalmente, supostamente, não terá qualquer responsabilidade, em caso de acidente e incidente, mas sobretudo, está neste momento, a assumir os encargos, com os seguros, ou assumiu, porque é uma situação que colocamos também se a Câmara tem, ou já resolveu esta situação, que assume, ou assumiu os encargos com os seguros destas obras, como é referido também no dito relatório. Portanto, ao invés de procurarem respostas às vossas perguntas, deveriam também, procurar ou poder responder: O que é que sugerem também? Qual o vosso contributo em relação a esta situação? Se continuamos ou não com estes encargos anuais? Tem o município de Chaves condições para pagar estes valores, para a exposição de uma coleção que não é nossa? Se acham sustentável que a receita de bilheteira, nem dê para pagar a conta do gás? Se tem ou não o Município de Chaves outras prioridades, outros investimentos mais estruturantes para o Concelho? Acham que o museu goza, ou tem um conjunto de procedimentos, que constituam boas práticas? São respostas para estas perguntas que gostaríamos que o grupo Municipal do Partido Social Democrata, nos desse. Pois sabem bem que o legado, que deixaram ao atual Executivo, as tinha todas em aberto. Muito obrigado”. ----------

---

Pedro Miguel Vieira Miranda, do **PSD** – “Bom dia a todos mais uma vez. Sendo a esquerda tão defensora da aposta na cultura, custa-me ouvir o senhor membro desta Assembleia, dizer que foi uma aposta ruinosa, apostar na cultura no Concelho. Falam em olhar para o futuro, e já é a segunda ou terceira vez que diz aqui isso. Temos um

museu como não há, no interior do País. O PPD/PSD, está disponível para ajudar na promoção cultural do museu se o Executivo assim o entender.” ----------

Manuel Justino Matos Cunha, da **CDU** – “Vamos por partes. Disse aqui que o Mestre Nadir Afonso deveria estar profundamente envergonhado pelo comportamento da Fundação Nadir Afonso. Porque do que me parece a mim que é esta história, temos uma profunda incompetência jurídica de relacionamento técnico dos anteriores Executivos do PSD, isso é inquestionável. Acho que tem que haver algum pudor pela incompetência com que as coisas foram feitas, e temos uma profunda desonestidade, um profundo oportunismo da Fundação Nadir Afonso, que também é bom que fique esclarecido. Isto faz lembrar a coleção Berardo e o CCB, que é pôr as instituições públicas, autarquias ou estado a financiar negócios privados e, portanto, eu gostava de ver mais bem esmiuçados, como se costuma dizer, estes encargos de 50 mil euros, por mês. Porque me parece que não são apenas salários, é preciso saber que seguros é que a Autarquia está a pagar, para financiar um espólio privado. Eu não tinha a ideia da dimensão dos números, que foram agora apresentados e há aqui qualquer coisa que não se pode manter. Agora nesta questão, o PSD tem que ter algum pudor e alguma delicadeza, porque colocou a Autarquia num espartilho do qual não sei se é fácil sair sem, desde logo, uma humilhação do mestre Nadir Afonso, porque não é possível publicamente atacar a Fundação, sem que na prática toda a memória do Mestre Nadir Afonso fique afetada. É verdade que, ou rapidamente se esclarece esta situação ou temos aqui, há qualquer coisa que é preciso decompor e eu estou a fazer esta intervenção profundamente espontânea, sem ter mais dados e sem ter tido tempo para pensar, mas há coisas que se chamam bom senso e o que aqui está, não pode continuar. É que não haja dúvidas sobre isto, porque é difícil que nos encargos de que falam, uma parte importante não seja encargos de seguros, de estabilização, eu visitei o Museu e sei que tem condições modernas para as obras. Mas esse é o interesse da Fundação, do seu negócio e, sejamos transparentes, da riqueza de que os sócios da Fundação, que no essencial são os herdeiros do Nadir Afonso, têm na situação. Agora, isto não é sustentável, mas o edifício é da autarquia? É. O edifício e rapidamente sem ofensas, respeitando as normas jurídicas, a evolução do edifício, tem que ser completamente diferente de ter o espólio de Nadir Afonso, que aliás é uma condicionante. A menos que os acordos que estão escritos, e, nomeadamente o arquiteto Siza Vieira, não sei se os financiamentos da União Europeia ponham aqui um espartilho, que não se possa sair disto. Porque, isto é uma situação completamente insustentável. Agora qual é a solução? É investir na cultura, é investir no edifício, é investir na dinâmica do edifício. Têm que se libertar é da Fundação Nadir Afonso e essa responsabilidade, queiram ou não, agora é deste Executivo, que pode ter que estudar, que pode ter que analisar, mas vai ter que sujar as mãos. Porque isto é insustentável, isto é pôr uma fundação privada a funcionar à custa dos dinheiros públicos. Eu, já o tinha dito, recordam-se que eu disse aqui, que a viúva do Mestre Nadir Afonso devia ter algum pudor e alguma vergonha pelo seu comportamento, porque eu quando digo a viúva, são os herdeiros, não é pessoal eu não conheço a Dr.ª Laura e não tenho nada contra ela, nada disso, mas há aqui qualquer coisa que, rapidamente, tem que ser clarificado. Agora indo ao encontro do que disse o deputado municipal do PSD, aproveitemos a riqueza que temos aqui, aproveitemos o património arquitetónico, aproveitemos o dinheiro que se investiu, mas temos que lhe dar uma outra dinâmica que, rapidamente, se tem que libertar do espartilho da fundação e da obra do Mestre Nadir Afonso. Encontrar formas, desafiando, e nós cá voltaremos em futuras Assembleias Municipais para refletir a questão do Museu das Termas Romanas e da

irresponsabilidade do Estado que ficaram por aí, a lavar as mãos do património cultural de um país, não é? E aqui temos que encontrar soluções que também provavelmente terão que envolver o Estado. Agora o que não pode ser é esta utilização constante dos dinheiros públicos, por parte de instituições privadas e não há aqui um beliscar ao Mestre Nadir Afonso. Não há aqui um "ai", às suas qualidades artísticas, estéticas, teóricas, até porque eu não vi em nenhum momento que ele, compactuasse com a evolução que esta situação teve. Termino agora com uma espécie de delírio de grandeza, porque provavelmente, ou isto sempre foi exagerado ou, então, os encargos de que se está a falar, há aqui qualquer coisa que não encaixa." ----------

Ana Maria Rodrigues Coelho, do **PSD** – "Não tinha previsto fazer aqui qualquer intervenção, mas não posso deixar de dar aqui uma nota, porque, acho que começa a ser sistematicamente repetitivo, cansativo e até um bocado patético, a forma como se vêm defender alguns pontos, por parte da bancada socialista. Relembro, que quando o PS concorreu às eleições, sabia deste património e das eventuais dificuldades da sua rentabilização e dinamização. Sabia, com certeza, porque não é preciso fazer um apuramento exaustivo das contas, que os custos de manutenção do mesmo seriam elevados. Portanto, à semelhança de muitos outros assuntos que vêm a esta Assembleia, o passado não deve ser esquecido, concordo, porque quem não se lembra do passado, não sabe quando vai para a frente, mas não pode servir de desculpa para tudo, nomeadamente para justificar a vossa falta de ideias. Porque o que veio aqui perguntar, seria uma responsabilidade do PSD, se estivesse neste momento no Executivo. Mas não está e, portanto, o senhor Presidente e a sua bancada é que têm que responder. E o que eu esperaria aqui é que com estas contas que aqui vêm, viesse também uma proposta de solução, mas não. Sistematicamente vêm aqui as contas, vêm aqui os problemas e vêm aqui os erros que foram cometidos e foram cometidos muitos, é verdade, pois só não comete erros que não faz as coisas. Portanto, é verdade que os sucessivos governos municipais do PSD, cometeram erros, mas também fizeram muitas coisas bem-feitas. E agora eu pergunto também: Chaves, está ou não mais rica com este equipamento? Vale a pena, ou não, mantê-lo? E estará, ou não, este Executivo disponível para encontrar uma solução, seja a título individual com o seu Executivo ou numa análise partilhada, com os grupos municipais, com as forças vivas da cidade? Ou então é para fechar? Porque assim estão a dizer que não há soluções. Então se não há soluções, fecha-se, é isso? É essa a solução? Não cabe à bancada social-democrata responder ás suas perguntas. Cabe ao seu Executivo responder, porque foi para isso, que foi eleito". ----------

Nuno André M. Coelho Chaves, do **PS** - "Será de um desplante e, no mínimo a si, já ao seu colega de bancada até seria permitido, portanto, não ter memória porque, presumo que seja o primeiro mandato ou não seria efetivo, nos anteriores mandatos desta Assembleia. Já a membro desta Assembleia Municipal, Ana Coelho, é preciso ter um desplante e uma desfaçatez muito grande, mas aliás, isso tem sido o timbre da bancada do Partido Social Democrata querer que, durante ou após um ano, deste Executivo ter tomado posse, encontre soluções, responda aos problemas que vocês criaram neste Concelho durante os últimos 16 anos. Seria extraordinário. Mas, há aqui uma coisa muito importante e que a membro desta Assembleia Municipal, Ana Coelho, tenta aqui sonegar, é que muita desta informação que vem a esta Assembleia Municipal, nomeadamente o valor total do investimento, o relatório, a informação sobre os custos financiamento, de funcionamento e manutenção deste Museu, quero aqui também recordar que foi, por diversas vezes, solicitado pelo grupo municipal do partido

Socialista, por inúmeras vezes, e não encontrou resposta, dos anteriores executivos liderados pelo seu partido. Portanto, senhora membro desta Assembleia Municipal, Ana Coelho, antes de se encontrarem soluções é preciso perceber e saber realmente, qual é a informação e quais são os verdadeiros custos de funcionamento de manutenção deste Museu. De facto, faz aqui uma afirmação, ou põe uma questão que é se este concelho de Chaves está, ou não, mais rico, com este equipamento. Eu quero-lhe, aqui responder muito frontalmente, não! Todos os anos, vê o seu Orçamento Municipal depauperado em cerca de 600 mil euros, com custos mensais superiores a 40 mil euros. É isso que nós temos e, é aquilo que vocês deixaram". ----------

Anselmo José Martins, do **PS**. Senhor Presidente da Mesa, senhora secretária, senhor Presidente da Câmara, restante executivo municipal, senhores membros desta Assembleia Municipal senhoras e senhores Presidentes de Junta. Sinceramente não ficaria de bem com a minha consciência se me limitasse a ficar ali sentado, quando se aborda o assunto MACNA. E, não ficaria de consciência tranquila, porque acompanhei este processo desde a sua génese. Quando o mestre Nadir Afonso, ainda no tempo de executivos do PS, principalmente, na presidência do Alexandre Chaves mostrou o interesse em que fossem criadas condições para a instalação da sede, da Fundação Nadir Afonso, o executivo do PS, à época, propôs-lhe o edifício onde funcionou o antigo magistério. Seria melhorado e que albergaria a obra Nadir Afonso em condições, eu diria quase ideais não superluxuosas, não com um projeto Siza Vieira, mas em condições muitíssimo boas. À época, o Mestre Nadir Afonso, não quis. Queria algo muito mais vultuoso, muito mais, ou seja, próprio de municípios que têm dinheiro a rodos o que não é o caso do Município de Chaves. Entretanto o poder político no Concelho mudou, vontade do eleitorado que é sempre de respeitar, e o PSD, assumiu os destinos do Concelho. E, a gestão do PSD, acedeu aos desejos do Mestre Nadir Afonso e acedeu com base num protocolo. Foi assinado por ambas as partes. Ambas as partes não é bem assim e é bom que se esclareça. O que seria correto, teria sido um protocolo estabelecido entre a Câmara Municipal de Chaves e a Fundação Nadir Afonso, porque essa é uma instituição que responde, digamos assim e perdoem-me se não usar a nomenclatura adequada responde financeiramente, não, o protocolo foi assinado com o cidadão Nadir Afonso, não com a instituição, mas com o cidadão. As obras decorreram, têm o luxo que têm, têm o preço que têm e quando me dizem assim: mas é uma obra de qualidade e que põe Chaves no contexto nacional e internacional. Sim, incontestável. Perguntem-me se eu não gostaria de ter um Ferrari? Sim, adoraria ter um Ferrari e ficar-me-ia muito bem e se calhar até tenho reconhecimento por parte de instituições financeiras, até me emprestariam o dinheiro para comprar o Ferrari, até reconheço isso. Mas tenho eu condições de suportar um Ferrari? Nem pensem nisso. Mas, a membro desta Assembleia municipal, Ana Coelho, não gosta que se fale do passado porque eu, neste fórum, fiz uma intervenção que está em ata, quando veio a este fórum o segundo protocolo. E este, sim, entre a Câmara Municipal de Chaves e a Fundação Nadir Afonso. E eu fiz uma intervenção apelando ao voto contra e alertei esta Assembleia que aquele protocolo só era vantajoso para uma das partes, só era vantajoso para uma das partes, só era vantajoso para a Fundação Nadir Afonso. A única coisa que a partir daquele protocolo o município ganhou, os cidadãos de Chaves ganharam, foi o direito de dar àquele edifício o nome de Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso, senão nem o nome lhe poderiam dar. E isto, senhores membros desta Assembleia, é má gestão. É gestão que não é nada louvável. E já agora, pergunto ao senhor Presidente da Câmara:Se é possível denunciar esse protocolo? Porque ainda recentemente fiquei extremamente incomodado naquele espaço, porque fui com os

meus colegas na comemoração dos nossos 40 anos de formação, visitar aquele espaço e qual é o meu espanto, quem me recebe naquele espaço, é uma senhora, a Dona Laura, pelos vistos é a proprietária da Fundação Nadir Afonso, é acionista ou é sei lá. Percebem? E o que diz ao grupo, "meus senhores, eu só vos darei informação nesta visita sobre a obra Nadir Afonso, sobre o restante material do museu, peçam a uma funcionária". Senhor Presidente, isto não pode acontecer. Ou seja, ou denunciam o contrato, ou definem qual a função da senhora. Ela está lá para vender quadros, está la para dar informações sobre todo o museu, ou sobre parte do museu? Isto é que é lamentável. Agora quanto aos custos vamos ter de ser todos nós a decidir e dizer à comunidade em geral, a que precisa do dinheiro do município para fazer obras, e as obras são necessárias, e tem que ver com toda a gente, não com uma elite, porque é muito bonito dizer, aquele é um espaço importantíssimo, mas aquele espaço importantíssimo fica em mais de 1 milhão de euros por ano, dos cidadãos flavienses. E eu pergunto dos 40 e tal mil cidadãos flavienses, quantos usufruem daquele espaço? E quantos desses 40 e tal mil cidadãos flavienses precisam de arruamentos, do saneamento, precisam que lhe cortem o mato que os pode por em risco, precisam de um conjunto de serviços que têm que ser prestados e custam dinheiro. Desejar a todos um Feliz Natal e um Ano Novo cheio de felicidade. ----------

---

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez um pequeno esclarecimento "para que a cronologia dos factos e a história correspondam àquilo que aconteceu, e o que aconteceu foi o seguinte: não foi o Executivo de Alexandre Chaves que iniciou as conversações com Nadir Afonso, quando era Presidente da Câmara, fui eu que alertado que a Câmara de Cascais se preparava para propor ao Mestre Nadir Afonso, na altura a viver em Cascais, a instalação da fundação Nadir Afonso nessa cidade. Face a essa informação, desloquei-me a Lisboa, fui a casa do Mestre Nadir Afonso e foi aí que acertámos que a Fundação Nadir Afonso seria feita em Chaves. Posteriormente, realizou-se uma reunião, onde se definiu, e ficou acertado também, que o sítio da Fundação seria a antiga escola do Magistério Primário, que tinha possibilidades de crescer para o lado do recreio. E Nadir Afonso mostrou desde logo vontade que fosse o arquiteto Siza Vieira a fazer o projeto da Fundação, mas na altura disse-lhe que não havia possibilidades financeiras, o Município teria outras prioridades. Então ficou decidido que quem fazia o projeto, porque ele também mostrou interesse em desenvolvê-lo, seria o arquiteto Rodrigo, que trabalha na Câmara. É só para clarificar um pouco aquilo que aconteceu. Muito obrigado". ----------

---

Ana Maria Rodrigues Coelho, do **PSD** – "Só para dar aqui nota de uma situação em relação à intervenção do deputado municipal, Nuno Coelho, não há nenhum equipamento municipal que não tenha custos acho eu, todos eles têm custos de funcionamento mais altos, ou mais baixos. Podemos concordar com a necessidade ou não, desse equipamento. Portanto o que está aqui a ser discutido, neste momento, é se faz sentido existir este espaço, ou não. Uma vez que ele está construído ele existe e, portanto, não vai deixar de existir, pode-se-lhe dar outro fim, pode-se alterar o protocolo, pode-se fazer um ajustamento, podem fazer-se uma série de coisas. Eu só queria dar nota da visão redutora que aqui foi passada, de que se o funcionamento de um equipamento não dá lucro, então ele não faz sentido. Eu gostava de saber qual é o equipamento municipal que dá lucro. São muito poucos, portanto, o impacto deste equipamento não é só a receita de bilheteira, é o impacto que ele tem a nível turístico, a nível das dinâmicas culturais do Concelho e da região, e da imagem deste território. E senhor deputado municipal Anselmo, eu não tenho problemas de falar do passado, o

que eu disse aqui não foi isso. O que eu disse foi que sistematicamente parece um disco riscado usar o passado para justificarem a inação do presente, foi a única coisa que eu disse." ----------

Nuno André M. Coelho Chaves, do **PS** - "Apenas um esclarecimento, quanto à intervenção anterior. Em momento nenhum das minhas duas intervenções nesta Assembleia, sobre este ponto, se pode deduzir ou depreender, e muito menos ter ouvido, que eu afirmei que os equipamentos têm que dar lucro. Naturalmente e, sobretudo, que estou de falar num equipamento de cultura, o objetivo não será certamente o lucro. O que está aqui em questão, e o que lhe ver e olhar em particular a senhora membro que me antecedeu, mas de uma forma geral a bancada do Partido Social Democrata, é o ruinoso investimento, que vocês realizaram com naquele equipamento, mais, aquele equipamento existe mas também será sobejamente conhecido, ou pelo menos recordado certamente por todos vós, que o grupo municipal do Partido Socialista sempre teve as maiores reservas em relação à concretização desse investimento, não é nada de hoje não é nada de ontem, mas desde o início de todo este processo, que o partido Socialista sempre mostrou reservas em relação àquele investimento. E, de facto, este poderia ser um importante equipamento que até do ponto de vista turístico poderia ser aqui um forte pólo de dinamização, mas não sei se terá sido por distração ou não, certamente não ouviu que, do relatório da auditoria realizada constam, ou estão identificados, no ano 2017 pasme-se, o Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso, registou 11.121 visitantes, e agora pergunto-lhe, isso para si é um número significativo? É o número que traduz a importância ou a preponderância que este equipamento pode ter no setor do turismo? Fomos eleitos, certamente, e há um programa para cumprir agora também lhe quero dizer que não esteja à espera que num ano, se corrijam os erros, a gestão ruinosa, e os problemas que vocês deixaram durante 16 anos". ----------

O senhor Presidente da Câmara, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. ----------

"O que nós trouxemos hoje a esta Assembleia Municipal, é um documento que andámos a reclamar durante vários anos. Trouxemo-lo e, por lapso, não está acompanhado de uma informação sobre o modo de funcionamento e os custos associados a esse funcionamento, informação que já está disponível para quem a quiser conhecer. Perdoem-me que lhes diga, mas quem toma decisões sem informação, é certamente alguém que não sabe fazer gestão adequada. E isso no passado pelos vistos, era regra. Portanto, se tomam decisões, se era suposto tomarem decisões, sem ter informação, sem se conhecerem os pressupostos, sem se conhecerem os contextos desta decisão, certamente só poderíamos ser conduzidos a decisões como fomos, no passado. O que nós quisemos trazer hoje foi, sobretudo, fazer o que não foi feito. Então até hoje não era suposto que esta Assembleia, tivesse tido acesso, e era tão simples consegui-lo, a saber quanto é que custou a construção deste edifício? Então é aceitável que, durante meses e meses, nos tivesse sido sonegada essa informação? Pese, embora, tivéssemos feito pedidos na Câmara Municipal através dos Vereadores, pedidos nesta Assembleia Municipal, eu próprio, observações, comentários e artigos opinativos na comunicação social, e a verdade é que a informação nunca nos foi facultada. Então, isso foi feito porquê? Quais eram as razões? Também é importante que se diga outra coisa muito relevante, seria crível que antes de se pôr a funcionar o Museu de Arte Contemporânea, houvesse um plano, que houvesse uma estratégia, que existissem documentos de funcionamento. E isso não existe, constatamos agora que não existe.

Por isso é que foi feita uma auditoria que analisa, não só o funcionamento como também refere situações, de cariz financeiro. Nós, hoje sabemos efetivamente não só o custo deste equipamento, mas também sabemos o custo do seu funcionamento e, também sabemos claramente, o que é necessário fazer para eventualmente este equipamento ter outro tipo de relevância. A questão é saber se estamos disponíveis para o fazer, essa é que é a discussão central. Porque se nós sabemos que, com os custos de construção e com os custos de funcionamento associados, este equipamento não assume a relevância, não tem notoriedade, não se constitui e assume como instrumento importante de afirmação do território e da nossa dinâmica cultural, então o que é que falta fazer? Essa é a discussão que nós traremos aqui, à Assembleia muito proximamente. E, depois queremos ver os contributos, as propostas, as iniciativas para que efetivamente isso aconteça, de forma diferente e, sobretudo, outra coisa, se estamos disponíveis para passar de 600 mil euros, para 800 mil euros, em cada ano, neste equipamento. Esta discussão tem que ver com opções porque, quando se gasta dinheiro numa afetação, no uso de um bem, não se gasta necessariamente no outro, e isso faz parte das regras da gestão. Depois, dizer outra coisa muito importante, é que os representantes do PSD, com as intervenções feitas aqui, quiseram branquear o passado, quiseram fazer uma fuga para a frente, e isso não é aceitável. Nós temos que ter o tempo, e há tempo para fazer cada uma dessas coisas. Agora o tempo é de reflexão, é de avaliação do que foi feito, e a seguir faremos a avaliação do que este Executivo vier a fazer. E, efetivamente, o que poderá ou não se fazer, porque não se venham aqui dizer "vocês sabiam" - não! nós não sabíamos. Então alguém sabia nesta Assembleia Municipal, qual era o custo de financiamento deste edifício? E nós temos culpa de não ter sabido? Quem é que tem culpa disso? Apenas a gestão municipal do PSD que, apesar de a termos solicitado, nos foi sempre intencionalmente sonegada. E, portanto, é uma inverdade, é uma desonestidade intelectual dizer que "vocês sabiam desta situação". Depois se calhar até nem vocês saberiam, também poderá ser verdade, mas, enfim, isso tem a ver com a dinâmica própria dos grupos. O que nós pretendemos hoje, aqui, não foi acicatar outra vez, nem falar do passado. Se repararem a minha intervenção, foi uma intervenção muito comedida, que se limitou a avançar meia dúzia de números, somente. Agora, se quiserem discutir esta questão em todas as dimensões, cá estaremos para as discutir, designadamente a principal, a mais importante, que consiste em saber quem foi que desenhou o projeto; quem desenhou o modelo de negócio; quem desenhou o modelo de parceria. Então é aceitável que o Município de Chaves, faça um projeto de mais de 8 milhões de euros para instalar a sede de uma fundação, porque esse é que era o objetivo, e não tenha cuidado de garantir a responsabilização dos parceiros? Isso não é aceitável. Não é aceitável, também, porque essa questão foi suficientemente suscitada e alertada. E, apesar disso, nada foi feito. Isto é quase criminoso, sob o ponto de vista de gestão. Como não é aceitável pensar em fazer a seguir o Museu de Arte Contemporânea, sem ter acervo, porque já se deram conta que nós avançámos para um projeto de equipamento cultural desta natureza, sem termos obras. O que foi feito, neste caso, foi o investimento para a sede de uma fundação, para expor obras que Município não tinha, nem pode vir a ter. Foi feito tão só e apenas um protocolo por 10 anos, diga-se que já passaram três, faltam mais 7, que permite ao Município de Chaves poder utilizar um conjunto de obras protocoladas, não são todas, são as que estão protocoladas e percebemos agora, em sede de auditoria, que essas obras não estão na fundação, não estão no edifício do Museu de Arte Contemporânea, mas estão lá outras, e que nós estamos a pagar os seguros. Mas só soubemos agora, porque não havia instrumentos de organização, nem de funcionamento deste equipamento. E, portanto, isso é uma demissão completa das

funções de gestão e de coordenação desse espaço. Sabendo agora toda esta informação, estamos em condições de propor soluções. Nós sabemos que de facto há um custo financeiro muito relevante, diria tremendo, porque ainda estamos a pagar o empréstimo de um milhão de euros, contratado ao Banco com uma taxa de 3.5%, e estamos a tentar ver se conseguimos fazer uma operação de substituição, veremos. De qualquer das formas, para além desse custo, que é um custo financeiro anual, temos o custo de funcionamento, sendo certo que também o nosso espaço de decisão é um espaço limitado. Não nos podemos esquecer que estamos a falar de um edifício que foi financiado, por fundos comunitários e, portanto, nessa perspetiva o Município de Chaves não tem a capacidade de tomar uma decisão para afetá-lo a funções diferentes. Portanto, aquilo que a senhora membro desta Assembleia, Ana Maria Coelho, vinha aqui dizer, não pode ser, porque estamos presos aos nossos compromissos. Estamos presos ao compromisso de afetação daquele edifício a esta função, portanto eu não deturpo, estou a dizer que as nossas opções não são todas, são algumas, apenas. E, portanto, significa que nós estamos comprometidos com um conjunto de compromissos, de finalidade do financiamento que nós contratualizámos, pelo menos em dois domínios, enfim, em dois programas distintos. E, ao mesmo tempo também estamos presos a um protocolo, ao segundo protocolo, que foi assinado entre a Fundação e o Município de Chaves, relativamente à utilização de parte do acervo do Mestre Nadir Afonso. Estas obrigações nós temos, é neste quadro de compromissos que nós temos que agir. Estou disponível para discutir este assunto com a Comunidade, dizendo exatamente que, perante esta informação que só agora é conhecida, só agora é que estamos em condições de poder perguntar: O que é que pensam sobre este projeto; da relevância do projeto em termos regionais e locais; e se estão disponíveis para aceitar a opção de gastar todos os anos, com este equipamento 800 mil euros, porque o que falta fazer, custa mais 200 mil euros. E, portanto, se estamos em condições de aceitar que os impactos culturais, os impactos de promoção desta região, os impactos de afirmação do nosso território possam custar 800 mil euros por ano? Se estamos disponíveis, sim. Se não estamos disponíveis temos que repensar o modelo, porque quer queiramos quer não, este foi mais um de vários projetos megalómanos, de quem não tinha nenhuma noção de gestão. Porque gestão não é fazer edifícios, gestão é pô-los a funcionar, pois o que custa é mantê-los, torná-los sustentáveis. Depois, dizer também, relativamente a isto que as opções, as soluções, sobre esta matéria, no ano de 2019, terão naturalmente luz e aplicá-las-emos, dizendo sempre o que pensamos de cada uma das situações. Já começámos a dar uma relevância maior em termos educativos, neste momento decorrem algumas atividades de âmbito limitado, diga-se, que procuram envolver a comunidade neste caso particular, a comunidade escolar mais jovem, e queremos envolver, também, outros parceiros. Depois dizer outra coisa, nós sobre este assunto, neste momento, não temos apenas esta informação que nos permite ponderar as decisões, também fizemos um périplo pelo País com vista a conhecermos quantos museus de Arte Contemporânea existem, como é que eles funcionam e como é que são financiados. Hoje já sabemos que em quase todos os casos, os Museus têm acervo próprio. Nós não temos, há uma diferença substancial nisso; e que os outros, quase todos estão ligados a um pintor, desde Bragança até Elvas. Com acervo próprio, significa que têm autonomia de gestão daqueles bens culturais, o que nós não temos. Isso é uma limitação muito grande, nem é expectável virmos a ter, porque não consta do protocolo nenhuma obrigação de cedência de quadros, de doação de quadros, eu digo e devo reconhecer, a primeira vez que olhei para aquele protocolo, pensei: aqui está um bom contrato de galeria de arte, aqui está um bom contrato, em que alguém que tem um acervo, o vê valorizado e tem um espaço que lhe fornecem a custo zero.

Alguém que tem um acervo importante, que está a ser valorizado todos os dias num espaço magnífico, umas salas magníficas e todas as condições são assegurados por um terceiro, o erário público e, portanto, este é um negócio mais ruinoso que o do Berardo. Agora esta é a situação de partida, e desta não podemos fugir, desculpem-me se isto custa, se isto dói, mas foram estas decisões as que foram tomadas, e não aligeiremos responsabilidades. Nós estamos disponíveis para trabalhar nas soluções, como estivemos disponíveis para trabalhar nas soluções do museu das termas romanas, como estivemos disponíveis para a solução da questão das Águas do Norte e estaremos disponíveis para resolver toda a trapalhada que herdámos. Agora não nos peçam que num ano, resolvamos a trapalhada de 16 anos. Não, nos peçam isso porque isso não é aceitável e não é intelectualmente sério. Não me enervo, pois, porque a política tem que ter seriedade também, e isso não é sério sinceramente, que num ano peçam ao Executivo, tudo o que foram incapazes de fazer durante muitos anos. Estamos a falar de situações que não faziam sentido, bastava apenas que fosse usado o bom senso. E o bom senso era suficiente para as termas romanas, o bom senso era suficiente para as Águas do Norte e o bom senso era suficiente para o edifício do Museu de Arte Contemporânea. Se tivesse havido bom senso, não estaríamos nesta situação, nem perante processos desta natureza, que não são de menosprezar, são questões muitíssimo importantes. Eu estava hoje à espera, relativamente a este assunto, apenas ouvir dizer, obrigado, por nos terem facultado a informação que durante 2 anos ou 3 anos nos foi sonegada. Eu, não estava à espera de novamente ter aqui uma discussão que já tivemos uma e duas e três e quatro e cinco e 30 vezes, não estava à espera, sinceramente. Depois também digo, porque não fujo às questões, já falámos com o senhor ministro que, neste momento já não é ministro da cultura, e o que nós lhe propusemos não foi aceite, que era este equipamento fosse um equipamento regional, porque só assim poderia haver uma assunção de responsabilidades, por parte da administração central, que o podia tornar sustentável. Mas essa solução não teve acolhimento, veremos agora com a nova ministra da Cultura, a quem apresentaremos a mesma proposta. Agora posso dizer, também, que estamos a procurar soluções que estão a ser formalizadas com outros museus de Arte Contemporânea do País, para que possamos fazer permutas, possamos ter economias, apesar de curtas, falamos de poupanças de 10 ou 12 mil euros só, em cada exposição, mas ainda assim permitir-nos-á, ter exposições de autores consagrados e relevantes, sejam de pintura, sejam de escultura. É essa a nossa predisposição, mas isto não é suficiente, porque não resolve o essencial. E o essencial é que nós temos que aumentar a despesa, esse é que é o problema, porque não temos outra solução, a não ser que possamos dar outra afetação e outro uso àquele espaço que, na minha perspetiva, é uma decisão que merece toda a ponderação, toda a reflexão e merece também a adesão da Comunidade, porque esta é uma decisão que interessa a todos. Não nos podemos esquecer que 700 mil euros, 800 mil euros por ano, estamos a falar de 2 a 3 milhões de euros no mandato, é muito dinheiro, que não temos, eu devo reconhecer, este é o dossier mais difícil de resolver, que este Executivo municipal tem e não dispomos de varinha mágica para o resolver, nós não a temos e, se alguém a tiver, agradecemos que nos informe. Obrigado". ----------

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. ----------

Sendo treze horas e dez minutos, foi interrompida a sessão para almoço. ----------

Os trabalhos foram, entretanto, retomados às quinze horas e dezoito minutos. ----------

---

Ponto 5 - Modificação por revisão orçamental aos documentos previsionais – 2018. Informação/proposta nº 68/GNE/18; ----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, procedeu à apresentação da proposta. ----------
"Relativamente a esta proposta de Revisão Orçamental, dizer que a mesma é suficientemente clara, está instruída com os documentos anexos, e tem um quadro que explica de forma detalhada, quais são, do lado da receita, qual é a receita que é anulada e no lado da despesa, qual é a contrapartida da despesa anulada. De facto, aqui se identifica, quais são as motivações e as fundamentações técnicas para a revisão e dizendo que efetivamente o que se propõe aqui é uma revisão que resulta efetivamente da aferição nesta data, de que efetivamente há um conjunto de despesas e de receitas que não é crível que se possam concretizar, até ao final do ano. Ao mesmo tempo, dizer que esta também é uma forma, um instrumento que nos garante efetivamente que a execução da receita seja em valor superior a 85%, e até o objetivo que, naturalmente, queremos assegurar, dizendo que mesmo que não fosse, não havia nenhuma consequência jurídica. De qualquer das formas penso que podemos utilizar este instrumento, que se utiliza em todos, ou em quase todos os municípios e de alguma forma também depois pode dar uma tradução de uma execução mais satisfatória, no final do processo. ----------
Intervenção: ----------

Ana Maria Rodrigues Coelho, do **PSD** – "Só para dar uma breve nota relativamente a esta revisão orçamental, efetivamente, é um instrumento á disposição dos municípios, tem toda a legitimidade de o usar e nós não nos opomos a que isso aconteça. Só uma nota que, efetivamente, nem sempre as previsões correspondem à execução e por vezes é preciso usar as figuras da revisão e não é só por incompetência é mesmo porque as coisas funcionam assim e, portanto, não nos opomos obviamente a que esta revisão ocorra". ----------
---
Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com cinquenta e seis votos a favor, cinco abstenções e nenhum voto contra, de acordo com a votação abaixo descriminada: ----------
Votos a favor - *Pelo Grupo Municipal do PS*: Altamiro da Ressurreição Claro, Anselmo José Martins, Maria Aline Silva Ferreira Caetano, António Manuel Pires de Almeida; Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, Nuno André M Coelho Chaves, Fátima Liliana Fontes Correia, Ernesto Salgado Areias, Eduardo Júlio Alves Brás, Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, Manuel Guerra Afonso, Domingos Moura Alves, Maria Adalgisa P.F. Silva Babo, José Francisco Resendes Carreiro, Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, Cristina Maria Inocêncio Imaginário, Rogério Alberto Amorim Reis Moura e Maria Manuela Santos Rainho. ----------
Pelo Grupo Municipal do PSD: Maria Inês Pereira Dias, Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, José Ferreira de Moura; Maria Isabel Teixeira Carvalho da Cunha, Cláudia Patrícia Quitério Bento, Milena Sofia Vieira Melo; Manuel Pedro Oliveira Branco Teixeira; Carlos Alberto Pinto Branco e Adelino Júlio Ramada Parada. ----------
Pelo Grupo Municipal do CDS/PP: Gonçalo André Nascimento Alves. ----------
Presidentes de Junta de Freguesia: Arlindo Santos Costa, José Fernandes M. Serralheiro, Alfredo Augusto Dias Gaspar, Fernando Alberto Barreira de Moura, Octávio Rodrigues Bastos, Cecília Maria Silva Almeida Alves, João Manuel Almeida Pinto, Adriano Vieira Rodrigues; António José Lopes, António Lopes, Luís Saraiva Garcia, António Eusébio Vieira Cardoso, Carlos Alberto Batista Xavier, Nelson Fernandes Costa; Rui Alberto Trinta Pintor, José António de Oliveira Carreira; João Manuel Teixeira

Pereira Borges, Hugo Manuel Alves Silva, Alcino do Nascimento Santos; Mário José dos Anjos, João Rua Banha; Filipe Maldonado Pinto, Jorge José Pereira de Carvalho; Rui Manuel Branco Rodrigues, António Carvalhal dos Reis; Paulo Nuno Jesus Pereira, Maria Natália Guerra e Ramiro Figueiredo dos Santos. ----------

Abstenções: *Pelo Grupo Municipal do PSD*: Ana Maria Rodrigues Coelho, António José dos Santos, André Fontoura Faria. ----------

Pelo Grupo Municipal da CDU: Paula Maria Morais Esteves e Manuel Justino Matos Cunha. ----------

Não estavam presentes na sala: *Pelo Grupo Municipal do PS*: Luís Manuel Areias Fontes, Gisela Maria Esteves Espirito Santo, Júlio Eliseu dos Anjos Alves. ----------

Pelo Grupo Municipal do PSD: João Miranda Rua, Carlos Afonso de Moura Teixeira, Pedro Miguel Vieira Miranda. ----------

Presidentes de Junta de Freguesia; Rogério Amaro Alves de Oliveira, António Manuel Rua Reis, Lígia Maria Chaves Silva, Ilídio Jorge Chaves Correia, João Ramos Duro, Gilberto Santos de Jesus, Maria José Sena Barros; Pedro Manuel Pereira Barroco, Eduardo Santos Carneiro; Pedro Miguel Rodrigues e Luís António Gonçalves Costa, não tendo participado na análise, discussão e votação do assunto acima mencionado. ----------

Ponto 6 - Aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2019. Aprovação do Mapa de Pessoal, ao abrigo da Lei 12-A/2008, de 27 de fevereiro. – Versão definitiva. Proposta nº93/GAP/2018; ----------

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a apresentação da proposta. ----------

"Renovo os cumprimentos de boa tarde a todos. O que hoje vimos aqui apresentar, são as Grandes Opções do Plano para o ano de 2019, documentos esses que incorporam o Orçamento da despesa, o Orçamento da receita e, também, o Plano Plurianual de Investimentos. De facto, no conjunto desses documentos encontram-se plasmadas, as atividades e ações que traduzem e concretizam aquilo que é a estratégia definida por este Executivo municipal para o quadriénio de 2018 a 2021. Antes de mais queria começar por anotar um pequeno lapso, que existe ao nível do relatório, lapso que se repetiu, pese embora tivesse sido intuito meu que fosse corrigido: fala em 2011/2022, quando necessariamente seria 2018/2022 e, portanto, essa correção peço que a façam, porque não faz absolutamente sentido nenhum. Depois, dizer que este documento, que resulta das obrigações legais e estatutárias, foi um documento que foi sujeito, à audição prévia dos representantes dos Partidos, ao abrigo do Estatuto de Direito da Oposição. Nesse âmbito convocámos todos os Partidos para essa discussão, onde apresentámos um documento já, enfim, não na sua fase definitiva, mas que já identificava na sua maioria aquilo que seriam as opções para o ano de 2019. Identificava também um conjunto de receitas mais representativas e, necessariamente, as afetações ao nível da despesa. Tivemos os contributos orais do PCP e do CDS, somente, uma vez que o PSD não esteve presente, nem fez chegar nenhum documento sobre o assunto. A verdade é que este documento foi numa fase inicial submetido à aprovação do Executivo municipal, em outubro de 2018 e, nessa altura, tivemos uma votação por maioria, com votos contra do PSD. Nesta última reunião, este documento foi aprovado por unanimidade. É um documento que naturalmente tem vertidas algumas das opções que são do Partido Socialista, que ganhou as últimas eleições Autárquicas. Mas a verdade é que tem por razões de contexto, como perceberão, alguma das afetações que têm a ver, necessariamente, com compromissos relacionados com acordos que foram estabelecidos no âmbito de um plano aprovado em sede de financiamento comunitário,

ao nível do Alto Tâmega e, portanto, algumas das afetações têm necessariamente de cumprir os critérios de elegibilidade e de afetação. Dizer que, naturalmente, nesse contexto exigente de responsabilidades financeiras, que ainda são muitas; dando tradução a essas obrigações, num enquadramento que diz respeito aos instrumentos financeiros e aos instrumentos comunitários, que estão em vigor; ainda assim algumas das opções que aí estão traduzidas, e que foi possível ainda concretizar, traduzem naturalmente a resposta a algum dos compromissos que nós assumimos, para este mandato. Dizer que estas Grandes Opções do Plano são apresentadas num contexto nacional favorável, contexto macroeconómico de crescimento, porque as previsões, enfim, são de um crescimento médio de 2018 a 2022 de cerca de 2%; uma procura externa crescente; um crescente reforço também do PIB médio do país, em cerca de 2%. Dizer que, também, a taxa desemprego, é uma taxa historicamente baixa, que se poderá situar em cerca de 6%, em 2020. Quanto ao enquadramento macro europeu e nacional, este orçamento integra as linhas orientadores do próprio orçamento geral do Estado, que tem um conjunto de reposição de alguns benefícios sociais e, noutro domínio também, algumas medidas que vão no sentido de reforçar a coesão social. Relembro designadamente a nível da educação, com a gratuitidade dos manuais escolares até 12º ano, redução das propinas no ensino superior público em cerca de 200 euros, o aumento do abono de família para crianças entre os 10 e 16 anos, da flexibilização das regras de aposentação, a possibilidade de ser feita uma aposentação com 60 anos de idade e com 40 anos de carreira contributiva e, também, dizer que essas decisões de âmbito nacional, beneficiam os nossos cidadãos. Relativamente a estas Grandes Opções para 2018 a 2022 têm como eixos, as áreas estruturais, que informaram a nossa proposta política ao nível da educação, do emprego, da cultura, do desporto, do turismo, do ambiente, da agricultura e da floresta, do centro histórico, do comércio local, da ação social, dos eventos sociais e da saúde. E, portanto, estes documentos pretendem fazer com que Chaves seja um concelho líder, um concelho moderno, inovador, humano e social. Esses são naturalmente alguns dos objetivos maiores que instruem esta proposta Grandes Opções do Plano. Depois, dizer que este orçamento para o ano de 2019 que eu já tive oportunidade de referir, integra esses documentos de caráter contabilístico: Plano Plurianual de Investimentos, Orçamento da despesa e Orçamento da receita, que têm várias funções, económicas, jurídicas, e políticas, e isso é naturalmente o enquadramento técnico que fez o desenho da nossa proposta. Depois, dizer que é um orçamento que tem um valor muitíssimo relevante global de 48 milhões de euros, provavelmente será o orçamento maior dos próximos anos, porque tem um aspeto que tem a ver com a questão da receita, resultante, sobretudo, de projetos financiados por fundos comunitários. Pela leitura da síntese do Orçamento, podemos perceber quais são os valores inscritos do lado da receita e do lado da despesa, considerando um valor global 48 milhões 585 mil 606 euros. Na receita corrente 30 milhões 551 mil euros; do lado da receita de capital 18 milhões e 1000 euros. E temos do lado da despesa de capital o valor histórico, um valor muito importante de quase 24 milhões de euros de investimento e a nível da despesa corrente de 24 milhões 613 mil euros. Dizer que isto representa, à semelhança do que tem havido no passado, uma poupança corrente, ou seja, a diferença entre a receita corrente e a despesa corrente é de cerca de 6 milhões de euros. Isto é um indicador interessante, é um sinal de que efetivamente podemos alocar e afetar receitas correntes à despesa de capital, é um sinal importante e se isso for efetivamente traduzível, depois na execução do Orçamento, tanto melhor porque neste momento, estamos a falar ainda numa dimensão previsional. Dizer, também que este orçamento tem, à semelhança dos últimos anos, na sua estrutura da receita, principalmente receitas provenientes do Orçamento Geral

do Estado, o que é designado por FEF, seja FEF corrente, seja FEF de capital, e hoje temos um FEF de capital bastante residual. Dizer ainda, assim, que este ano fruto do comprimento da lei das finanças locais o incremento do FEF é de mais de 6%. De facto, é um valor muito importante, que nos permitirá acomodar algumas das despesas correntes relacionadas com despesas com pessoal, designadamente em resultado de novas contratações, mas também de atualizações salariais, de correções das carreiras, enfim, permitir-nos-á fazer essa correção nas carreiras, que há acerca de 10 anos, não era feita. Depois dizer também que ainda na previsão para 2019 temos, ao nível da receita corrente, uma evolução negativa porque prevemos uma receita inferior em cerca de 3 milhões de euros, relativamente ao ano transato. Passando de 33 milhões, para 30 milhões, considerando números arredondados, significa que, efetivamente, existe aqui um aproximar crescente da realidade, porque em abono da verdade temos que dizer que alguma da receita corrente que nós vínhamos progressivamente a não conseguir concretizar, tinha a ver com a receita prevista relacionada com as taxas de ocupação do subsolo, que ciclicamente eram inscritas como receita, e que também, ciclicamente, não eram executadas. Progressivamente, temos feito um ajustamento no sentido de que façamos inscrever no orçamento, valores próximos daquilo que é a expectativa da sua realização, sendo certo que se diga em abono da verdade que tomámos a decisão de que só inscrevermos no orçamento da receita, receita corrente no que diz respeito às taxas de ocupação do subsolo, aquelas relativamente às quais tenhamos decisões judiciais favoráveis. E, portanto, que haja uma expectativa fundada de arrecadação da receita. Dizer que ao nível da despesa de capital, efetivamente no próximo ano, teremos um incremento muito importante porque, temos desde logo de anotar que há aqui, ao nível das transferências de capital, um incremento de 60% relativamente ao ano transato, de 9 milhões e 600 mil euros para 15 milhões. De facto, há aqui uma tradução de que o ano de 2019 será um ano de muito investimento, de muita realização de investimento na nossa cidade e no nosso concelho. Neste particular aspeto, temos de ter em conta que a previsão da receita de capital, terá uma contrapartida na despesa que tem a ver com a participação comunitária em projetos cofinanciados, 12 milhões e 200 mil euros, o que significa que finalmente 2019, será o ano da execução com relevância, esperamos nós, de projetos financiados por fundos comunitários. Aqui, um breve parêntesis, para referir que temos abertos avisos de concursos que superam os 8 milhões de euros, já estão feitos os avisos de abertura das respetivas empreitadas, a nossa expectativa é que efetivamente o ano de 2019, seja um ano de muito investimento. Esse investimento, se olharem para o PPI, vão perceber que se situa sobretudo em duas áreas, na área económica e na área social, onde naturalmente temos grandes investimentos que vão acontecer, no ano de 2019 e terei oportunidade, a seguir de identificar algumas das obras que terão início ou terão mesmo conclusão, ainda no ano de 2019. Aqui uma breve nota que me parece importante, ao nível das despesas correntes, vão notar certamente um incremento ao nível das despesas com pessoal de mais de 8%, e isso tem três explicações: uma explicação a nível da contratação de recursos humanos, relacionados com duas equipas direcionadas para o combate ao insucesso escolar e de intervenção na área da escolas que são catorze técnicos superiores, mais 7 técnicos, no total são 21, sendo certo que essa despesa, também tem tradução da receita que são projetos financiados em cerca de 85%. Estamos a falar de um incremento que é transitório, porque esses contratos têm um período de vigência de 3 anos. Ao nível da aquisição de serviços a expectativa é que haja uma redução de 3%, a nível dos juros e outros encargos. Trata-se de uma área em que temos que naturalmente procurar obter, cada vez mais, uma eficiência cada vez maior, para que tenhamos menos custos. Porque nós temos que, progressivamente,

tornar o Município de Chaves mais sustentável, mais equilibrado e isso, só se consegue fazer, se nós formos mais eficientes na gestão financeira, na gestão e sustentabilidade dos temas da água e saneamento e, sobretudo, mais eficientes no que diz respeito à área da eficiência energética. São as três dimensões que nos vão permitir a médio prazo, tornar o Município Chaves sustentável. De facto, há aqui uma nota importante, com juros e outros encargos para 2019, serão menos 33% significa que passamos de um valor de 2017, de 844 mil euros para 2019, de 306 mil euros. Esta é uma boa notícia, porque, certamente é um custo menor que vai permitir naturalmente afetação para outros domínios. A título apenas de nota informativa, que efetivamente teremos também ao nível da despesa corrente transferências correntes em mais de 36% para a administração local, teremos mais 123% do que relativamente a 2017, a nível das instituições sem fins lucrativos e outra tem a ver com as autarquias locais. Ao nível das despesas de capital, temos aqui uma evolução muito positiva 2017/ 2019 que eu já referi, é um sinal de franca capacidade de investimento. Dar uma breve nota no que respeita áquilo que são as afetações, ao nível do PPI, ou seja, o Plano Plurianual de Investimentos. Tem uma dotação previsional de 20 milhões 173 mil euros e estão distribuídas da seguinte forma: Funções Gerais 1 milhão 469 mil euros, Funções Sociais 11 milhões 296 mil euros, e nas Funções Económicas 7 milhões 397 mil euros. Temos aqui alguma preponderância das funções económicas e das funções sociais, comparativamente com o ano anterior. Temos nas Funções Gerais mais 3%, nas funções Sociais 23%, e nas funções económicas mais 15%. Dar nota de algumas informações suplementares, que podem acompanhar no Relatório de proposta do orçamento ao nível da página 32. Aí podem efetivamente aferir esses valores que hoje pude naturalmente aqui reportar e que poderão confirmar. E, por último, queria dar nota de algumas daquelas que serão naturalmente, as obras que serão iniciadas ou terão continuidade no ano de 2019 e permitia-me, dizendo aqui as que são novas e as que são de continuidade: elaboração de cadastro de redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais, no valor 242 mil euros, valor que vai ser insuficiente, vamos ter que gastar mais dinheiro porque é uma área absolutamente essencial para que nós possamos conhecer a rede que temos. Só conhecendo a rede, e a forma como se expõe na cidade é que nós poderemos efetivamente fazer um plano de eficiência adequado, que tenha potencial de poupança, e este é o instrumento importante a que queremos dar continuidade e queremos, se possível, apresentar uma candidatura, ainda no ano de 2019, para que nós possamos ter os instrumentos necessários, para gradualmente podermos eliminar alguns dos constrangimentos não aceitáveis, que são as perdas que temos na rede água, cerca de 53% da água que compramos, e esse é um objetivo central que queremos combater, mas só com informação, e com os instrumentos tecnológicos adequados. Depois dizer que temos ainda ao nível das águas, uma série de sistemas que foram iniciados no mandato anterior, e que queremos concluir rapidamente. E neste domínio temos aqui algumas dificuldades porque os planos que foram apresentados e aprovadas pela ERSAR, tinham um pressuposto de determinados critérios de eficiência, mas também terem uma universalidade de consumidores, que não sabemos se vamos conseguir concretizar, e isso pode dar lugar a penalizações e, portanto, este é um processo, que vamos seguir com muita atenção. Dizer aqui alguns aspetos importantes que tem a ver com a requalificação do Mercado Local de Produtores, que há muito tempo é ambicionado pelos produtores locais. Concretização do projeto já iniciado no mandato anterior, que tem a ver com a renovação dos trilhos. E para que possamos associar aqui, o que já dissemos em 2018, que não conseguimos concretizar e aproveitar estes trilhos, para dar a conhecer o nosso património e dar outros conteúdos, traduzindo outra apetência e outro interesse, por

parte de potenciais turistas. No turismo, o aspeto mais importante, tem a ver com o restabelecimento integral da Ciclovia Chaves /Vidago e com esta questão essencial, que é ligar a ciclovia desde Verin, até Vila Pouca de Aguiar. Sabemos que será um investimento suplementar, necessário e importante na área do turismo, e que vai requerer algum financiamento, não temos a certeza que possa vir a ser aprovado em sede de candidaturas que foram apresentadas ao programa "valorizar", mas ainda assim é nosso propósito concretizar. Depois fazer, definitivamente algo que já devia estar está feito há muito tempo, que é ter *wifi* no centro histórico. Depois, temos no âmbito do APROUVER, o que tem uma dotação mais irrelevante para o ano 2019, tem a ver com o *Aquaepalace,* que é um projeto inteiramente novo, vai permitir que conjuntamente com um projecto que aparece como sala multiusos, espaço multiusos, nós possamos recuperar o antigo cineteatro, através de uma combinação de projetos distintos. Vamos ter a oportunidade de apresentar esse projeto ainda no primeiro trimestre de 2019, no sentido de dar a conhecer o projeto que existe para o antigo Edifício do Cineteatro, e posso aqui avançar que o tema agregador terá, mais uma vez, a ver com a água. Água, turismo, inovação e ciência serão, digamos os pilares desse projeto. Dizer que este *Aqua Natura Palace,* nada tem nada a ver com o projeto que estava pensado para o lado das piscinas municipais. Depois dizer que vamos arrancar com a reabilitação do Museu da Região Flaviense. A nossa ideia é uma ideia distinta daquela que havia no passado, de afetar apenas o rés-do-chão a este uso, a nossa intenção é que todo o edifício que são os passos do Duques de Bragança, rés-do-chão e primeiro andar, possa ser utilizado para Museu da Região Flaviense e, ao mesmo tempo, aproveitar para fazer uma coisa que não estava prevista, que é substituir a cobertura. Sendo certo e é sabido, que este edifício tem graves problemas de infiltrações, portanto não seria aceitável que se concretizasse uma obra ao nível do rés-do-chão, designadamente com um plano muito relevante de musealização, permitindo dar a relevância a todos os achados que foram encontrados nas escavações feitas no Museu das termas romanas, para dar aí alguma dignidade, mas para isso temos que ter naturalmente um edifício tenha essa capacidade e essa apetência. Agora verdadeiramente teremos que conseguir financiamento para a cobertura que é algo que não está absolutamente garantido, já lançámos o procedimento integral para esta obra, que andará no valor superior a 1 milhão e 100 mil euros. Depois, dizer que o Centro Cívico, já se iniciou a obra de requalificação daquilo que era o antigo refeitório da Utad e vai ser sobretudo um espaço para as mulheres, já que o existente era só para homens. Vai ser feita uma requalificação daquele espaço e, ao mesmo tempo, uma requalificação urbanística no sentido de integrar o PT que ali existe, de modo a ficar ligeiramente enquadrado e, ao mesmo tempo, fazer aí uns sanitários públicos que é algo fundamental naquela zona e que resolve o problema de não existirem no jardim do Bacalhau. O Largo do Terreiro da Cavalaria vai ficar com uma dotação de 784 mil euros e, portanto, já se percebeu claramente que é uma obra para executar em 2019, estamos aqui perante um projeto novo. Temos também uma intervenção de um projeto, que naturalmente teve que ser ainda aprovado e financiado, que tem a ver com a qualificação do espaço da margem direita do Tâmega, que vai permitir dar uma maior dignidade à ponte romana, para que aquele espaço seja qualificado e se torne um espaço atrativo, não só para os flavienses, mas também para quem nos visita, não esquecendo que aquele espaço é o nosso *exlibris*. Vamos arrancar de forma decisiva, com um custo muito relevante para aquilo que são os recursos próprios do Município, que tem a ver com o edificado do bairro social dos Fortes, primeiro da reabilitação das treze moradias e a seguir também beneficiação do edificado do bairro social de Casas dos Montes, com uma intervenção também muito relevante, em termos de fundos próprios do orçamento municipal.

Também dizer que a nível do PAMUS, é um tema que vamos começar a conhecer melhor, são aqueles projetos que têm em média um financiamento comunitário de cerca de 50%, significa que qualquer desses projetos aqui identificados, desde os mais relevantes porque estão aqui consignações que podem ser difíceis de perceber, porque estão por lotes, mas verdadeiramente o que nós vamos iniciar em 2019, vão ser obras na Rua do Cruzeiro, que vai fazer ligação quase até ao Centro de Saúde Chaves nº2 essa rua vai ser toda intervencionada. Vamos intervencionar a Avenida Sá Carneiro, que vai desde a Rotunda do Monumento até quase à Escola dos Aregos. E vai também ser feita a requalificação da Avenida dos Aliados, já no início de 2019, naturalmente com alguma preocupação ao nível da mobilidade, no sentido que os congestionamentos tenham o menor impacto possível. Mas são de facto intervenções essenciais que estão já previstas no imediato. Depois, mais tarde, faremos a intervenção na Avenida do Tâmega. Nestes projetos, foi necessário fazer uma alteração, no sentido de prever as redes de abastecimento de água, sobretudo as redes que não estavam previstas. Mais uma vez estamos a falar de projetos importantes de requalificação das artérias da cidade, com preocupações na área da mobilidade, mas que não previam a substituição de redes, estamos a falar por exemplo na Rua do Cruzeiro, em que nós abrimos um procedimento para fazer rede de abastecimento de água com cerca de 130 mil euros de base, e não tivemos nenhum concorrente. Significa que a obra ficará mais cara do que este valor e a expectativa é que na Avenida do Tâmega, a substituição da rede de água seja em valores de 240 mil euros e, portanto, estamos a falar de investimentos muito relevantes que não estavam sequer previstos, mas que são condição necessária para que se faça a respetiva pavimentação. Depois, teremos que obrigatoriamente avançar com a construção do Centro Coordenador de Transportes, respondendo aqui ao CDS-PP, não temos alternativa porque o compromisso obriga-nos a fazer esta infraestrutura, naturalmente pode ser mais aligeirada, mas esta infraestrutura tem que ser feita por duas razões: Primeiro porque foi a razão maior para se ter aprovado o plano de pormenor da Fonte do Leite; segundo, é um dos aspetos importantes num contrato de financiamento que foi assinado com a empresa A. Santo, e a inexecução deste projeto tem como consequência provavelmente, a quebra contratual e uma responsabilização para o Município que pode andar, no pior dos cenários, em cerca de 5 milhões de euros. E, portanto, também a este processo estão associadas duas expropriações que ainda estão em curso, da família Marracho e que se efetivamente este projeto não fosse executado, essa expropriação ficaria posta em causa, porque o principal fundamento para essa expropriação foi conseguir terrenos necessários, para fazer o Centro Coordenador de Transportes. Dito isto, será um projeto de âmbito mais limitado, até porque já sabemos hoje que a Autoviação do Tâmega não tem intenção alguma de utilizar este espaço. Isto significa que terá que ser mais ligeiro e que tem que ter outro tipo de funcionalidade, digamos sobretudo como ponto de ligações de cargas e descargas, sobretudo para os transportes nacionais, internacionais e regionais. Sendo certo que também, eventualmente, esta questão pode sofrer alguma alteração em resultado daquilo que seja, a aprovação do plano de transportes concelhio, intermunicipal e, também, do concurso que venha a ser feito no sentido das novas concessões aos transportadores e, portanto, poderá vir daqui alguma necessidade, de ajustamento. Mas neste momento, pelas razões aduzidas, temos que avançar com a concretização do projeto, sob pena de termos várias consequências, inclusive de perdemos o financiamento. Também já perceberam que há aí um projeto relevante que tem a ver com a musealização do museu das termas romanas Chaves, aproveito para dizer que muito provavelmente no início mês de janeiro, será feito o furo artesiano que vai fazer a captação da água termal para a questão da climatização, estamos à espera

da autorização da Direção-Geral de Energia e Geologia e, portanto, logo que ela venha daremos início a essa execução, porque é fundamental a resolução do problema da condensação deste espaço. Concluindo, presumo que em 2019 se desenvolva o projeto a nível informático, que pretende naturalmente melhorar o desempenho dos serviços municipais e, depois, também por último dizer que no ano de 2019, pretendemos dar início a duas intervenções naquilo que são os edifícios escolares. Por um lado, fazer a intervenção na escola do Caneiro, o projeto está aprovado, foi consensualizado com o respetivo Agrupamento de Escolas e estaremos em condições de abrir o concurso para dar início á execução desta obra também, não sei se o aviso do concurso já foi para Diário da República ou não, mas também estaremos em condições de adjudicar. É nossa estimativa, também que nas férias da Páscoa possamos dar início à execução da obra de requalificação da Escola Secundária Fernão Magalhães, aproveitando a paragem para fazer alguma intervenção. Esta é uma obra que tem uma dotação de cerca de 600 mil euros, no entanto, vai ser uma obra complexa porque vai ser feita em muitas das suas dimensões, nas redes, na segurança, na eficiência energética e no pavilhão. Vai ser feito, portanto, com as atividades letivas a decorrer. Naturalmente que vai exigir uma melhor coordenação, mas também uma maior compreensão de todos os agentes educativos, das crianças, dos professores e dos pais, já fomos pedir esse empenho também ao nível do Conselho Geral, para que isso possa acontecer de forma correta. E, depois fazer uma intervenção que para nós é absolutamente importante, que tem a ver com todos os projetos que existem ao nível, quer da eficiência energética dos edifícios, quer na eficiência energética de iluminação pública. São áreas absolutamente prioritárias, porque são aquelas em que nós poderemos no futuro obter alguma poupança, mesmo tendo em conta que numa fase imediata essa poupança, não será traduzível na diminuição da despesa, porque? Porque estes financiamentos têm uma modalidade diferente que é o financiamento feito através do instrumento financeiro, e os municípios podem utilizá-lo para a eficiência energética de edifícios e de iluminação pública, mas é uma espécie de financiamento a custo zero, é feito o empréstimo que depois é remunerado em função da poupança a custo zero. Globalmente são estes os projetos mais relevantes aos quais, no ano de 2019, daremos início. ----------

Intervenções: ----------

Ana Maria Rodrigues Coelho, do **PSD** – *"Volvido um ano de mandato, mantêm-se Sr. Presidente, as 13 páginas de discurso moralizador, sobre as maravilhas económicas do Governo Nacional e as muitas promessas eleitorais constantes do manifesto eleitoral do Partido Socialista em Chaves. No entanto, começam os flavienses a duvidar da mítica "viragem" do concelho, uma vez que este orçamento, continua a nada apresentar de inovador e a não refletir a visão estratégica que tanto apregoa para o concelho. ----*

Numa primeira análise verificamos que o orçamento total aumentou cerca de 4 milhões e 650 mil euros, relativamente ao ano passado. Registamos positivamente o facto de se prever que este crescimento assente em investimento (despesa de capital aumenta 4 milhões de euros), no entanto, registamos com preocupação, o sacrifício de um milhão e meio de euros de poupança corrente. O Executivo opta por reduzir receita corrente já consolidada, para cumprir as suas promessas eleitorais de redução do IMI e redução do preço da água, e equilibra as contas: ----------

- Com as compensações financeiras devidas pela Iberdrola, no âmbito do investimento realizado nas barragens do Alto Tâmega – que sabemos não são receitas estáveis para o futuro; ----------

- Com receita de capital proveniente do financiamento de projetos comunitários, cujo encaixe financeiro, como sabemos, não é suficiente para cobrir a despesa

correspondente (poucos são os projetos financiados a 100%), tendo o Município de acautelar verbas para cobrir as componentes não cofinanciadas. ----------
Posta esta breve referência às questões mais técnicas, mas porque este é um documento eminentemente político, verificamos com desagrado, que as opções políticas deste Executivo plasmadas no Plano de Atividades, não são claras e não estão alinhadas com uma visão estratégica de futuro para o concelho. E sinceramente, começamos a ficar cansados deste recurso repetitivo de desculpabilização com o passado. ----------
Façamos o exercício de cruzar os objetivos e eixos estruturantes previstos nas páginas 7 a 13 do Relatório da Proposta de Orçamento para 2019 com as Grandes Opções do Plano Orçamentadas: ----------
- EMPREGO: Agência de captação de Investimento; Programa Start-up Chaves. Fundo Municipal de Apoio ao empreendedorismo – Investimento previsto nas GOP's - zero; -
- TURISMO E AMBIENTE: Os cerca de 100 000€ inscritos nas GOPS para projetos do Caminho de Santiago, não chegam para um concelho que quer afirmar-se como destino Turístico. Os 15 000€ inscritos para promoção e dinamização de museus, não são suficientes para a prometida Valorização do Museu Nadir Afonso. Ficam ainda por cabimentar a Feira de Turismo e Negócios do Alto Tâmega, a Requalificação das margens do Rio Tâmega para fins balneares, entre outros; ----------
- CENTRO HISTÓRICO E COMÉRCIO LOCAL: para quando o plano de requalificação e reabilitação do Centro Histórico? E será que os 91 000€ previstos para aquisição e reabilitação de edifícios no Centro histórico são suficientes para "aquisição de duas ou três casas da zona histórica, em avançado estado de degradação, a fim de serem reconstruídas e colocadas no mercado de arrendamento para jovens"? ----------
Não quero maçá-los com uma análise exaustiva dos 8 eixos previstos, mas os exemplos acima são ilustrativos da demagogia e das opções políticas deste Executivo. ----------
A juntar a isto, existem também um conjunto de opções consagradas no orçamento, que resultam para nós pouco claras e que gostaríamos de Sr. Presidente, nos esclarecesse:

1. *Gostaríamos de ver explicadas as verbas associadas aos Eventos Culturais para 2019. Porquê um desinvestimento em eventos já consolidados como os Sabores de Chaves e a Festa dos Povos, enquanto o Festival N2 é reforçado em mais de 100 000€, sendo que este foi um evento com entradas pagas! ----------*
2. *Se o Turismo é uma prioridade, porquê uma redução de 30 000€ na rubrica inscrita neste orçamento para Promoção e Divulgação do Concelho? ----------*
3. *Na Rubrica de Despesa – Instituições Sem Fins Lucrativos, a que se deve o aumento das transferências em mais de 100 000€ para as associações desportivas? Não nos diga que é para poderem pagar as taxas e preços impostos na utilização dos equipamentos públicos e municipais, como foi o caso dos Clubes de Natação? Que Associações estão incluídas na rubrica "Outras Associações", rubrica que mais do que duplicou as verbas inscritas passando de 75000€ para mais de 160 000€? ----------*
4. *Porquê uma redução de 40 000€ na rubrica Apoio à Educação? ----------*

Senhor Presidente, não se vislumbram neste documento, quaisquer medidas e/ou políticas estruturantes que atuem sobre os principais desafios do território, e respondam, de forma eficiente, a problemas concretos da comunidade, valorizando as suas potencialidades endógenas, e que estimulem a atividade económica, favorecendo o crescimento económico, a competitividade, o emprego e o investimento empresarial, contribuindo assim para a atração e fixação de população. ----------
O PSD Chaves, entende que a proposta de Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2019, assenta em grandes chavões e muita festa, mas, em termos de eficácia e

concretização de medidas adequadas para o desenvolvimento do concelho, nada se acrescenta, é pouco ambiciosa, é uma proposta de visão limitada e sem a capacidade de transformação que foi propalada em sede de campanha eleitoral à população flaviense. ----------

Assim, com a ponderação cuidada que os documentos merecem e tendo em consideração os superiores interesses dos nossos concidadãos e do nosso Município, os Membros da Assembleia Municipal eleitos na lista do Partido Social Democrata votam contra estes documentos previsionais." ----------

Fátima Liliana Fontes Correia, do **PS** - Começou por cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Secretários, senhor Presidente da Câmara, Vereadores e membros desta Assembleia. "Sem dúvida nenhuma que estamos perante o orçamento mais relevante em termos de investimento social e económico dos últimos anos. Estamos a falar de um orçamento com o valor de cerca de 48 milhões 500 mil euros dos quais 41,53% são destinados ao investimento mais de 20 milhões de euros. É deveras aprazível verificar que, pese embora o serviço da dívida para 2019 ainda se estime em cerca de 2 milhões e 700 mil euros. O município através deste orçamento consegue libertar-se do paradigma da herança pesada que recebeu no dia 22 de outubro de 2017, passando agora para o novo paradigma de investimento e prosperidade aliados ao esforço da garantia de sustentabilidade. É visível uma indubitável canalização de investimento para as funções sociais que representam 56% no total das Grandes Opções do Plano e endereçando um sinal de esperança aos mais desfavorecidos. Destaque, aqui para a requalificação habitacional do bairro social dos Fortes e do bairro social de Casas dos Montes, assim como a construção do Centro Cívico. A atratividade do centro histórico também não foi descorada sendo diversos investimentos nesse sentido, destaque para a ampliação da rede *hi-fi* do centro histórico, aquisição e reabilitação de edifícios, reabilitação do Museu da Região Flaviense e Castelo, reabilitação de edifício do Cineteatro para instalação de um Centro Multiusos e execução do *Aqua Palace*. Não esquecendo, como é óbvio, da conclusão do processo de musealização das termas romanas, a remodelação funcional e paisagística do Largo do Terreiro da Cavalaria, a reabilitação e ampliação do Parque infantil do Jardim do Tabolado. Na área do turismo para além dos investimentos já referidos e que estão intrinsecamente interligados, temos ainda o estabelecimento integral da Ciclovia Chaves Vidago, a valorização de caminho interior português de Santiago e o projeto renovação de aldeias, com a criação de trilhos de visitação do património natural e cultural do concelho de Chaves. Por outro lado, é um orçamento que procura garantir a sustentabilidade dos seus investimentos através da aposta na eficiência, quer se trate de eficiência do sistema de água e saneamento, com diversas intervenções na rede de abastecimento ou, por outro lado, através da eficiência energética, com intervenção em diversos edifícios públicos. Realço, ainda, a ampliação da rede de aproveitamento geotérmico que permitirá não só a poupança de centenas de milhares de euros em aquecimento, como também é permitida a redução significativa de CO2, contribuindo para a redução da pegada ambiental. Desta forma, a bancada municipal do Partido Socialista votará favoravelmente este orçamento, convictos de que nos guiará pelo melhor caminho". ----------

Gonçalo André Nascimento Alves do **CDS** – "Senhor Presidente, ainda antes de abordar os documentos previsionais deixe-me dizer, senhor Presidente da Câmara, que cada vez que o senhor não responde às perguntas de CDS, é um motivo de orgulho para nós, pois é sinal que tocamos no nervo, e até diria que nasce uma flor na rua do

Aljube. Os orçamentos Municipais tal como o orçamento de Estado, são documentos políticos de índole económica e financeira que revelam escolhas e estratégias tomadas pelo Executivo para o próximo ano. Olhando para o relatório da proposta de orçamento e as prioridades estratégicas do Município, rapidamente se verifica que em diversas áreas, como emprego, centro histórico, comércio local, ação social, equipamentos e serviços municipais, entre outros, pouco ou nada foi realizado. E este orçamento não será o instrumento que realizará os desígnios pelos quais este Executivo foi eleito. Ao invés segue-se uma linha de continuidade, tornando o tão proclamado "Acordar Chaves" o "Despertar Chaves" num mero slogan de campanha, que se vai esfumando ao longo do tempo. A este ritmo, o tempo passa, o mandato acaba, e tudo foi uma oportunidade perdida. Apesar da boa imagem e, sobretudo da boa imprensa, este é o segundo orçamento que o senhor Presidente apresenta nesta casa e, se antes havia tolerância e compreensão perante os desafios de uma nova liderança, desta vez este orçamento é da sua inteira responsabilidade, o que significa que as escolhas e estratégias delineados neste momento, são suas e do seu Executivo. Reconhecemos méritos a este orçamento, nomeadamente porque apresenta uma redução de receitas correntes, principalmente das receitas geradas por impostos indiretos, que é sempre positivo, quando não se tenta dissimular impostos aos cidadãos, através de taxas, tal como é apanágio do atual governo. O orçamento de 2019, prevê um aumento de receita de 11,34%, face ao orçamento de 2018, alavancando o orçamento para 48,6 milhões de euros, valor bastante otimista face à corrente execução. O anexo quinto que foi distribuído como PPO de 2019, tem uma programação orçamental de receita para 2020 e 2021 inferior em cerca de 13 milhões e meio de euros face a este valor. Parece que o compromisso eleitoral com a redução em 10% no custo da água, saneamento e resíduos, poderá ser uma realidade, mas o verdadeiro elemento diferenciador deste orçamento face ao anterior, é o aumento de quase 5 milhões de euros referentes a verbas provenientes de fundos comunitários. No lado da despesa verifica-se o aumento global de meio milhão de euros nas despesas correntes, justificadas com aumento de 8,77% das despesas com pessoal, o que vai contra o esforço de consolidação orçamental anteriormente realizado. No entanto o foco do lado da despesa é o aumento da despesa de capital nomeadamente na rubrica reparação e beneficiação de investimentos, na rubrica escolas e outros na parte do edifício, na rubrica viadutos, arruamentos e obras complementares de outras construções e infraestruturas. Quanto ao plano plurianual de investimentos o PPI, é de salientar o reforço do investimento no seio do orçamento total, correspondente a 41,52%, no entanto existem alguns investimentos cuja pertinência aporta dúvidas, um dos mais célebres e já referido aqui é o Centro Coordenador de Transportes. Não aceitamos que recursos públicos, cofinanciados ou não, sejam utilizados em jogos entre a Autarquia e a empresa, A. Santo. A Autarquia não só atribuiu uma dilatação de prazo à empresa, como agora irá chegar-se à frente com um investimento de 1,1 milhões de euros, o pior é que ninguém acredita que a empresa vai cumprir a sua parte do negócio. Por isso, não é aceitável gastar-se o total de 1,1 milhões de euros numa infraestrutura, inútil nas suas valências e mal localizada, cuja utilização pelos diferentes operadores deverá ser reduzida ou nula. Noutro sentido, aguardamos pelo dia em que algum projeto da obra votado nos orçamentos participativos, deixe de ser mera expectativa e inspiração dos flavienses, e passe a ser uma realidade palpável e concreta, ao invés do costume. Concluindo, o CDS abster-se-á na votação pois, embora considere que existem elementos positivos no documento apresentado, este não caminha de forma determinada e assertiva no sentido de cumprir os compromissos assumidos pelo Partido Socialista nas eleições Autárquicas de 2017. Ao mesmo tempo que nos gera dúvidas relativas à capacidade de

execução e à situação referente ao Centro Coordenador de Transportes". ----------
---

O senhor Presidente da Câmara, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. ----------

"Começo por fazer aqui alguns esclarecimentos ao membro desta Assembleia, Ana Coelho, e é curioso que antes de responder propriamente, faça apenas duas observações. Primeiro é curioso que, em sede de reunião de Câmara, o Orçamento tenha sido aprovado por unanimidade, fica aqui a nota. E, depois, é curioso que algumas das questões que teriam oportunidade de conhecer, se tivessem lido o documento e terem estado presentes na reunião preparatória de apresentação do mesmo, eu teria esclarecido muitas dessas dúvidas. Não estiveram, faltaram, ou seja, perderam por comparência e eu acho que sinceramente isso não é aceitável. Se há aí questões de dúvida, e algumas questões são mesmo de dúvida, se tivessem tido a oportunidade de as partilhar, em reunião connosco, ser-nos-ia permitido explicar algumas dessas opções e porventura algumas das valorações, não as teria feito e provavelmente se calhar podia ter feito outras ainda com mais substância, e até com mais capacidade. De qualquer das formas preferiram assim. Acho que quanto à visão estratégica, e correspondentes documentos análise, nós já estamos cheios de *dossiers* de duzentas páginas. Alguém se lembra de um documento que veio a esta Assembleia Municipal que definia a visão estratégica para o concelho, lembram-se? Eram tantos os objetivos estratégicos, que nenhum deles podia ser estratégico. Quando nós temos num documento 40 objetivos estratégicos nada é estratégico, vai-me desculpar nada é estratégico e, portanto, na nossa perspetiva, estratégicos, nós já dissemos claramente temos a questão do emprego, da sustentabilidade da Câmara Municipal, e da demografia, estas são questões estratégicas. Agora não são questões que se resolvam num ano, nem em dois, nem em três. Estamos a falar de questões de uma exigência muito grande e não são sequer desafios de âmbito autárquico, são desafios de âmbito nacional e alguns de âmbito europeu. A questão da demografia nem sequer é apenas nacional só porque, como sabem, o país no seu todo perde população. Não é apenas a nossa região e, portanto, é um desafio para a Europa no seu todo. Se a Europa quiser ter o papel que teve no passado vai ter que se repensar, refundar e também na área económica e na área demográfica, portanto, é um desafio grande que envolve atores europeus, nacionais, locais e cidadãos, e é isso que temos que dizer. Não esperem que com um orçamento nós consigamos resolver tudo o que não for resolvido antes, não, agora queremos é dar sinais e sinais de mudança e o sinal fundamental é o bom senso, o bom senso porque eu acho que se anteriores decisões fossem bem tomadas com bom senso, nós hoje não estaríamos aqui. Nós hoje teríamos uma Câmara com uma condição económica e financeira que nos permitiria fazer coisas, que nós gostaríamos de fazer. A questão de mais apoio ao emprego, já a teríamos feito se tivéssemos condições. Mas para isso temos de ter recursos e a Câmara Municipal de Chaves não conseguiu fazer o caminho que outras congéneres fizeram, a de Valpaços, a de Montalegre, a de Boticas e outras sob ponto de vista financeiro e económico, porque ficou numa situação verdadeiramente insustentável. Só vou dar uma nota, e não vou dizer muito sobre isto, e perdoem-me em fazê-lo, é que o orçamento da Câmara Municipal de Montalegre é sensivelmente metade do da Câmara de Chaves, sensivelmente um pouco abaixo, mas no ano de 2017, gastou 6 mil euros em juros bancários. Quanto é que gastou a Câmara de Chaves? Alguém é capaz de adivinhar? Ronda um milhão de euros, portanto, estão a ver esta ordem de grandeza, e como isto é absolutamente dramático. É, preciso pôr os pés no chão, ter alguma humildade e esperar que algumas coisas aconteçam, não é com esta afã, que as coisas acontecem.

Embora, reconheço, que com esta vossa pressa toda, para mim é bom, porque se vocês estão nervosos, eu não devo ficar, é isso apenas que faço da leitura das vossas intervenções. Vamos então agora às questões mais concretas. Senhora membro desta Assembleia Municipal, vem falar-me em poupança previsional: é que uma coisa é a poupança previsional, está a dizer que nós fizemos poupança corrente, mas poupança corrente previsional. Não, nós não podemos olhar para aquilo, e eu tive a oportunidade de dizer quando nós falamos de poupança corrente, que se tratava de poupança previsional, porque essa para mim conta pouco, se eu empolar a receita corrente do lado das taxas em 5 milhões, eu não tinha 5 milhões, tinha 10 milhões, mas o que me importa ter na previsão 10 milhões? o que importa é o real, é o executado, portanto, a consolidação não se faz na previsão, faz-se na execução, senhora membro desta Assembleia. Não confunda conceitos e a si fica-lhe mal porque é da área, e parece que a política não vale, não se podem deturpar conceitos, portanto, nesta questão da poupança corrente, o importante é a poupança corrente efetiva. É chegar ao final do ano e dizer entre a receita corrente e a despesa corrente cobradas, o que é que ficou? Isso, sim é que é importante. E, eu já tive a oportunidade de dizer que era apenas previsional, que não era executada. E, portanto, não confunda aspetos e não há aqui na minha perspetiva, nenhuma tendência negativa, muito pelo contrário é uma tendência positiva. Positiva porque? Porque no lado das despesas correntes, algumas estão a diminuir. Depois dizer, também, e aproveito já para responder ao membro do CDS-PP, que a questão do aumento da despesa, e eu tive a oportunidade de dizer que o problema de nós ficarmos presos ao que temos escrito, é termos que ler aquilo que escrevemos antes, e não incorporarmos aquilo que foi dito, designadamente que a despesa de pessoal é um dos grandes incrementos para essa despesa, tem a ver com a contratação de 21 Técnicos Superiores que têm um contrato de 3 anos e que é financiado a 85%, portanto, se tem despesa, também tem receita associada, e assim esse incremento verdadeiramente não vai ser de 8%, apesar de ser transitório, portanto, acho que isso é clarinho e essa questão não me preocupa em definitivo. Depois falar de outra questão relativamente à Iberdrola, se tivesse estado presente na reunião que foi marcada, para este efeito, poder-lhe-ia explicar que a receita da Iberdrola veio descendo, aquilo que tinha a ver com as compensações diretas, transferências financeiras desceu de 400 mil euros, para 330 mil euros, só que o valor que está aí incorporado, tem a ver com outras compensações. São compensações ao nível da floresta, resultante de um acordo de reflorestação que nós celebrámos com a Iberdrola, ao qual não demos muita visibilidade pública, como fizeram outras Câmaras. Significa que vamos fazer a plantação no Concelho sobretudo em Freguesias e áreas de Baldios, vamos plantar árvores e é natural, se está no lado da receita também está no lado da despesa, um projeto que diz respeito à execução dessas mesmas reflorestações. Portanto, aí não há nenhuma habilidade, nenhuma instabilidade, não há nenhum incremento, não, há apenas a utilização de recursos que existem e o que nós dissemos à Iberdrola, é que se eventualmente quiserem afetar mais recursos ao concelho de Chaves neste domínio, nós estamos disponíveis para executar e, portanto, foi o que dissemos, é isso que queremos fazer, porque entendemos que o ambiente, a floresta e a sustentabilidade deste Concelho, também sob o ponto de vista ambiental, assim o exige e, portanto, se quiserem em detalhe dou-lhe os números, e até lhe posso fornecer a própria fundamentação técnica. Depois dizer outra coisa, então o PSD deixou estes milhões todos de investimento? Não, não deixou porque, a maior parte destes projetos, já foram candidatados por este Executivo, em dezembro de 2018, e já foram apresentadas candidaturas por este este Executivo Municipal. Não, não disse isso, não tinha nada daquilo destes tais milhões que aqui estão, eu terei naturalmente a

frontalidade, para dizer quais são os projetos que estavam aprovados e financiados, e aqueles que não estão. E, podemos fazer uma listagem, relativamente a isso não temos nenhuma dúvida, nenhum problema sobre isso. Depois, dizer outra coisa que é, provavelmente alguns dos projetos, se nós tivéssemos a oportunidade de os alterar, bem o faríamos, só que a alternativa é entre fazer e não fazer, é essa a alternativa e percebemos bem isso quando tivemos que mexer nalguns projetos, significa que há aqui e eu tive a oportunidade de dizer, um condicionamento. Os fundos comunitários que existem que tem que ser alocados a determinadas finalidades e as áreas estão bem definidas, e, ou os utilizamos naquelas áreas, ou não os utilizamos. Penso que o próprio primeiro Secretário da CIM, de manhã também expressou essa posição dizendo que, provavelmente alguns dos projetos não seriam executados, e que temos dúvidas nalguns casos do seu real valor, mas enfim, naturalmente que se pugnamos pelo aumento de reforço do investimento comunitário não podemos, ao mesmo tempo, deixar de concretizar os projetos que temos, porque senão, a seguir, não teremos sucesso nesse propósito. Dizer que, enfim, as questões sociais estão aí bem patentes, que representam um grande esforço financeiro do Município que vai ter que alocar mais de 1 milhão de euros, cerca de um milhão e meio de euros, do seu orçamento próprio em dois ou três anos para concretizar esses projetos. E, depois perdoe-me senhora membro desta Assembleia, visão estratégica, vem-me falar em visão estratégica, se quiser forneço-lhe um conjunto de manuais sobre desenvolvimento regional e desenvolvimento nacional que tem lá um conjunto de enunciados estratégicos, mas são palavras vãs, e o que nós precisamos e estamos a construir, é uma estratégia para este Concelho e também para esta Comunidade Intermunicipal, e o que nós queremos fazer é que seja de forma coordenada, de forma integrada, é isso que nós defendemos, é isso que nós queremos fazer e, por isso, estão perfeitamente alinhadas, quais são as nossas opções estratégicas, e depois dizer que não é o investimento no turismo, isso é fazer uma visão muito, muito restrita dos documentos. Se esteve atenta a esta sessão, na parte da manhã, certamente percebeu que foi tomada uma decisão ao nível da CIM, que vai ser construído em Chaves um posto de turismo financiado pelos seis concelhos do Alto Tâmega, pelos orçamentos próprios de cada um. Acho que este é um sinal importante e que nós temos que valorizar, pela primeira vez temos 6 municípios que estão disponíveis com o seu orçamento a financiarem um Posto de Turismo aqui, designado como Posto de Turismo do Alto Tâmega, para que possa desenvolver aqui também ações e políticas próprias deste território. Portanto, se isto não é investimento, agora não aparece espalhado no documento PPI, Câmara Municipal está no outro documento, também podia ter lido que é o orçamento da CIM, podia ter lá visto isto. Também podia ter visto, se quisesse ver, uma transferência para a CIM, que está no lado das transferências de capital para a CIM, para este objetivo, portanto, o problema está em ler isto assim de forma rápida estes documentos, e depois chega-se a conclusões erradas e, portanto, foi isso que aconteceu neste caso. Feira do Turismo do Alto Tâmega? Sim estamos a trabalhar no âmbito da CIM, com certeza, é um projeto, mas é um projeto do Alto Tâmega. A ideia é nossa, mas é um projeto do Alto Tâmega que só assim faz sentido, ou queremos fazer nós uma feira do turismo do Alto Tâmega só por nós? E depois vamos-lhe chamar do Alto Tâmega? Não eu acho que tem que ser um projeto negociado, partilhado e fomentado ao nível da CIM. É nisso que estamos a trabalhar e quando houver mais informação de detalhe, daremos nota, mas sem o propósito de se lhe chamaremos Feira do Turismo, ou outra designação próxima, enfim, o importante não é o nome, na minha perspetiva, o importante é que seja um espaço, que possa potenciar, que possa divulgar, que possa afirmar, dar notoriedade, áquilo que são os recursos mais relevantes deste território, e que isso possa suscitar um maior

investimento, maior investigação, maior afirmação e um maior retorno dessas mesmas atividades. Também dizer outra coisa, é que tivesse estado nessa reunião, teria percebido que Sabores de Chaves e Feira dos Povos, são financiados através do contrato-programa da EAHTB, na minha perspetiva mal, mas provavelmente o valor é o mesmo, é que se nós tivermos vários instrumentos para concretizar a nossa política, melhor continuaremos a investir nos Sabores de Chaves. Devo dizer, e faço aqui uma declaração de interesses, gostava que os Sabores de Chaves fossem progressivamente uma coisa diferente, fossem uma feira gastronómica dos Sabores de Chaves, até temos trabalhado nessa ideia, veremos se a conseguimos concretizar, porque a intenção é dar-lhe outra relevância, outro envolvimento e naturalmente fazer uma coisa que é importante, que é fazer a diferenciação, se nós queremos uma região do Alto Tâmega, mais forte. E, nós não podemos ser concorrenciais em tudo, ou seja, não se pode ter uma feira do fumeiro em Boticas, outra feira do fumeiro em Montalegre, outra feira de fumeiro em Chaves, outra feira do fumeiro em Valpaços, não. Acho que nós temos que fazer é ser complementares, e podemos no conjunto afirmarmos aquilo que são os nossos recursos. Portanto, na nossa perspetiva e na minha perspetiva, temos que nesta lógica de colaboração de integração no Alto Tâmega, temos que nos fortalecer, mas não nos fortalecermos se formos concorrenciais em tudo, parece-me que tem de existir uma lógica diferente, uma lógica simbiótica de afirmação dos nossos produtos que, em muitos casos, são complementares. E se perceberam bem, o projeto que está a ser desenhado no âmbito da CIM, que tem a ver exatamente com a valorização deste território, pega no elemento agregador que é a água, porque a água está ligada a tudo, está ligada a Chaves, pelas Termas, pela produção de calor. Estamos a trabalhar numa candidatura de criação de uma rede de calor urbana e estamos a apresentar uma candidatura de 2 milhões de euros, para aquecer os edifícios municipais, através do calor das Termas. Isso é um projeto importante, que depois possa ser estendido também a outras unidades. Há alguns empresários nesta cidade, que já perceberam também que a geotermia pode ser uma solução muito importante ao nível energético. Acho que nós temos todas as condições para fazermos de Chaves uma referência nacional, no que diz respeito à utilização da água para fins energéticos em Portugal Continental e é isso, que temos que fazer, é essa a nossa convicção, estamos a trabalhar afincadamente nessa candidatura, temos que a apresentar até ao final do mês de janeiro e essa, é a nossa ambição. Estou expetante que seremos um dos vencedores desse mesmo aviso. Esperemos que sim, é nossa expectativa, pelo menos contratamos os melhores. Na questão da complementaridade nós, relativamente ao fumeiro, temos que lhe dar uma outra roupagem. Entendo eu, mas é uma discussão que pode ser mais abrangente, e tem sido no âmbito do Executivo municipal, neste fórum e noutros, é encontrar um outro formato que permita que Chaves com uma feira possa ter outra atração, que possa atrair mais pessoas a este território, porque o que nós queremos no essencial é que nos visitem, nos conheçam, que adquiram os nossos produtos, que usufruam da nossa gastronomia, que se alojem nos nossos hotéis, que conheçam o nosso território e que sejam os nossos principais divulgadores, nas suas localidades e nas suas famílias, portanto, é isso que nós pretendemos. Depois, ainda, assim dizer que quanto a esse incremento das associações desportivas eu não sei dar nota em detalhe, mas se quiser eu posso dar-lhe, efetivamente de qual é a razão desse incremento, posso dizer uma coisa é que nós fizemos num ano o que não foi feito em 10 anos. Nós conseguimos regularizar com todas as associações desportivas deste concelho, situações de dívidas que tinham 10 anos. Porque, não sei se sabiam, havia um regulamento de utilização dos pavilhões desportivos, das piscinas e de outros equipamentos em que ninguém pagava, havia uma espécie de isenções para toda a

gente. Isso não é aceitável. Acho que se os nossos pavilhões têm condições de acesso de utilização efetivamente, a disciplina desse uso deve ser feita através do pagamento de uma taxa, ainda que seja de baixo valor. Existem situações de muitas associações que, naturalmente, desenvolvem atividades que devem ser avaliadas positivamente porque fazem formação, porque praticam um conjunto de modalidades desportivas relevantes. Então a Câmara Municipal pode, o Executivo Municipal pode isentar do pagamento das taxas correspondentes à utilização desses espaços, é isso que nós estamos a fazer de forma transparente, porque o Presidente da Câmara não tem competência para isentar nada, essa competência é do Executivo Municipal e isso é traduzível e deve ser lido, como nós no passado dissemos. E isso deve ser um subsídio em espécie, é assim que temos que tratar, é assim que devemos fazer, portanto, não baralhe aqui coisas que não são baralháveis, eu percebi, mas não baralhe, enfim, não tem aqui o público-alvo para essa sua comunicação viperina, fá-la-á noutro sítio. Também, relativamente à educação, 40 mil euros para a educação? Então esqueceu-se, que temos duas equipas que fazem um acréscimo substancial na despesa com pessoal, e estamos a falar da equipa de combate ao insucesso escolar e viver a sociedade, são 21 Técnicos Superiores que vão ficar afetos à educação de forma particular, só 40 mil euros? Não, eu atrever-me-ia a dizer que são mais de 400 mil euros mas, enfim, não consigo perceber. Da mesma forma, devo dizer que a Câmara Municipal de Chaves vai fazer 2 intervenções em dois edifícios: Escola do Carneiro e Escola Fernão Magalhães. Então na educação investimos pouco? Mais de 1 milhão de euros, 1 milhão e 300 mil euros é pouco dinheiro, se somarmos mais os recursos humanos que podemos andar perto de 1 milhão e 800 mil euros? Então isto é pouco investimento na educação? Vai-me desculpar, mas há aqui uma leitura, que não faz absolutamente sentido. Dizer, que a receita da Empresa Municipal tem a ver com a despesa, há um projeto VALORIZAR e, naturalmente, tínhamos que fazer a previsão da receita e previsão da despesa, não sabemos é se o projeto vai ou não ser aprovado. Teremos todo o prazer em mostrar-lhe o projeto e a candidatura, que é uma candidatura que pretende naturalmente fazer a valorização das Termas e, também, permitir fazer ali umas qualificações na área do bem-estar e se quiser conhecer a candidatura nós temos gosto em fornecê-la, não tem nenhum problema absolutamente nenhum. Depois dizer que com tantas flores, provavelmente, a Rua do Aljube um dia destes será um jardim, sabe porque eu não respondi? Porque o Regimento é para ser cumprido. É porque não pode utilizar o período que é destinado para fazer essas questões, para fazer as habilidades das propostas que faz, e a seguir fazer questões que não tem nada a ver com a Informação do Presidente, ponto específico da Ordem de Trabalhos. Se ainda que marginalmente, lateralmente, tivesse a ver com o assunto eu ter-lhe-ia respondido, agora faz uma coisa muito simples, na próxima Assembleia Municipal coloca essas questões no início e eu dar-lhe-ei a resposta necessária. Portanto, é assim que se deve fazer, o senhor é cumpridor de regras, mas para os outros, para si não vale a pena, não interessa cumpri-las. Depois dizer que não percebi algumas referências a nível da politica local, da política nacional, dizer-lhe que à semelhança do PSD, também o CDS, está muito preocupado com o cumprimento das promessas que o Executivo liderado por mim fez, eu vejo isso com um particular agrado porque é muito bom, não se preocupa com outras coisas, mas preocupa-se com o nosso programa, isso é muito bom e nós somos os mais interessados em cumprir o nosso programa, acredite. Naturalmente que as escolhas, que fizemos são as nossas escolhas, as que estão plasmadas nos documentos, são as opções que nós conseguimos fazer de acordo com aquilo que é o enquadramento que existe. Quanto à questão do Centro Coordenador dos Transportes, já disse aqui se este Executivo, pudesse deixar de fazer este

investimento, deixá-lo-ia de fazer, aliás eu até vou fazer aqui uma confidência, eu dei instruções ao serviço para anular esta ação e para a substituírem pelo reforço do Cineteatro, só que não foi aceite, e não foi aceite porque? Porque me foi levantada a questão que há pouco falei, derivada dos compromissos que existem, sobre o contrato de financiamento do plano de pormenor da Fonte do Leite, as consequências que poderão advir para o Município, se não cumprir esse contrato. Não podemos esquecer que o município de Chaves, já recebeu mais de 2 milhões de euros em momento pretérito, relativo a esse contrato, por isso é algo que nós não podemos deixar de fazer, mas vamos fazer uma intervenção minimalista, adequada às necessidades, e, tendo em atenção que o principal operador, que hoje é o principal operador porque em 2010- 2011 não sabemos, porque isso vai depender do concurso e portanto há coisas que nós estamos a pressupor e não temos informação que nos permitam garantir que assim seja desta forma, e portanto são estas as considerações que eu gostaria de fazer, se eventualmente, houver alguma questão a que eu não respondi, terei todo o prazer em fazê-lo a seguir. ----------

---

Manuel Justino Matos Cunha, da **CDU** – "Vou fazer uma intervenção se calhar delicada, que espero de todo não seja mal interpretada. Que nós estamos a assistir a um processo complexo, que é o colapso do PSD como oposição na Câmara, na Assembleia, e toda uma desregulação que é visível, e é má para o Município. Porque, a esse colapso corresponde um certo estado de euforia do senhor Presidente da Câmara, que também não é bom para o Município, não há contraditório, não há uma crítica persistente, constante, e isso vai pagar-se caro. A oposição principal faz-se na Vereação, pois a oposição que se pode fazer na Assembleia é sempre mais restrita. Eu recordo dos discursos e há aqui muita gente que está cá há muito tempo como eu, recordo que muitas coisas que o Presidente da Câmara está a dizer, parece-me o discurso do João Batista, no princípio. Vou dar exemplos: que o partido Socialista tinha deixado muitas ideias, mas que nada estava concretizado em projetos, e que se havia projetos quando o partido Socialista o confrontava que até havia projetos, mas não havia financiamento e, portanto, se não havia financiamento era, a mesma coisa que não haver projetos. Eu recordo-me disso muito bem. E recordo-me de que foi a pressa do PSD, sobre a questão do Museu das termas romanas, porque um dos argumentos para tudo o que se passou, tinha a ver com os fundos comunitários, com os compromissos, com a pressa e com erros. Eu agora, não sei, gostava que houvesse uma solução, e o senhor Presidente poderá dizer: a CDU, está a dizer isto, mas que soluções concretas têm para apresentar. Pelo menos sabemos que não fomos nós que arranjámos a complicação. Há aqui qualquer coisa e percebo a preocupação levantada pelo deputado do CDS, que é: no fundo estão a dizer-nos, sim vamos meter um milhão e 1 milhão e 100 mil euros, numa central de camionagem que achamos que nem se devia meter, que achamos que foi um disparate, se eu percebi de um compromisso do Executivo anterior, mas eu olho para isto e parece-me já, outra vez, o começo da repetição de um filme, que correu muito mal, no passado. Acho que é positivo este orçamento e tem uma série de aspetos positivos. É positivo que a Autarquia ponha os pés no chão, porque é verdade e digo isto com à vontade de quem denunciou isso ao longo de anos. É verdade que nós vivemos um período, do qual o PSD fez pouca autocrítica, do qual o próprio último Presidente da Câmara fez pouca autocrítica, em relação ao período anterior, um período de projetos que, no essencial, falharam e falharam por razões que algumas são extrínsecas à Autarquia e até à região e à crise económica. É bom recordar que algumas coisas que falharam tinham a ver com governos do partido Socialista e tinham a ver com pressões de governos do partido Socialista e do engenheiro Sócrates, é bom que nos

lembremos disso. É bom que nos lembremos de todo um conjunto de aspetos, mas é verdade que chegamos e a mim não me preocuparia muito o endividamento com que a Autarquia ficou, se isso tivesse correspondido a um avanço da cidade e do concelho, mas não correspondeu a grandes avanços, e, por isso, é preocupante o endividamento, acho que é bom quando o senhor Presidente diz, e bem, que temos que olhar para a rede de distribuição em baixa da água, há quantos anos a CDU, alertava para isso e toda a gente se ria de nós. E lembro-me de uma certa arrogância do PSD dizer que a CDU, não sai da Idade Média do desenvolvimento autárquico, não percebe que agora o que conta é a economia, e lamento dizer-vos que a economia, o projeto dos 16 anos, o mais elegante que eu tenho a dizer, é que não correu muito bem e, portanto, agora é preciso pôr os pés no chão, é o que eu acho importante. O CDS veio fazer a crítica do aumento da despesa com pessoal, eu também sou funcionário público, eu estou farto de ter a minha carreira congelada, o meu salário congelado, sou daqueles que trabalha honestamente como funcionário público, mas que também deva ter alguns direitos, que acho natural que, se há reposição de salários e de direitos dos funcionários públicos, isso tem necessariamente de se traduzir na despesa da Câmara, e acho muito importante. Penso que também não é só de Chaves é do Alto Tâmega porque, ouvi notícia pelo menos de Montalegre e de Boticas, sobre os projetos de recuperação e de combate ao insucesso escolar, que são muito importantes. Porque nós temos de perceber uma coisa, e até sobre isso já falaremos também, que é estarmos perante uma diminuição de natalidade gigante. Eu gostava que a Câmara, com os dados a que seguramente terá mais acesso do que eu, a nível do ensino secundário, daqui a 5 anos quantas pessoas vai haver aqui? Tendo em conta os efeitos da natalidade, vai ser possível manter várias escolas do ensino secundário abertas? E então eu vou dizer uma coisa que a minha mãezinha lá em casa puxa da pistola e dá-me dois tiros! nós estamos a falar de requalificação da Escola Secundária Fernão Magalhães que é a minha escola, ainda há pouco tempo, fui convidado pela Associação de Antigos Alunos para aí fazer um discurso, mas em algum momento, ao olharmos para o futuro, temos que perceber que escolas se vão qualificar. E que escolas devem ficar. Porque é isso que se pede a uma Autarquia, que olhe e que veja. Porque isto não vai correr bem. E depois é preciso perceber que nós estamos a diminuir a natalidade, mas não estamos a diminuir a natalidade entre as famílias problemáticas, entre as famílias de marginalizados e que, portanto, a percentagem de crianças que já nascem em situação de desigualdade perante o futuro, vai ser cada vez maior, não é só aqui, é no país todo. E, portanto, o investimento melhor que nós podemos fazer é nos programas de combate ao insucesso escolar, com todo o investimento que seja necessário, porque é o investimento mais útil em termos humanos, em termos sociais e, também, em termos económicos, porque senão depois vamos ter um lastro de pessoas que não estão aptas, para viver em sociedade e para se desenvolverem. E um dos aspetos do desenvolvimento é também a produção económica, o trabalho, etc. Dito isto, e espero que ninguém se ofenda com as coisas que eu disse, nós precisamos de recentrar as coisas. A CDU, vai-se abster na votação deste orçamento, reconhecendo que ele tem vários traços positivos que podem mostrar um caminho para o concelho e para a região, veremos em que medida esses traços se vão aprofundando no futuro, com o objetivo de assegurar as funções essenciais das autarquias, o saneamento, as acessibilidades, a mobilidade, o fornecimento de água, o fornecimento de energia, esses são aspetos nucleares. Porque se esses estiverem bem feitos a parte económica pode ir melhor ou pior, mas pelo menos essas que eram as funções clássicas da Autarquia e com isso terminava com um exemplo: disse há pouco que fui a Montalegre ver um festival de teatro e foi espantoso. Sabem porque? A casa estava cheia, é verdade que os bilhetes eram á

borla, mas os custos, os custos disso são completamente irrelevantes. O que é que Montalegre demonstrou ao fim destes anos todos já não foi a noite das bruxas, já não foi a feira do fumeiro, foi que em 2018 voltou a inovar *e voltou a comer o caldo na cabeça, ou na pinha,* de outros municípios maiores que, tendo um público-alvo maior, não enveredaram, pelo festival de teatro, mais uma vez foi Montalegre, que foi á frente e demonstrou que afinal havia terreno para um festival de teatro de expressão nacional. Espero que se desenvolva nos próximos anos, e que eu possa ir, e que Chaves depois da discussão que a membro desta Assembleia Ana Coelho levantou, que é um dos erros de Chaves, mas não é deste Executivo, se calhar até é mais dos anteriores, dar o benefício da dúvida, raramente é uma aposta. Enquanto a noite das bruxas veio há muitos anos para ficar, e cada ano cresce, nós aqui podíamos gastar agora 15 minutos a fazermos a lista desde o *Fest Image*, ao *life style*, que punha o João Batista furioso comigo. E tivemos tantas que, de uma vez por todas, assumamos as que são e mesmo que tenhamos discordâncias, eu digo de mim, por exemplo que o festival dos romanos mexe comigo, não gosto, mas tem uma coisa, começa a ter uma sedimentação e vai ao encontro do Museu das termas romanas, não desistamos disso. Finalmente um alerta e é um alerta mesmo ingénuo, façam os estudos para daqui a uns anos, estarmos a ver que furamos muito, tiramos muita água quente e de repente seca tudo. Atenção á comunicação das fontes, eu confio muito na ciência, mas também conheço bem a incompetência não é do Executivo, é dos organismos nacionais, estamos aqui cheios de expectativas a fazer furos de geotermia, etc, não tenhamos de repente surpresas de que de tanto furar se nos seca a água, porque então temos que fazer toda uma dinâmica que já não é da água". ----------

Ana Maria Rodrigues Coelho, do **PSD** – "Só para dar aqui nota de três ou quatro situações: em primeiro lugar, relativamente á votação por unanimidade do orçamento, senhor Presidente é verdade que o orçamento, a versão final dos documentos votada no dia 13 dezembro foi por unanimidade dos presentes. Infelizmente não estavam presentes todos e, portanto, também lhe ficaria bem ter dito que efetivamente, na reunião em que foi apresentada uma versão preliminar deste documento ele foi votado contra, pelo vereador Carlos Penas, que estava presente. Portanto, é uma unanimidade relativa, só para esclarecer. Relativamente às reuniões que refere aqui nas quais não teve acento o Partido Social Democrata, eu digo-lhe, eu tenho acento nas reuniões para as quais sou convidada e não fui convidada para essa. E, portanto, independentemente de quem teve ou não acento nessa reunião, as questões que eu aqui fiz, acho que são importantes de serem esclarecidas para todos os presentes e não só para o grupo restrito, que tem acento a essas reuniões. Portanto, o que eu perguntei aqui, mais ou menos detalhadamente, acho que é uma matéria do interesse de esclarecimento de todos os presentes. Porque é que há reforço nalgumas rubricas? Porque é que há desproteção de outras? Se eu até sei, porque sei que efetivamente poderá ir buscar algumas verbas à EAHTB, ao contrato-programa, para financiar a Festa dos Povos e os Sabores de Chaves, nem todos os que estão presentes, porventura, terão essa informação. Portanto, a informação não deve ser passada em círculo restrito e, portanto, as perguntas foram feitas e acho que ainda bem que foram feitas aqui, porque assim ficam esclarecidos todos os outros. E, depois senhor Presidente, permita-me que lhe diga uma coisa, tem uma grande habilidade de argumentação, para pôr palavras na boca dos outros, que eles não disseram. Portanto, eu não disse que não era feito investimento no turismo, mencionei inclusive os 100 mil euros que estão aqui dedicados aos investimentos do Caminho de Santiago, e não disse que foi desprotegido o investimento na educação. Mencionei, relativamente à rubrica instituições sem fins

lucrativos, uma redução de 40 mil euros, nas verbas que aí estavam inscritas ou algo do género. Relativamente, aos investimentos no turismo, nunca poderia dizer aqui que não estão a ser feitos investimentos no turismo, que eu tenho conhecimento deles, os que estão no orçamento da CIM, antes deste aqui. Relativamente à intervenção do membro desta Assembleia Municipal, Manuel Cunha, quero dizer-lhe que os partidos têm todos as suas situações, os seus altos e baixos, as suas fases boas e as suas fases menos boas, cá estamos para as resolver e, portanto, isso é uma matéria interna e contamos obviamente conseguir rebater o momento menos bom e, no futuro, estarmos cá para dar a resposta aos desafios que o concelho também nos coloca". ----------

Gonçalo André Nascimento Alves, do **CDS** - "Muito obrigado senhor Presidente. É só para três breves notas, não vou estar aqui a maçar muito. Relativamente, às flores e às perguntas, se estivesse no seu lugar, se elas fossem importantes eu respondia, mas pelos vistos parece que não eram importantes. Depois o segundo ponto era relativamente a afirmações que eu fiz relativas à política nacional, acho que toda a gente sabe nesta casa que este governo é o campeão da alavancagem dos impostos indiretos, não estou a dar nenhuma informação, dou só o exemplo da sobretaxa de ISP, do imposto de selo, etc. E por fim, os compromissos eleitorais do PS são o programa eleitoral deste Executivo, por isso eu tento fazer com que ele fique adstrito ao mesmo. No entanto, o do CDS é explanado todas as vezes que eu venho aqui apresentar propostas. Por isso não surgem do nada, elas vêm aqui, eu faço o meu trabalho de vir cá tentar aprová-las, às vezes consigo outras vezes não". ----------

O senhor Presidente da Câmara, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. ----------
Quanto á intervenção do membro desta Assembleia Municipal, Manuel Cunha, como foi muito de Psicanálise, nem vou sequer responder, embora eu reconhecesse outros méritos na Hematologia, mas como é Psicanálise, cada um faz as avaliações que entender e, portanto, sobre essas questões eu não faço nenhuma pronúncia, não são as minhas avaliações, mas admito que haja outras pessoas que possam fazer essa análise. Outra coisa, sinceramente, não me identifico, nem nas palavras, nem no discurso, nem na visão, nem na gestão do João Batista. E, portanto, sobre isso acho que não há aqui nenhuma identidade, nem de posicionamento, nem de argumentação, nem de perfil e, portanto, repudio veementemente esse tipo de posicionamento, com o qual não me identifico em nada. Depois dizer sobre esse aspeto, ainda não me viu a falar sobre nada megalómano, que não seja sustentável e sobre esta questão particular, do Centro Coordenador de Transportes, eu faço um convite a quem quiser nesta Assembleia, inclusivamente a si, que é: consultamos o dossier que é extenso, são dezenas de páginas e perceber se este Executivo tem capacidade, ou não, de fazer o Centro Coordenador de Transportes, e sobretudo outra avaliação numa lógica de custo-benefício, se se tem mais beneficio fazer, ou não fazer? É que podemos estar eventualmente a delapidar, imagine 200 mil euros, ou 300 mil euros e quanto é que nos custará não fazer, 5 milhões de euros? É que nós não nos podemos esquecer que a execução deste projeto, não tem que ver só com fundos comunitários. Se fossem os fundos comunitários nós alterávamos, tem a ver com compromissos contratuais aprovados por esta Câmara, e, portanto, se for necessário e acho que até é bom, e podemos revisitar toda essa informação, para perceber que compromissos, que grau de compromissos esta Câmara assumiu, ou permitiu que fossem assumidos designadamente o contrato de financiamento com a A. Santo. Não se trata de uma questão de favor é uma questão de obrigação contratual e, portanto, nós temos que

necessariamente, não concordando, neste momento, mas representamos o Município e temos que defender os interesses do Município e defender os interesses do Município neste caso concreto, perante as dúvidas todas que existem, é fazer o Centro Coordenador de Transportes, é a minha visão, é depois de ter amadurecido esta minha posição. Porque a minha primeira impressão era diferente. Esta é a minha visão da leitura dos contratos, não é uma opção, e, portanto, convido o membro desta Assembleia do CDS-PP, e convido cada um dos membros desta Assembleia que queiram fazê-lo, marcamos uma reunião, faz-se a leitura do dossier e depois faz-se a discussão, sobre isso e no fim, tomam uma posição. Depois veremos se continuam com esse entendimento ou não? Porque isso não é uma questão de opção, é uma questão de obrigação contratual, e nós não podemos fazer o que nós gostamos de fazer, temos de fazer aquilo que resulta das obrigações, que representamos esta pessoa coletiva Município Chaves, que assumiu obrigações, bem ou mal-assumiu-as, e quando me diz que nós permitimos que o contrato fosse prorrogado claro, porque existe uma obrigação dessa empresa de fazer um Centro Comercial, mas, se formos nós a incumprir o contrato, qual é a consequência? Se nós não fizemos este investimento que está previsto fazermos? Sabe qual é, 2 milhões de euros que a Câmara já recebeu deve devolvê-los, mais e imaginam o que podia ser uma indeminização desta natureza para o Município? Imaginam a indeminização que podia ser se a Câmara fosse responsabilizada por incumprimento contratual daquele investimento, seria brutal e nós não podemos correr esse risco. Nós temos que cuidar de cumprir tempestivamente, pontualmente, todas as nossas obrigações e, portanto, isso é fazer o Centro Coordenador de Transportes, adequado aquilo que são as necessidades, com modelo diferente, mas fazê-lo. Não é uma questão de opção é uma questão de obrigação, o interesse público determina que seja feito, só isto para eventualmente clarificar este aspecto porque não tem a ver com mais nada. Quanto à geotermia nós não vamos fazer mais nenhuma perfuração, a única perfuração é relativamente ao Museu das termas romanas e é uma perfuração que tem 20 metros 30 metros, 40 metros é uma coisa muito limitada que não interfere, segundo o diretor técnico, que é o maior especialista nesta matéria a nível nacional, que é um professor universitário jubilado, que não tem nenhuma interferência. Relativamente, àquilo que nós podemos fazer isso sim, poderia eventualmente, suscitar alguma reserva ou algum receio que é utilizar o potencial da água termal para fazer aquecimento e utilizá-la para fins de geotermia, essa é outra questão. Mas o que nós vamos fazer, o nosso projeto está na margem de segurança naquilo que são o resultado de 10 ou 20 anos de avaliação de monitorização dos caudais da água e, portanto, estamos a fazê-lo, ainda na margem de segurança. Se eventualmente em algum momento, se colocar a questão de ampliar o projeto, aí sim terá que ser feito um estudo mais atento e mais pormenorizado. Agora aquilo a que nós nos propomos neste momento não tem risco. Relativamente àquilo que é eventualmente afetar os aquíferos e eventualmente prejudicar os caudais da água termal, sobre essa matéria, ficará no processo com a menção, “feita pelo próprio Dr. José Carvalho Martins”. Relativamente ao membro desta Assembleia Ana Coelho, eu reafirmo que este documento, foi votado em dois momentos diferentes, numa versão preliminar que eu disse que não foi votado por unanimidade, só não disse quem votou contra, mas não foi votado por unanimidade, houve um vereador que votou contra, é verdade. Na segunda votação o documento final, digamos o documento definitivo que veio a esta Assembleia Municipal, foi votado por unanimidade e votado por unanimidade é a expressão da votação de quem está presente, quem está ausente não vota. Depois eu não coloquei palavras, na boca de ninguém só estou a repor a verdade, e a verdade é que foi votado por unanimidade, se isso causa desconforto se é desagradável não sei, sinceramente

não sei, mas não me cuida a mim avaliar essa questão, agora foi votado por unanimidade, foi. Que não houve nenhum contributo não houve. Dir-me-ão haverá justificações plausíveis? Se calhar há, está bem, mas podiam ser apresentadas e não foram apresentadas. Dizer, ainda, que nós convidamos para a reunião quem? Quem é o representante do partido? Quem é, em cada momento, o representado do partido? Por fim, dizer que podemos ter apreciações diferentes, valorações diferentes, opiniões diferentes, mas não vou dizer que disse uma coisa que eu não disse, eu não o farei. Não disse, que não tem direitos e legitimidade para colocar as questões que colocou, não disse nada disso, claro que tem, naturalmente, mas as questões que coloca, os assuntos que versa, apenas a si dizem respeito e à sua bancada e, portanto, sobre isso não tenho nenhum controle nem quero ter, a única coisa que eu disse foi que essas questões, que eram questões de pormenor podiam ter sido resolvidas e podiam ser colocadas outras de diferente índole e de diferente natureza. Mas essa é uma opção da própria e, sobre isso nada mais a dizer. Agora perdoem-me se eu não posso fazer considerações e não posso fazer intervenções de caráter político desta natureza e, depois, esta Assembleia não tinha jeito absolutamente nenhum. Sobre as considerações de âmbito nacional sobre quem é o campeão dos impostos, as visões são diferentes e que se entende que tenhamos visões diferentes da sociedade, da sua organização e da forma como deve responder aos problemas integrantes da mesma, por isso não faço mais considerações. Relativamente ao Município, nós estamos muito preocupados com as questões que tem a ver com os impostos de natureza municipal, de taxas municipais e essa questão preocupa-nos, e temos feito um esforço no sentido que possam ser progressivamente diminuídos e, essa é uma abordagem que nós queremos continuar a fazer, necessariamente. Quanto à questão da fiscalização dos compromissos eleitorais do Partido Socialista, eu fico aqui com uma dúvida, com uma interrogação, é que se quer muito que sejam cumpridos é porque concorda com eles, então porque é que na campanha disse que não eram os bons? Fico, um pouco confundido. E se quer muito, se quer veementemente, que nós cumpramos os nossos compromissos é porque se revê neles, de outra forma não o fazia, por isso provavelmente, se calhar hoje aderia aos nossos compromissos e não aos seus". ------
---

Gonçalo André Nascimento Alves do **CDS** – "Senhor Presidente da Câmara, achava que as minhas propostas eram melhores que as suas, agora como conceito básico de legitimação democrática, percebo que o senhor tem legitimidade para impor as suas ideias, eu só quero é que elas sejam implementadas, só isso." ----------
---

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com cinquenta e um votos a favor, nove votos contra e três abstenções, de acordo com a votação abaixo descriminada: ----------

Votos a favor - Pelo Grupo Municipal do PS: Altamiro da Ressurreição Claro, Anselmo José Martins, Maria Aline Silva Ferreira Caetano, António Manuel Pires de Almeida; Luís Manuel Areias Fontes, Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, Nuno André M Coelho Chaves, Fátima Liliana Fontes Correia, Ernesto Salgado Areias, Gisela Maria Esteves Espirito Santo, Júlio Eliseu dos Anjos Alves, Eduardo Júlio Alves Brás, Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, Manuel Guerra Afonso, Domingos Moura Alves, José Francisco Resendes Carreiro, Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, Cristina Maria Inocêncio Imaginário, Rogério Alberto Amorim Reis Moura e Maria Manuela Santos Rainho. -------
Pelo Grupo Municipal do PSD: Adelino Júlio Ramada Parada. ----------
Presidentes de Junta de Freguesia: Arlindo Santos Costa, José Fernandes M. Serralheiro, António Manuel Rua Reis, Lígia Maria Chaves Silva, Alfredo Augusto Dias

Gaspar, Fernando Alberto Barreira de Moura, Ilídio Jorge Chaves Correia, Octávio Rodrigues Bastos, João Ramos Duro, Cecília Maria Silva Almeida Alves, Adriano Vieira Rodrigues; António José Lopes, Carlos Alberto Batista Xavier, Gilberto Santos de Jesus, Nelson Fernandes Costa; Rui Alberto Trinta Pintor, José António de Oliveira Carreira; João Manuel Teixeira Pereira Borges, Hugo Manuel Alves Silva, Alcino do Nascimento Santos; Maria José Sena Barros, Pedro Manuel Pereira Barroco, Mário José dos Anjos, João Rua Banha, Jorge José Pereira de Carvalho, Rui Manuel Branco Rodrigues, António Carvalhal dos Reis, Paulo Nuno Jesus Pereira, Maria Natália Guerra e Ramiro Figueiredo dos Santos. ----------

Votos contra: Pelo Grupo Municipal do PSD*:* Ana Maria Rodrigues Coelho, Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, Maria Isabel Teixeira Carvalho da Cunha, António José dos Santos, Cláudia Patrícia Quitério Bento, Milena Sofia Vieira Melo; Manuel Pedro Oliveira Branco Teixeira; Carlos Alberto Pinto Branco, André Fontoura Faria. ----------

Abstenções: Pelo Grupo Municipal da CDU: Paula Maria Morais Esteves e Manuel Justino Matos Cunha. ----------

Pelo Grupo Municipal do CDS/PP: Gonçalo André Nascimento Alves. ----------

Não estavam presentes na sala - Grupo Municipal do PS: Maria Adalgisa P.F. Silva Babo. ----------

Grupo Municipal do PSD: Maria Inês Pereira Dias, João Miranda Rua, José Ferreira de Moura, Carlos Afonso de Moura Teixeira, Pedro Miguel Vieira Miranda. ----------

Presidentes de Junta de Freguesia: Rogério Amaro Alves de Oliveira, João Manuel Almeida Pinto, António Lopes, Luís Saraiva Garcia, António Eusébio Vieira Cardoso, Filipe Maldonado Pinto Eduardo Santos Carneiro; Pedro Miguel Rodrigues e Luís António Gonçalves Costa, não tendo participado na análise, discussão e votação do assunto acima mencionado. ----------

---

Ponto 7 - Extinção do direito de superfície destinado à conceção, construção, instalação e exploração de um "Parque Aventura", na Quinta do Rebentão. – Revogação do contrato de concessão de benefícios tributários municipais relativo à classificação de projetos de interesse municipal (PIM). requerente: NATURTHOUGHTS – Turismo de Natureza, Lda. Informação/proposta n.º 53/GNE/2018. ----------

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, apresentou a proposta. "Com esta proposta o que pretende é fazer a extinção dum contrato que tinha a ver com a construção, em regime de direito de superfície, de um espaço integrado naquilo que constitui a Quinta do Rebentão, que foi concedido, na sequência de um concurso prévio para a concessão do direito de superfície, para a construção, instalação e exploração de um parque de aventura, na referida Quinta do Rebentão. O que se pretende de facto agora, é que se ponha termo a essa solução, cuja escritura foi celebrada no dia 20 de outubro de 2017, portanto, três dias antes de tomarmos posse. Este Parque Aventura pretendia desenvolver um conjunto de atividades, desde uma torre multiactividades para a prática de escalada, escalada Rapel e slide, campos de *paintball,* pista de pedais, pista de obstáculos, pista de arvorismo, campo de sobrevivência, área de jogos tradicionais. Previa também um edifício destinado a centro de logística, neste caso, receção, instalações sanitárias, café-bar, sala multiactividades, arrumos e balneários. Em contrapartida, pela parte do promotor privado, constava a obrigação do pagamento anual de uma prestação única, no valor de 1.216 euros. Este projeto foi considerado um projeto interesse municipal, na reunião de Câmara de 4 de agosto de 2017, na sequência do qual beneficiaria de uma redução de 31% sobre o valor do IMI a pagar, e 31% sobre o valor do IMT. Em 10 de setembro de 2018 foi solicitada a extinção do direito

de superfície, e revogação do respetivo contrato de concessão de benefícios tributários. Portanto, o que nós temos aqui é de facto, pôr termo a uma iniciativa que visava afetar a um parque de Aventura, aquilo que é a área abrangida pela Quinta do Rebentão, estamos a falar de um projeto que não saiu do papel e que agora se pretende, por iniciativa dos privados, que seja extinto. ----------
Intervenção: ----------

Nuno André M Coelho Chaves, do **PS** – "Para referir e o senhor Presidente já o disse, portanto, quanto às datas da tomada de decisão, três dias antes da tomada de posse do atual Executivo, mas também quanto ao nível dos argumentos aduzidos pela empresa para a resolução do direito de superfície, merecem-nos naturalmente algumas reservas e algumas críticas. E pese embora o grupo municipal do Partido Socialista, vá votar favoravelmente esta proposta, recomenda à Câmara Municipal de Chaves a definição de critérios que se traduzam num maior rigor na análise das classificações a atribuir a projetos de interesse Municipal. Percebemos que isso no passado não aconteceu, mas desejamos naturalmente que estas situações não se repitam, que não sejam frequentes. Mas uma vez que estamos a falar de projetos de interesse Municipal e, sobretudo, porque foi um processo bastante confuso, e recordo aqui a esta Assembleia, na generalidade, ou a larga maioria dos presentes estará certamente recordado de um projeto de interesse Municipal que veio a esta Assembleia, tendo sido retirado da Ordem de Trabalhos e posteriormente foi organizada uma sessão pública para esclarecimentos sobre um projeto de interesse Municipal. Estou a falar de do projeto apresentado pela empresa *Growing Refresh World S.A.,* a quem o anterior Executivo concedeu o direito de superfície de um lote, situado no Parque Empresarial. Solicitamos à Câmara Municipal e ao senhor Presidente em particular, informações sobre o desenvolvimento deste projeto, quantos postos de trabalho foram efetivamente criados? Ao nível, portanto, da produção, da exploração e comercialização dos cogumelos. Qual é a informação que o município tem à data. ----------
---

O senhor Presidente da Câmara, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. ----------
"Este assunto que nós temos neste momento em discussão, é um assunto que de alguma forma faz uma ligação com o espaço que também foi cedido em direito superfície para, digamos assim, a produção de cogumelos. Queria fazer aqui uma distinção dos projetos PIM (Projetos de Interesse Municipal), relativamente aos quais o Município, apenas se obriga na redução ou isenção, na medida em que um determinado projeto, pela sua relevância económica, pelo número de posto trabalhos que cria, pelo valor de investimento. O Município no âmbito daquilo que são o regulamento municipal em vigor sobre os projetos de interesse Municipal decide, com base no relatório técnico, isentar do pagamento de taxas urbanísticas, de taxas de licenciamento, reduzir o valor a pagar a nível do IMI, ou do Imposto Municipal sobre transmissão onerosa de bens imóveis. E esses casos são aqueles em que casos que, na minha perspetiva, o risco do Município é muito limitado, porque em caso de incumprimento do contrato de investimento, no todo ou em parte haverá, se a situação de solvabilidade da empresa e do promotor o permitirem, uma reversão e um reembolso. Situações diferentes são aquelas em que o Município também cede património próprio, estamos a falar das situações e, neste caso, do parque de Aventura e da parte da empresa *Growing Refresh World S.A*, porque nesses dois casos, estão a ser comprometidos imóveis que integram o património Municipal, e comprometidos por períodos muito longos, estamos a falar em média de 30

anos. Nesta perspectiva é também um grau de compromisso maior, por parte do Município, que nalguns casos pode fazer com que o direito de aproveitamento da utilidade daquele imóvel, possa ficar comprometido. Explicitando melhor, enquanto que neste caso, o que percebemos é que há uma desistência de um investimento, portanto, há aqui uma empresa que tinha intenção desenvolver uma determinada atividade neste espaço da Quinta do Rebentão, e que agora vem dizer que não tem condições para o fazer, e que afinal o plano de investimento tinha alguns problemas, que eventualmente não é sustentável e, portanto, que não tem interesse económico para o desenvolver. Isto terá, naturalmente, como consequência não só o pagamento em termos proporcionais do tempo de vida, mas também a devolução daquilo que são eventuais benefícios tributários de que eventualmente tenha beneficiado. Já na situação da produção de cogumelos, a situação é verdadeiramente complexa porque? Porque foi um processo complexo, na minha perspetiva com algumas nublosas, mas a verdade é que aquele espaço e aqueles terrenos, têm uma área mais ou menos aproximada de 50 mil metros quadrados, são terrenos que foram cedidos a uma sociedade anónima e a verdade é que esta sociedade foi usar este direito de hipoteca para, junto do banco, solicitar um empréstimo e, ao mesmo tempo, pela informação que nós temos atualmente, já tem um conjunto de penhoras. Ou seja, estamos perante um processo verdadeiramente complexo, porque há alguma empresa que beneficiou da atribuição de do direito de usar este espaço, na modalidade de direito de superfície, para construção e outras finalidades, a verdade é que depois esta empresa fez os contratos que não sei exatamente, porque não conheço o teor com um conjunto de outros investidores locais, e esses sim é que ficaram obrigados a fazer a construção dos tais módulos, das tais células desta produção. São cinco ou seis jovens empresários, que investiram lá valores superiores a 200 ou 250 mil euros e a verdade é que fizeram o investimento em terreno do qual não são proprietários. Hoje esse investimento, mais o direito de superfície, é que garante os empréstimos e as penhoras que existem sobre este bem. Acrescente-se aqui mais um dado, a construção desses módulos foi financiada por PDR (Programa de Desenvolvimento Regional) e como eles não cumpriram as suas obrigações, agora o gestor deste programa está a pedir a devolução do dinheiro. Nós ainda procurámos numa fase inicial, explicando que o promotor daquela iniciativa era uma empresa terceira, que estes são jovens empresários, que desenvolveram o projeto, que se lhes devia dar uma oportunidade, para serem considerados projetos autónomos, e que deviam ser financiados de forma autónoma, fora desta solução global da empresa, sociedade anónima. A verdade é que não sei exatamente neste momento qual é o ponto de situação, mas eu auguro que efetivamente estes pequenos investidores locais, possam estar numa situação de muita dificuldade. Nós, entretanto, porque queriam laborar, permitimos o fornecimento de água de eletricidade, para darem início à produção. Agora a questão que se coloca é que não sabemos que viabilidade é que estas iniciativas, possam ter ou não. No entanto hoje temos a certeza, está a ser feito esse processo no sentido de fazer a reversão, a extinção dessa decisão da concessão do direito de superfície. Mas parece-me um processo complexo, difícil, porque o contrato que foi celebrado, permitia que esta empresa pudesse utilizar este direito para se financiar junto da banca. Tendo uma hipoteca, significa que a empresa não cumprindo as suas obrigações, vai ser executado esse direito, significa que o Município de Chaves, vai ficar impedido, durante 30 anos, de usar este bem e estamos a falar de um conjunto de terrenos que ficam na orla, daquilo que é o Parque de Atividades, o que significa, na nossa perspetiva, um grave prejuízo para o Município, ficando assim impedida de utilizar

esses terrenos para outro tipo de investimentos, para outro tipo de potenciais e até já de reais interessados e, portanto, temos esta grande limitação. O assunto está a ser estudado, mas pela primeira avaliação que fiz, de forma muito sumária, parece-me que é uma situação verdadeiramente complexa, que traremos esta Assembleia, para que esta tome conhecimento de mais uma situação difícil, criada pelo Executivo que nos antecedeu. ----------

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria com sessenta votos a favor e uma abstenção. ----------

---

Ponto 8 - Fixação de Imposto Municipal de "Derrama" referente a 2018 e a cobrar em 2019. Proposta nº 75/GAP/2018. ----------

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, efetuou a apresentação da proposta. ----------

"A proposta que trazemos à Assembleia Municipal sobre a qual tem que se pronunciar, apreciar e tomar uma posição, é no essencial, quase que me atrevia dizer, *ipsis verbis* da proposta que foi apresentada no ano transato. É uma proposta que visa criar um imposto municipal, Derrama, que incide sobre o lucro das empresas até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, não sujeito ao imposto de IRC, sobre empresas. Este imposto não abrange as pessoas singulares e tem, como sabem, uma particularidade, que isenta do mesmo, toda a empresa que tenha a sua sede localizada no concelho de Chaves. E, portanto, significa que para a atividade das empresas que desenvolvem a sua ação no território, que tem como limite o concelho de Chaves, naturalmente que não tem nenhuma consequência. Relativamente às outras que estão sujeitas ao pagamento da sobretaxa de imposto, é apenas na proporção do rendimento gerado na área geográfica, neste caso, na proporção dos rendimentos gerado na área geográfica do concelho de Chaves. Dizer também que entendemos que os valores médios nos últimos 3 anos, foi de 141 mil euros, e é este valor que temos a intenção de destinar, apesar de não haver legalmente aqui nenhuma consignação de receita, á requalificação do centro histórico, e também à proteção civil que, no ano de 2016, a proteção civil teve um investimento muito superior a 600 mil euros e, como percebem, estamos a cumprir. Bastaria para isso que afetássemos este valor aos custos que decorrem das três EIPs, que decidimos aceitar para este Concelho, que representam assunção de responsabilidades anuais, que teremos que assumir: 50% do custo de cada EIP, que anda na casa dos 32 mil euros. Portanto aproximadamente 96.000 euros, foi isso que nós nos comprometemos aceitar, no sentido de reforçar a capacidade de proteção civil, mas também a estrutura dos próprios Bombeiros, juntamente com as Equipas de intervenção permanente. Queria dar nota, que hoje vamos celebrar esse último acordo de compromisso de financiamento de uma EIP, em Maceira. ----------

Não houve intervenções. ----------

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. ----------

---

Ponto 9 - Definição da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis a liquidar no Exercício Económico de 2019. Proposta nº 77/GAP/2018. ----------

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, apresentou a proposta.

"Estamos a falar nesta proposta do Imposto municipal que é o imposto Municipal que incide sobre os prédios urbanos, relativamente, aos quais o Município tem a possibilidade de fixar uma taxa situada entre o intervalo de 0,30 a 0,45, e nós propomos que, para o ano de 2019, que a taxa seja fixada, no valor exato de 0,325. Isto traduz o cumprimento do compromisso autárquico que nós fizemos, que é fazer uma redução,

de modo a que no fim do mandato, possamos ter a taxa mínima que, à data da proposta, era 0,30. Portanto, temos vindo a fazer reduções sucessivas, no orçamento para 2018, agora para 2019, no sentido de que essa redução seja na ordem de um quarto, em cada ano, de modo a que possamos ter, em 2021, a taxa mínima. É claro que isso tem um impacto negativo nas receitas como perceberão e, naturalmente também na capacidade de financiamento das atividades municipais, que vamos procurar acomodar de outra forma. Também dizer que, à semelhança do que aconteceu no ano passado, esta proposta tem alguns aspetos particulares, pois trata-se de uma proposta que aproveita uma prerrogativa legal que é a de fazer uma redução, uma dedução fixa à coleta do valor do IMI, em função dos dependentes a cargo. Se o agregado familiar tiver um dependente a cargo, será 20 euros; 2 será 40 euros; e três ou mais será 70 euros, na respetiva coleta. Temos também aqui algumas majorações e minorações que são um incentivo ou um desincentivo. Um incentivo para as questões relacionadas com a reabilitação, com a reafectação, e com o uso de novo desses edifícios, majorado a 15% no caso de estarem localizados em área de habitação urbana e que se encontrem, à data dessa intervenção em estado de ruína, degradados ou devolutos. E esses prédios poderão, ainda, ter uma redução acrescida de 15%, de majoração de 30%, no caso de estarem nessa situação e serem destinados ao arrendamento. Depois, também dizer que há uma majoração, portanto, uma penalização, que se traduz num desincentivo a esta prática, ou a este comportamento, relativamente às situações de prédios urbanos que se encontrem degradados e, nesses casos, naturalmente, o que se pretende, é que os proprietários possam fazer uma intervenção ou então que os coloquem no mercado. E essa majoração pode ser elevada anualmente ao triplo, ou seja, cada ano 3 vezes mais, para prédios que se encontrem em ruínas ou devolutos há mais de um ano. Estamos aqui a falar claramente de situações de incentivo, num caso à recuperação, e desincentivo noutro caso, ou seja, manutenção de uma situação de ruína. Por último, dizer que esta proposta, também tem uma outra vocação, e estas majorações pretendem fazer com que a comunidade, os proprietários, se sintam motivados para fazer intervenções, em particular no centro histórico, no sentido que nós possamos ter gradualmente um edificado mais recuperado e com uma função social cada vez mais relevante. Esta visão de propriedade, associada à sua função social é, naturalmente, uma visão importante que queremos concretizar". ----------
Intervenções: ----------

Manuel Justino Matos Cunha, da **CDU** – "Uma pergunta rápida: sabemos que não é impossível que baixando a taxa do IMI, se cada vez houver fim de isenções e mais casas a pagar, que a receita não baixe. Também percebemos que isso não é eterno, que há - de haver um momento em que a receita baixa mesmo. Era só no concreto saber nas informações que há sobre 2017, em relação a 2016, se a receita do IMI baixou ou não? Se tem esse dado. É um passo positivo, por isso a CDU votará a favor". ----------
---

Gonçalo André Nascimento Alves do **CDS** – "Senhor Presidente, o CDS-PP, concorda em pleno com a redução de 13 pontos base na taxa de Imposto municipal sobre imóveis, pois ele implica uma redução de impostos sobre os flavienses e, assim, um verdadeiro aumento de rendimentos aos proprietários. No entanto, quando se fala de IMI, tem que necessariamente se abordar as áreas de reabilitação urbana, até porque estão relacionadas. Chaves delimitou uma ARU, no centro histórico, e já se fala na eventualidade de se delimitarem outras duas, no centro histórico de Vidago e no Santo Amaro. Não contestando essa possibilidade, neste momento, é mais urgente abordar as alterações necessárias aos incentivos no seio da ARU, no centro histórico de Chaves,

nomeadamente no que toca aos incentivos financeiros. Gostaria de saber que novidades traz, se é que tem algumas, em relação a este assunto". ----------

Ana Maria Rodrigues Coelho, do **PSD** – "No ano passado, o grupo municipal do PSD votou contra a proposta apresentada relativamente à redução do IMI, considerando a promessa eleitoral que tinha sido propalada, face à proposta concreta que, entretanto, se veio aqui a apresentar. Este ano já não vimos com tanto espanto esta redução progressiva, aliás acho que é um apanágio deste governo socialista, que é anunciar as medidas 2 anos antes, para andar a fazer campanha com elas durante 2 anos, o que é fantástico. Aqui é exatamente igual, vamos andar o mandado todo a cumprir a promessa eleitoral de redução do IMI. Pese embora do ponto de vista conceptual, o Partido Social Democrata ser favorável à redução de impostos sempre que as condições financeiras o permitam, seja dos municípios ou dos governos, gostávamos de esclarecer também, o que foi aqui questionado, se esta medida representa uma quantificação da receita, ou uma redução da mesma porque, efetivamente, a receita que está cabimentada até aumenta, mas obviamente pode aumentar por força do aumento da construção, e há com certeza. Se se reduz uma taxa tem que reduzir o valor arrecadado, tem que ter um impacto. Se há uma quantificação desse impacto e se há quantificação também, dos valores relativos às majorações que estão previstas para as situações de incumprimento, em caso de ruína? uma questão meramente de esclarecimento e se essa informação já existe. Relativamente à proposta que é apresentada, senhor Presidente, não podemos olhar para o conjunto de assuntos que hoje vêm a esta Assembleia que têm o mesmo fundamento, e votar favoravelmente esta proposta. Vêm aqui três matérias que têm a mesma base: Orçamento IMI e IRS e, em cada uma delas há uma oscilação de argumentos, relativamente àquilo que é proposto. Ora se oscila entre a devolução do poder de compra aos cidadãos, que é o caso do IMI, porque era uma promessa eleitoral; ora se oscila entre a necessidade de equilíbrio das contas, para justificar que não se pode fazer uma série de coisas. Portanto, face a esta situação, entende o grupo municipal do PSD, abster-se nesta votação". ----------

O senhor Presidente da Câmara, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. ----------

"Quero responder de forma pormenorizada ao deputado Manuel Cunha, mas não tenho acessível essa informação, posso mandar-lha por e-mail. Naturalmente que nós sabemos e conhecemos, em cada ano, qual é a receita do IMI e também temos feita uma extrapolação, uma aproximação de qual é a expectativa de perda de receita, em resultado da diminuição da taxa, imaginarão que sim. E, portanto, a nossa expectativa é que em cada ano, apesar da redução da taxa, não tenhamos nos próximos dois ou três anos não tenhamos redução da coleta, e isto porque? Não é por causa do aumento da construção, porque eu estava a olhar para os dados do INE, que nos dá 40 habitações por ano, se nós pensarmos que eventualmente possam ter isenção, digamos que o impacto fiscal desta decisão, é pouco mais que inócuo. Por isso é que tomamos decisões e ativamente com a autoridade tributária iniciámos alguns processos, no sentido de deteção de situações de fraude ou de situações de não identificação, que seriam tributáveis e não estavam a ser tributadas, porque? Porque percebemos que aconteceu um fenómeno muito curioso nos concelhos todos, é que com uma alteração ao código do IMI, não sei se em 2011 ou 2012, houve um conjunto de isenções automáticas e essas isenções automáticas têm vários pressupostos e um desses pressupostos, é não ter rendimentos em Portugal. Aconteceu no nosso concelho e noutros vizinhos, que muitos imigrantes, que têm as melhores casas das aldeias, não

estão a pagar IMI, têm isenção. Isto, porque a casa tem uma avaliação inferior a 65 mil euros, é uma avaliação antiga ou não foi devidamente atualizada, e, ao mesmo tempo não, têm rendimentos em Portugal. Hoje, estamos perante uma situação paradigmática, é que os imóveis situados nas aldeias, que são os melhores imóveis, estão isentos. Estamos a trabalhar ativamente para repor uma situação de justiça fiscal, E essa situação de justiça fiscal permitir-nos-á naturalmente, com espaço de 2 ou 3 anos, garantir aqui um equilíbrio, é essa a nossa expectativa. Estava a mandar um SMS, porque eu neste momento já posso saber exatamente qual é o valor que nós arrecadamos em 2018 porque a entrada desses valores nas finanças municipais acontece sempre no dia 17, 18 ou 19 de dezembro e, portanto, neste momento, quase me atreveria a dizer, com pequena margem de erro, que o valor da receita do IMI que nós recebemos em 2018 andará em linha com o recebido em 2017. Portanto a nossa expectativa é que não há perda de receita, e é isso que nós pretendemos fazer, a decisão que foi tomada por nós, de propormos aos flavienses a redução da taxa do IMI foi pensada, e não está em lado nenhum da nossa proposta, que tenha de ser totalmente implementada no primeiro ano, desculpem-me. Então nalgumas coisas as propostas são para um ano, noutras são para quatro, não, as nossas propostas são para 4 anos, não era para serem executadas todas num ano. Isso não era crível, não era aceitável. Portanto o que nós fizemos, e o que estamos a fazer, foi aquilo que nós prometemos fazer, que é fazer a redução e, no fim dos 4 anos, avaliar-se-á se essa promessa foi cumprida ou não. A menos que queiram, antes do tempo, aferir se está cumprida ou não está cumprida, sinceramente, isso parece-me inadequado, parece-me uma postura estranha. Depois eu percebo esta dificuldade em mudar de argumentação de um ano para o outro, esta acrobacia que foi tentar dizer no passado demos conta, mas este ano vamos abster-nos porque o argumento é um argumento diferente e vocês tomam posições diferentes quando votam o orçamento e têm fundamentos diferentes quando têm IMI, não são coisas completamente idênticas não há nenhuma divergência vai-me desculpar absolutamente, nenhuma divergência. O que nós estamos a fazer é que, com esta proposta, não estejamos a perder receita, mas nós não queremos aumentar a receita à custa do bolso dos flavienses, eu percebo a vossa politica e ainda bem que percebi a motivação, porque o que pretendiam era que este Executivo aumentasse os impostos, não é? Só essa motivação justifica a vossa posição, mas nós estamos cientes e queremos fazer a consolidação e o equilíbrio, ainda assim fazendo justiça social, e a justiça social faz-se por esta via, que é obtendo a mesma receita, fazendo pagar todos os que têm que pagar, é que se nós aumentarmos a base tributária, estamos a fazer justiça social. Relativamente à ARU, é um processo moroso é um instrumento importante que pode ajudar, naturalmente, constituindo incentivos para a sua realização, é importante e no caso de Chaves, foi uma boa decisão do anterior Executivo, com a qual nós concordámos, pois não temos nenhum problema em reconhecer quando são boas as ideias. Se eventualmente precisará aí de alguma matização, de alguma alteração, é possível, mas trata-se de um processo complexo no seu desenvolvimento. Se designadamente faz sentido que outras partes do território também devam ter uma ARU ou não, se deve ser centrado apenas em Chaves e apenas numa parte da cidade, essa é outra discussão, o estudo não está feito, não está acabado e tem havido sempre uma solicitação que é: porque é que Vidago não tem ARU? Esta é uma questão. Não podemos fazer os trabalhos todos ao mesmo tempo, é impossível com a quantidade de iniciativas, de processos que nós temos que assumir, lembram-se que nós dissemos que tínhamos vários processos, e utilizando a linguagem da área médica, processos emergentes, processos urgentes e processos importantes, quando acabarmos os emergentes vamos resolver os urgentes e depois vamos para os importantes. E na

minha perspectiva esse é um processo importante, podemos fazer melhor, constituir um incentivo fiscal a outros proprietários que tenham imóveis noutros locais, o que nos parece justo, por exemplo houve concelhos que fizeram a ARUS em várias freguesias, foram decisões diferentes e, portanto, essa é uma opção que veremos se fará sentido, ou não e se será tecnicamente sustentável, por exemplo uma determinada aldeia, uma determinada freguesia que tem um núcleo habitacional consolidado muito degradado, em ruínas, se faz sentido ou não, criar lá uma solução específica que permita introduzir instrumentos fiscais, que motivem alguns proprietários à recuperação ou eventualmente adquirindo-os para habitação própria ou para arrendamento. ----------

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria com cinquenta e dois votos a favor e nove abstenções. ----------

Ponto 10 - Participação variável no IRS/ Definição da taxa de IRS a fixar para 2019. Proposta Nº 79/GAP/2018. ----------

O senhor Presidente da Câmara Municipal**, Nuno Vaz Ribeiro**, procedeu à apresentação da proposta. ----------

"Como sabem existe, em matéria de IRS, a possibilidade dos municípios fixarem uma taxa variável, como forma de prescindirem de alguma receita de IRS em favor dos respectivos residentes nesse conselho, valor que pode situar-se até 5% da receita deste imposto. Sobre esta matéria existem diferentes opiniões, existem aqueles que defendem que esta decisão não devia caber aos municípios, e outros que entendem que é um instrumento também de promoção e de atração territorial, que os municípios podiam utilizar eventualmente para atrair para os seus territórios, outros cidadãos. Pessoalmente entendo que é um instrumento que possui, embora de forma limitada, algumas potencialidades nesse domínio e, de facto, se a situação do Município fosse distinta, se nós estivéssemos numa situação idêntica à do IMI que, apesar de nós reduzirmos a taxa conseguimos manter o mesmo nível de receita, esta era claramente uma área em que nós estaríamos disponíveis para fazer uma proposta, por exemplo, de 2% para os cidadãos, e 3% para o Município de Chaves. No entanto, tendo em atenção o esforço de consolidação e da exigência financeira que existe neste momento, que sabem que é muitíssimo relevante, a nossa proposta é que efetivamente esta possibilidade seja utilizada para financiar o orçamento Municipal e, portanto, que se aprove uma proposta no sentido que a participação do Município de Chaves no IRS, digamos assim, gerado no concelho ,seja afeto ao Município e não a outro tipo de função.----------

Intervenções: ----------

Manuel Justino Matos Cunha, da **CDU** – "Dizer que há pouco a questão colocada pela membro desta Assembleia Ana Coelho, tinha algum sentido e que há uma opção, não sou porta voz é uma questão, já disse aqui que é uma lei injusta, porque permite uma margem, para as grandes cidades, de uma recolha de impostos enorme. Permite aos pequenos municípios, aonde há muito pouca gente a pagar IRS, fazer o brilharete de devolver esse IRS, porque o que perdem é pouco, o concelho de Chaves estará na posição intermédia. Depois podíamos dizer que esta decisão penaliza mais quem trabalha que é quem paga IRS, embora também alguns reformados paguem. E o IMI prejudica mais os proprietários, e podiamos entrar aqui numa polémica, mas tendo que optar por perder receita, a Autarquia preferiu perder a receita pelo IMI, podíamos discutir isso e parece que era a ideia da intervenção da membro Ana Coelho. O Grupo municipal da CDU, vai abster-se nesta proposta, reconhecendo que não parecem restar grandes

opções à Autarquia, a não ser manter a recolha do dinheiro do IRS. O defeito penso que não está na Autarquia, está numa Lei que não faz grande sentido e, portanto, nós abstemo-nos. Mas entendemos que não há grande opção, da parte da Autarquia, a não ser ficar com os 5% do IRS. E quanto a isso, perguntamos em quanto se traduz, para nós termos uma ideia das centenas de milhares de euros que representa, em termos de fundos da Autarquia". ----------

Gonçalo André Nascimento Alves do **CDS** – Senhor Presidente, se no caso do IMI e da Derrama acompanhamos a posição do Executivo da Câmara Municipal, não podemos deixar de considerar uma decepção, a posição do Executivo em relação ao IRS. Fundamentamos a nossa posição com a afirmação em setembro de 2014 do então membro da Assembleia Municipal, Dr. Nuno Vaz e cito: "somos favoráveis a uma redução de 1% na participação de IRS e indexando-se para esta 4% ,o que mesmo assim significaria um encaixe mínimo para o Município na ordem dos 800 mil euros, cerca de 200 mil euros seriam reembolsados diretamente às famílias, aumentando-lhes o seu rendimento e a sua capacidade aquisitiva, o que seria uma boa notícia para a economia local." Se no primeiro ano fomos complacentes com a impossibilidade da Autarquia, em tão pouco tempo após a tomada de posse, alterar a percentagem deliberada dados os compromissos anteriormente assumidos, este ano consideramos uma falta de esforço da parte da Autarquia, a não devolução de 1%, aos flavienses. As condições sentidas pelas famílias, empresas e Autarquia melhoraram. As circunstâncias das duas primeiras alteraram-se, mas não assim tanto, e a economia beneficiaria do estimulo. Apropriando-me da asserção de David Cameron e de Tony Blair, na Câmara dos Comuns em 2005*, imaginar que o senhor Presidente da Câmara um dia foi o futuro.* Disse". ----------

André Fontoura Faria, do **PSD** – "Cumprimento todos os presentes nesta Assembleia na pessoa do senhor Presidente Altamiro Claro. Conforme já referimos, o grupo parlamentar do PSD, revê-se numa política de desagravamento fiscal, por forma a que o rendimento disponível e capacidade aquisitiva dos flavienses saia beneficiada. E, portanto, não nos revemos nesta proposta apresentada pelo Partido Socialista, na medida em que entendemos que a mesma deveria configurar um reembolso de 1% do IRS aos municípes Flavienses, no fundo pelas razões aqui evocadas pelo deputado municipal Gonçalo Alves. De resto esta não é uma posição nova para o partido Socialista,como referiu o deputado Gonçalo Alves o próprio senhor Presidente da Câmara, enquanto membro da Assembleia Municipal, defendeu sucessivamente de forma bastante entusiástica, o reembolso deste 1%, de IRS no passado, numa altura inclusivamente em que a situação financeira do Município e em que os encargos financeiros colocavam a nossa Câmara Municipal numa situação mais delicada. Pelo que não percebemos esta contradição de argumentos, ou seja, se há uns anos atrás perante uma situação financeira mais grave, entendia o senhor Presidente que deveria 1% ser reembolsado às famílias, hoje entende de maneira diferente, acabando assim por cair num comportamento manifestamente incoerente, inconsequente. Ora uma vez que a situação financeira da Câmara Municipal hoje é melhor que a dos últimos anos, saímos já do período de saneamento financeiro, os encargos financeiros também são significativamente inferiores. O grupo municipal do PSD votará contra esta proposta apresentada pelo Partido Socialista". ----------

Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, do **PS** - Começou por cumprimentar os senhores Presidente da Assembleia e Secretáros da Mesa, senhores

Presidente da Câmara e Vereadores, membros desta Assembleia Municipal. "Apenas pedi a palavra não sendo, naturalmente, e não sentindo as dores do senhor Presidente da Câmara, nem estando mandatada para responder por ele, mas sim mandatada para esclarecer que o senhor Presidente da Câmara Municipal se apresentou às eleições com aquele que era o programa eleitoral do partido Socialista e é nesse programa que se reflete a ideologia do Partido Socialista que obedecerá a este mandato, e que esteve plasmado para que os flavienses votassem há um ano e qualquer coisa atrás. Queria destacar que o senhor membro do CDS-PP e vários membros do PSD aqui nesta Assembleia, têm sistematicamente referido, agarrando-se a esse processo, para fazerem nota daquilo que é o cumprimento ou não, de promessas. E eu desafiava designadamente os dois intervenientes que me antecederam a consultar esse mesmo programa e a lerem o que é que o mesmo compromete, e o que é que o mesmo reflete relativamente ao IRS, que é precisamente aquilo que o senhor Presidente aqui veio anunciar no estrito cumprimento daquilo que foi o programa eleitoral com que o PS se apresentou aos Flavienses". ----------

O Senhor Presidente da Câmara, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. ----------
"Relativamente ao membro desta Assembleia, Manuel Cunha, percebo esta tendência para interpretar as palavras do PSD, para analisar psicanalicamente a atitude do PSD, entendo, compreendo, é uma liberdade que tem, só registo o esforço para tentar aqui encontrar coerência nessas intervenções e incoerências nas intervenções de outros intervenientes. Provavelmente o PSD, com bancada tão bem composta, com tanta gente e com ilustres oradores, com certeza que tem muitas opções para fazer todas as intervenções que entenda por bem fazer, e eu quanto a essa capacidade, não me atrevo sequer a fazer qualquer tipo de consideração, já está demonstrada hoje nesta tarde. Depois dizer que, quanto a esta matéria, para mim é completamente diferente a questão de IRS relativamente à questão do IMI, e podemos fazer essa discussão até sob o ponto de vista social. Como sabe, Portugal é um dos países, cuja organização da propriedade e da forma como as pessoas se organizam, a habitação é quase toda habitação própria e isso significa o que? Qualquer pessoa em Portugal é proprietário, basta ler os indicadores, não é minha opinião resulta da análise estatística. Muitas pessoas com fragilidade económica, tiveram que se endividar para fazer a aquisição do seu imóvel e para mim tem mais cariz social reduzir o IMI, do que reduzir IRS. Esta redução do IRS mesmo que fosse 1% ou 2% beneficiaria mais quem tem salários elevados. Represento uma Comunidade e represento os Munícipes e, nessa perspectiva, numa perspectiva, numa perspectiva social, para mim é muito mais importante reduzir o IMI porque estamos a abranger um número significativo de populações, população com alguma dificuldade, em muitos casos, de pagar o IMI e de pagar os empréstimos, porque a habitação é básica, é essencial. Outra questão tem a ver com o IRS, porque para quem não paga IRS, que é a grande parte da população flaviense, não tinha nenhum efeito útil. Apenas o grupo de uns 5 ou 10%, que têm rendimentos mais elevados é que teria benefício direto desta proposta, estaríamos a dar mais a quem mais tem. Na lógica social, não concordo com esta proposta, mas numa lógica de atração de população, aí eu já concordo. E portanto foi por isso que no passado, todas as propostas que o partido Socialista fez, foi de uma proposta minimalista de 1%, foi sempre nesse âmbito, só para dizer que mesmo na questão social, tenho essa opinião que é diferente, mas podemos discuti-la de forma mais abrangente ainda, se for necessário. Depois relativamente ao membro desta Assembleia, Gonçalo Alves, dizer uma coisa muito simples, é que anda tão atento e tão perscrutante nas posições de destacados dirigentes do Partido

Socialista que, provavelmente um dia destes, contagia-se e muda de opção política, porque com tantas referências e iniciativas, porventura um dia destes, se calhar, acaba por ficar convencido. Dizer-lhe muito sinceramente que estamos nesta matéria em pólos diametralmente opostos, eu percebo que o CDS não tenha nenhuma visão social e isso viu-se na lei das rendas. Mas essa é uma posição, é algo que me parece evidente e, portanto, sobre isso não digo absolutamente mais nada, mas recordo duas coisas que já tive oportunidade de recordar o ano passado, e que este ano reafirmo e clarifico, não há nenhuma promessa eleitoral de baixar o IRS, não há nenhum documento, nem nenhuma comunicação feita por mim que tenha sido sufragada pelos flavienses, no sentido de que o IRS seja descido, portanto, significa o que? Se há pouco estava tão preocupado com o cumprimento das promessas, devia continuar nessa mesma lógica e vir aqui dizer que o senhor Presidente, enquanto membro desta Assembleia, na oposição fez determinadas considerações. Sim é verdade mantenho-as. Também é verdade que a essa a data, a essa altura, o então Executivo municipal dizia que a situação financeira não era preocupante, que não era nada como nós dizíamos, que afinal não era bem assim e, portanto, que não nos preocupássemos e portanto eu estou a falar de várias declarações. É preciso dizer o seguinte, só há contradição no momento em que nós nos apresentamos com uma proposta e essa proposta é sufragada, ora essa proposta não foi apresentada e não foi apresentada, porque como é compreensível, foram feitas contas. Até poderia ser mais uma proposta interessante para apresentar, mas como nós tínhamos a sensação que íamos ganhar as eleições, não podíamos apresentar todas as propostas, ainda que fossem do nosso agrado. Porque nós não podemos dar tudo a todos, e, portanto, temos que fazer opções, e como aqui fica demonstrado, nesta questão de IRS, nós fizemos opção a favor dos mais pobres. Quanto à questão da inconsequência e da incoerência, vemos que o PSD, está mais que tarimbado, quase com doutoramento, e parece-me que são expressões um bocadinho violentas, nesse aspecto eu percebo que a juventude, este entusiasmo muitas vezes nos leve a dizer determinadas palavras um bocadinho mais intensas, mas percebo que quis fazer notar que há uma divergência entre aquilo que foi dito, enquanto membro, não candidato a membro desta Assembleia e aquilo que foi apresentado pelo agora Presidente da Câmara, mas isso deve ser feito naturalmente, se quiserem escutar todas as intervenções que foram feitas por todos os membros desta Assembleia Municipal, inclusivamente pelos então Presidentes Câmara, certamente que encontrariam muitas contradições, não apenas relativamente aquilo que foram dizendo, mas principalmente sobre aquilo que foram prometendo e foram afirmando, relativamente ao mesmo assunto. Quanto à incoerência, quanto à contradição, estamos necessariamente falados, nós queremos continuar a cumprir aquilo que prometemos, e esta proposta também vai nesse alinhamento. ----------

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria com cinquenta e um votos a favor, sete votos contra e três abstenções. ----------

---

Nesta altura da Sessão, o senhor **Presidente da Assembleia** teve necessidade de se ausentar, passando o 1º Secretário, Anselmo Martins, a substituí-lo nas respetivas funções. Foi convidado para coadjuvar a Mesa o deputado municipal do partido Socialista, Rogério Moura. ----------

---

Ponto 11 - Prestação de serviços de Auditoria Financeira - Certificação legal de contas. Informação n.º 24/SC/2018. ----------

O senhor Presidente da Câmara Municipal**, Nuno Vaz Ribeiro**, fez a apresentação da proposta. ----------

Dizer só uma nota sobre o assunto anterior, que há pouco não consegui responder , o município de Chaves vai receber a titulo de IRS, menos 22 mil 514 euros do que no ano anterior, mesmo assim há perda de receita e, portanto, só uma nota adicional, porque pode ter algum interesse, com a mesma taxa, obtivemos menos receita, portanto, menos sentido faria descer a taxa. ----------
Relativamente ao assunto que nos traz aqui, e tem a ver com a nomeação por parte da Assembleia Municipal do auditor financeiro, que é obrigação legal, o que aqui vem proposto na sequência de um procedimento de consulta interna, em que foram consultadas várias empresas de Revisores Oficiais de Contas, depois de analisadas as respectivas propostas, tendo em atenção o critério de adjudicação do preço mais baixo, a proposta que apresentava um preço mais baixo é da empresa de Rodrigo Gregório & Associados, sociedade de Revisores Oficiais de Contas, pelo valor 19 mil 980 euros, proposta que diz respeito a 3 anos de contrato. Portanto o valor que aqui se propõe é relativo a três anos e informo também que esta empresa, se a proposta for aprovada, será nomeada como Auditor financeiro do Município, que é a mesma que já está na Câmara, há muitos anos. ----------
Não houve intervenções. ----------

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. ----------
---
Nesto momento, quando eram 18 horas e 59 minutos, o senhor Presidente da Assembleia, propôs a continuidade dos Trabalhos, o que foi aceite pelo Auditório. ------
---
Ponto 12 - Extinção da Associação dos Concelhos e Municípios Ribeirinhos do Rio Tâmega. Deliberação dos Órgãos Municipais. Proposta n.º 76/GAP/2018. ------
O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, procedeu à apresentação da proposta. ----------
Eu peço desculpa, não sou fã da extinção de associações nem de empresas, mas pelos vistos tem-nos tocado uma série delas, significa que é preciso fazer também nesse aspeto, uma apreciação entre aquelas que existem, tem utilidade e estão em funcionamento, e outras que não têm fundamento e são um peso morto e, nalguns casos, são um custo. Trazemos aqui mais uma Associação, neste caso uma associação designada, e que eu não conhecia, Associação dos Concelhos e Municípios Ribeirinhos do Tâmega. Tem associados desde Verin até Amarante, grande parte destes municípios atravessados pelo rio Tâmega e foi uma associação constituída já há muitos anos, presumo que tenha sido constituída na década de 90, e que tinha como intenção e objetivo, apresentar projetos nas comunidades servidas por este Rio. A verdade é que esta associação não teve qualquer atividade relevante, e tivemos conhecimento dela, no momento em que fui notificado pelo Tribunal de Contas, para enviar os documentos relativos à prestação de contas desta associação, sob pena de responsabilidade financeira. Perante esta situação desenvolvemos diligencias no sentido de perceber, e chegámos à conclusão que os municípios associados tinham mais ou menos a mesma informação que nós. Foram desenvolvidas diligências no sentido de ser feita uma Assembleia Geral que deliberou, na data em que aqui elencada e realizada, em Amarante, extinguir esta associação, por inutilidade, e qualquer falta de relevância. O que se propõe é que esta Assembleia, naturalmente, vote favoravelmente a extinção e depois possamos dar conhecimento ao Tribunal de Contas desta mesma decisão. ------
Não houve intervenções: ----------

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. ----------

Ponto 13 - Projeto de alteração do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança. Informação nº06/AM/2018 ----------
Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito.

Pelo **Presidente em Exercício desta Assembleia**, fomos informados que era preciso fazer alteraçõeso deste Regulamento, que tem algo de caricato em termos de características, porque o que nós vamos aprovar aqui é um regulamento provisório, que depois será apresentado ao Conselho Municipal de Segurança que lhe fará as alterações que acharem por convenientes e depois virá de novo à Assembleia Municipal, para ser aprovado em definitivo. ----------

O Senhor Presidente da Câmara, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para fazer um esclarecerimento. ----------
"De facto, esta questão suscitou alguma perplexidade porque, pela primeira vez e eu reconheço isso, estamos perante um regulamento cuja iniciativa é da Assembleia Municipal, porque em regra todos os regulamentos são iniciativa do órgão Executivo e, portanto, depois da Assembleia Municipal toma a decisão definitiva de aprovação ou não. Neste caso concreto e estamos a falar de um regulamento cuja disposição legal dita que a competência de iniciativa é da Assembleia Municipal, que depois será objeto de apreciação a título de parecer, pelo respectivo Conselho Municipal de Segurança. Só depois terá de baixar novamente à discussão, apreciação e votação da Assembleia Municipal, para decisão definitiva. É uma solução *sui generis* porventura eu desconheço-a, mas haverá alguma motivação embora eu a desconheça, não quer dizer que ela não exista e não faça sentido. ----------

Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, do **PS** – "Obrigado senhor Presidente. Apenas para tentar introduzir aqui alguma nota que possa ser de alguma forma esclarecedora. Eu julgo, e espero não estar a cometer nenhum erro, que neste mandato o Conselho Municipal de Segurança ainda não reuniu nenhuma vez, e portanto a nota de esclarecimento que queria dar, é porque tenho de memória o facto de no mandato anterior eu ter integrado precisamente este Conselho Municipal de Segurança, ninguém aqui tem culpas, quem cria esta situação *sui generis* é precisamente o contexto legal. Portanto, isto decorre da Legislação. De qualquer das formas as alterações parece-me são muito claras, e são apenas as alíneas que estão a negrito portanto em destaque, e a introdução também destas alterações decorrem precisamente de normativos legais. Houve alterações na lei que implicam que se passaem a contemplar aqui questões que têm a ver com a violência doméstica, respectivos números, e representantes de associações que trabalham nesta área, bem como com os números da sinistralidade rodoviária, e, também, incluir neste conselho pessoas que estejam ligadas a esta temática. E creio também que em termos concretos o anterior Conselho Municipal de Segurança já estava inclusivamente a trabalhar com o regulamento que já contemplava precisamente estas alterações, o que nunca tinha acontecido era o cumprimento da lei, porque o regulamento do Conselho estava a funcionar com um regulamento feito e aprovado por si próprio, Conselho Municipal de Segurança, sendo que a lei impõe que esse regulamento seja aprovado por iniciativa da Assembleia Municipal e julgo que é essa a razão dele aqui ser trazido". ----------

Colocada à votação, a proposta foi aprovada, provisoriamente, por maioria, com sessenta votos a favor e três abstenções. ----------

Ponto 14 - Celebração de Contrato de Comodato entre o Município de Chaves e a Junta de Freguesia de S. Pedro de Agostem. Proposta 88/GAPV/18. ----------

O senhor Presidente da Câmara Municipal**, Nuno Vaz Ribeiro**, efetuou a apresentação da proposta. ----------

Este é mais um Protocolo que vem naquele a linha de entender que o edificado Municipal designadamente edificado que foi destinado a escolas primárias, que deve naturalmente ter utilidade. Sempre que uma junta de Freguesia lhe pretenda dar uma atividade de relevante interesse para a respectiva comunidade, entendemos nós e entendo eu também, que efetivamente deve ceder-se esse mesmo imóvel, para que lá possam ser desenvolvidas iniciativas, acções e atividades que possam ter interesse para a os residentes da respetiva freguesia, este é o caso. Portanto o senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro Agostém, solicitou a cedência do edifício da antiga escola primária de Ventuzelos, para que nesse edifício possam ser desenvolvidas atividades de cariz cultural e recreativo, e é isso que aqui está proposto, para que se possa fazer em regime de comodato, este imóvel municipal pelo prazo de 10 anos, renovável por iguais e sucessivos períodos de tempo, se não for denunciado por nenhuma das partes. ----------

Não houve intervenções. ----------

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. ----------

Ponto 15 - Aprovação de Matriz de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Chaves e a Freguesia de Ervededo. Proposta n.º 89/GAP/2018; ----------

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, efetuou a apresentação da proposta. ----------

O que aqui está proposto é um contrato de natureza administrativa com a Junta de Freguesia de Ervededo. Este contrato visa dar sequência e tradução, enfim, a deliberações que já tinham sido tomadas em 2015, no que respeita à possibilidade de a Junta de Freguesia poder fazer, em situação de delegação de competências, a gestão da água, do abastecimento público de água, à semelhança de outras freguesias deste conselho, que também já beneficiam. E, portanto, estão reunidas as condições, administrativas de pressupostos, de deliberações dos órgãos, para que esse contrato interadministrativo possa ser naturalmente concretizado e, na sequência do mesmo, esta junta de Freguesia possa começar a gerir diretamente o fornecimento de água às aldeias do Couto e Agrela. ----------

Não houve intervenções. ----------

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria com sessenta e dois votos a favor e uma abstenção. ----------

Ponto 16 - Atribuição de apoio financeiro relativo ao ano letivo 2018/2019 à Junta de Freguesia de Santo Estevão. Proposta nº 94/GAP/18. ----------

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, efetuou a apresentação da proposta. ----------

A proposta que é submetida a esta Assembleia Municipal tem a ver com o apoio financeiro, por parte do Município, para que esta Freguesia possa desenvolver,

competências, que são competências próprias, no caso concreto tem a ver com a disponibilização de recursos que permitam dar continuidade a uma solução encontrada em anteriores mandatos da respectiva Freguesia e que se traduz no financiamento dos custos relacionados com a afectação de uma trabalhadora da Junta de Freguesia, que tem como missão acompanhar e apoiar os alunos que estão na escola primária, sendo este apoio a meio tempo, porque o outro meio tempo é feito na respectiva sede da Junta. Sendo certo que o nosso apoio está a ser canalisado, ou tem como motivação subjacente, o apoio às actividades desenvolvidas nesta escola primária. ----------
Não houve intervenções. ----------

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. ----------
---

Ponto 17 - Atribuição de apoio financeiro às Juntas de Freguesias do Concelho de Chaves, com escolas do 1º ciclo e jardins - de - infância, para expediente e limpeza e outras despesas - ano letivo 2018/2019. Informação nº240/SE/nº101/2018. ---------
O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a apresentação da proposta. ----------
Esta proposta tem a ver com o apoio financeiro às Juntas de Freguesia do Concelho Chaves e vai na linha, apenas com ligeiras alterações, relativamente aos anos anteriores, mas na prática é aquilo que tem sido feito nos últimos tempos, que é o Município apoiar uma competência própria das freguesias. Essa competência própria de que estamos a falar é que as freguesias têm por obrigação legal, que resulta da Lei nº75, garantir os encargos relacionados com o fornecimento de material de expediente e limpeza das escolas do primeiro ciclo do Ensino Básico e, também, do Ensino Pré-escolar. Essa é uma obrigação legal das Freguesias, que representa naturalmente um custo acrescido para essas freguesias, em alguns casos, em resultado daquilo foi a reorganização da rede escolar do 1º ciclo e do ensino pré-primário. De algum modo, verifica-se alguma injustiça porque seriam as freguesias, onde estão instalados os respectivos estabelecimentos de ensino, que tinham que suportar os encargos quando, em muitos casos, os alunos serão provenientes de freguesias limítrofes e contiguas. Portanto havia um acréscimo de despesa, em função dessa reorganização para a qual as freguesias em nada contribuíram. E, portanto, entendemos nós que é uma proposta de inteira justiça, primeiro porque vem numa lógica de distribuição e numa lógica de apoio às freguesias que me parece essencial, e isto traduz naturalmente um aliviar de encargos para as freguesias porque, se o Município entendesse não apoiar estas atividades, seria algo que as freguesias teriam que suportar com o seu orçamento próprio. Ao mesmo tempo que permitimos naturalmente que não exista esta situação de injustiça territorial, que resultaria das circunstâncias dessa agregação de escolas. Por isso, o que nós propomos, e estão identificadas os apoios em função das escolas em que estão agrupados, e quais são os apoios que estão identificados a titulo de despesas, de expediente limpeza e outras despesas. Portanto estes valores são os valores que vão ser transferidas para a junta de Freguesia e o que nós pedimos à Junta de Freguesia é que depois transfiram para as respectivas escolas. Este é o apoio feito porque de facto, é um apoio que está há muito consignado. Ou seja é para que as freguesias possam pagar às escolas, não é para que as Freguesias desenvolvam outro tipo de atividade . É exactamente para este efeito. ----------
Não houve intervenções. ----------

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. ----------
---

Ponto 18 - EHATB, EIM, SA – "Relatório de Execução Orçamental – 2º. trimestre" e informação sobre a situação económica e financeira – 1.º semestre" reportados a 30 de junho de 2018. oficio 1126/2018 da EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA, de 19/09/2018. ----------
O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, procedeu à apresentação do Relatório. ----------
Este documento tem a ver com a execução orçamental, por parte de EAHTB. Verdadeiramente estamos a falar apenas da informação sobre a situação económica e financeira do primeiro semestre, e significa que a Câmara Municipal já tem informação mais atualizada que trará logo na próxima Assembleia Municipal, e a nota que eu quero dar é que o desempenho económico-financeiro desta empresa Municipal, é substancialmente melhor que no ano 2017. A nossa expectativa é que contrariamente ao ano de 2018, em que não houve nenhuma distribuição de dividendos, ou seja os municípios não receberam dividendos, porque não houve lucros. Pela primeira vez esta empresa teve uma situação de resultado líquido negativo, depois dos impostos, teve positivo antes dos impostos mas depois dos impostos teve uma situação de resultados líquidos negativos. De qualquer das formas para o ano de 2019 a nossa expectativa é que o resultado do desempenho de 2018, apesar de ter havido uma decisão que se pode reflectir com uma expressão moderada, naquilo que são os proveitos, tem a ver com o entendimento de que empresa Municipal tem também de pagar a tarifa social de electricidade. E se esta empresa Municipal tiver, como é entendimento, que tenha de suportar também numa proporção definida a tarifa social, vai ter também um custo que, naturalmente se vai repercutir e que vai diminuir naturalmente aquilo que sejam os lucros expetáveis para 2018. Ainda assim, a expectativa e já estamos naturalmente em final do ano, e a informação de que disponho é de 13 de dezembro, é que os objetivos previstos no orçamento já estão superados e, nessa perspectiva com uma gestão cautelosa, vai fazer com que efetivamente tenha um desempenho favorável porque o ano em termos de produção de energia, quer eólica quer hídrica, foi acima daquilo que é a média e, portanto, a expectativa é que os resultados sejam positivos e que possamos ter, uma receita do ano de 2019. Se olharem para o orçamento da receita, verão que na rubrica relativa à EAHTB, está lá inscrito um valor que é o valor previsional, estimado em 100 ou 120 mil euros, e que estamos à espera de receber no ano 2019. ----------
Não houve intervenções. ----------

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. ----------

Ponto 19 - Análise do 9º relatório semestral de execução do projeto de investimento "Preparação e Conservação de Frutas por outros processos" classificado como PIM" – requerente: Isabel Grilo Unipessoal, Lda. - Morada: Rua das Novas Tecnologias, Parque Empresarial de Outeiro Seco, 5400-885 Outeiro Seco – CHV - Informação do Chefe de Divisão Arq. Rodrigo Moreira, de 08-11-2018.
O senhor Presidente da Câmara Municipal**, Nuno Vaz Ribeiro**, fez a apresentação do relatório. ----------
Sem prejuízo desta decisão de poderem ser apreciados de forma conjunta, dado tratar-se de documentos que apenas têm que ser do conhecimento desta Assembleia Municipal, estamos a falar de relatórios que dizem respeito a contratos celebrados no âmbito de projetos PIM e alguns deles apresentam alguns problemas de incumprimento e, portanto, por ventura se as situações de incumprimento parcial não forem ajustadas, naturalmente que a Câmara Municipal terá uma decisão de acordo com as respectivas regras, relativamente, ao ajustamento também dos respectivos benefícios tributários, de

de natureza municipal. E, portanto, são esses relatórios, que têm uma apreciação dos vários indicadores de cumprimento, relativamente àquilo que foi a proposta inicial aprovada e depois vertida no contrato de financiamento, e que agora na execução é provável que alguns investimentos fiquem aquém no valor global do do investimento, e fiquem aquém da criação de emprego. Há aspectos que naturalmente virão, depois a esta Assembleia Municipal, se forem tomadas decisões. No entanto agora é para tomar nota que esses quatro projetos PIM, apresentam uns mais que outros alguns problemas, no que diz respeito ao cumprimento do respectivo compromisso assumido no respectivo contrato. ----------
Não houve intervenções. ----------

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. ----------

Ponto 20 - Análise do 1º relatório semestral de execução do projeto de investimento Construção de Piscinas e Equipamento de Apoio" classificado como PIM" – Requerente: António & Liliana Rodrigues, Lda., Morada: Av. Faria Morais n.º 1, 5425-315 Vidago - Informação nº91/DSC/2018, do Chefe de Divisão Arq. Rodrigo Moreira de 09.10.2018; ----------
Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não houve intervenções. ----------
A Assembleia Municipal tomou conhecimento. ----------

Ponto 21 - Análise do 2º relatório semestral de execução do projeto de investimento "Construção de Piscinas e Equipamento de Apoio" classificado como PIM" – Requerente: António & Liliana Rodrigues Lda. – Morada: Av. Faria Morais n.1 5425 – Vidago – Informação nº 115/DSC/18, do Chefe de Divisão, Arq. Rodrigo Moreira de 04.12.2018. ----------
Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não houve intervenções. ----------
A Assembleia Municipal tomou conhecimento. ----------

Ponto 22 - Projeto de Interesse Municipal – PIM - contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Beneficiária: Hotel Premium Chaves, Lda. (anteriormente denominada Geatlabour, Lda.). Informação/proposta nº 47/2018. --
Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não houve intervenções. ----------
A Assembleia Municipal tomou conhecimento. ----------

Ponto 23 - Demissão da qualidade de membro da Associação Qualifica / Origin Portugal por iniciativa do Município de Chaves. Informação/proposta nº 93/DSC/2018; ----------
O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a apresentação da proposta. ----------
Temos estado a fazer uma avaliação, relativamente a um conjunto de atividades, mas também de áreas. Já falámos de manhã, que fizemos essa avaliação no que diz respeito ao comprimento ou não, no que respeita à utilização dos pavilhões desportivos e outros equipamentos desportivos, no sentido de haver aí transparência e rigor na respectiva utilização. Mas também estamos a fazer isso no que diz respeito a todas as participações que do Município tem. No caso concreto desta associação Qualifica o Município tinha que pagar todos os anos uma cota na casa dos 2 mil 650 euros, ou um

valor muito aproximado. A avaliação que nós temos feito, quer do ano 2017 quer de anos anteriores, é que não percebemos a utilidade que resulta desta Associação ou seja, se percebermos que efetivamente esta associação tem uma utilidade que nos permita ter acesso a informação relevante, que nos permita que alguns processos de decisão possam ser melhorados, com certeza. Esta associação tinha alguma importância, no que diz respeito ao eventual reconhecimento e qualificação de produtos, mas entendemos que não cumpriu o seu papel. Por isso, teremos que encontrar outro parceiro não tem que ser nesta lógica da associação, pode ser uma lógica de prestação de serviços que nos ajude a novos processos de certificação, que nós queremos dar continuidade, mas entendemos que este não é o parceiro adequado e portanto para evitar mais custos e dado o entendimento que esta associação não acrescenta nada, foi feita uma proposta pela Vereadora da área, no sentido de deixarmos de ser associados. É isto que propomos a esta Assembleia Municipal, que concorde que nós deixemos de ser associados da Qualifica. ----------
Intervenção: ----------

Ana Maria Rodrigues Coelho, do **PSD** – "Só uma nota de esclarecimento, estive implicada também nalgum trabalho com a Qualifica. O Município associou-se à Qualifica aquando do início dos processos de certificação do pastel e do folar de Chaves e, na altura, tiveram um papel muito relevante na construção dos cadernos de especificações e na instrução dos processos. Entretanto esses processos chegaram ao ponto que tinham que chegar, o do Folar ficou pelo caminho, o do Pastel conclui-se e, desde aí, não sei que relacionamento o Município manteve com a Associação, mas efetivamente ela teve mobilidade durante um período de tempo até bastante alargado, e um apoio até bastante próximo. A partir daí presumo que o trabalho abrandou naturalmente, porque os processos já estão concluídos. Portanto só essa nota, relativamente a um trabalho, que vem de trás. ----------
---

O senhor Presidente da Câmara, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. ----------
Sim, essa informação era do nosso conhecimento, que a Associação tinha participado na Certificação DGP do pastel de Chaves. Mas, desde então, o que percebemos é que o contributo e a sua relevância são mínimos. Temos outros desafios como sabem e, portanto, temos que encontrar outros parceiros quando os parceiros que estão, não desenvolvem o trabalho que é importante fazer. Não sabemos se o processo vai ser bem sucedido ou não, mas entendemos que e necessário mudar de parceiro para que possamos enfim iniciar outros processos internamente, embora reconhecendo que teve um papel importante na questão da Certificação EGP do pastel de Chaves. No que respeita ao folar eu não conheço o processo, não sei como foi conduzido, e por que é que não foi aprovado. Deverá, naturalmente, haver razões e como é óbvio, nós faremos essa avaliação e veremos se faz ou não faz sentido retomar o processo. ----------
Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. ----------
---

Ponto 24 - Projeto de Regulamento do Mercado Local de Produtores de Chaves. Informação/proposta nº 117/DSC/2018. ----------
O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a apresentação da proposta. ----------
Existe, neste momento, uma candidatura aprovada e um concurso, para fazer uma intervenção no mercado municipal, de que falei há pouco, aquando da apresentação das Grandes Opções do Plano, que é uma intervenção ao nível do mercado dos

produtores locais, um fecho lateral e melhoria das condições sanitárias e, de alguma arrumação, mas para que isso seja definitivamente aprovado, tínhamos que ter um Regulamento de Produtores Locais. Estranhamente, não existia até hoje, tivemos que fazê-lo e foi feito de forma breve. E este Regulamento, que aqui apresentamos, acolheu naturalmente os ensinamentos de outros regulamentos, porque existem outros mercados que já o utilizam. Com as adaptações necessárias, o Regulamento cumpre as disposições legais, porque há lei habilitante e regras para que serem compridas, e o que está se está a propor, é a aprovação desse Regulamento para que, rapidamente, possamos cumprir esta etapa que nos é exigida, e o projeto seja definitivamente aprovado, para que possamos dar sequência a este procedimento. Sendo certo que se porventura os membros desta Assembleia virem aqui algum aspecto, no próprio clausulado, que mereça alguma alteração, alguma modificação ou algum aperfeiçoamento, naturalmente que sim, esse é o nosso propósito mas, no essencial, é disciplinar o uso daquele espaço pelos produtores locais. ----------
Não houve intervenções. ----------
Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria cinquenta e oito votos a favor e duas abstenções. ----------
---

Ponto 25 - Certidão de Reabilitação para efeitos de isenção de IMI e IMT. Informação nº266/DSCH/18 - Técnico: Artur Lopes Baltazar, Eng.º Civil. ----------
O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, apresentou a proposta. Esta proposta, tem a ver com as intervenções no edificado da área da ARU. Este conjunto de propriétarios, e de investidores, fizeram a requalificação e reabilitação desse edificado, que estava em ruínas e, nalguns casos, estava devoluto. De acordo com o respetivo regulamento de concessão de benificios tributários, o que está a ser aqui proposto é diferentemente uns dos outros, mas básicamente é ao nível do IVA, ao nível do IRC, ao nível do IMI e ao nível do IMT. Globalmente os beneficios tributários que podem acontecer, na prática o que estamos a propor aqui, é que estes investidores, estes cidadãos que fizeram as intervenções, possam usufruir deste benificio tributário, de indole municipal. Portanto, aí está expresso e identificado, o período pelo qual benificiam, bem como a coleta que é reduzida. É isso que está aqui proposto, mas tem que ser tomado, relativamente a cada uma destas propostas uma deliberação de reconhecimento deste direito, para que em consequência, possa ser comunicado à Autoridade Tributária esta decisão, e os respetivos cidadãos possam então, mais tarde, obter estes benificios e reduções de IMI e IMT. ----------
Não houve intervenções. ----------
Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. ----------
---

Ponto 26 - Pedido de certidão para efeitos de isenção de IMI e IMT - Informação nº269/DSCH/18 - Técnico: Artur Lopes Baltazar, Eng.º Civil. ----------
Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não houve intervenções. ----------
Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. ----------
---

Ponto 27 - Pedido de certidão reabilitação urbana - artº45 do EBF, IMI/IMT - Informação nº313/DSCH/18 técnico: Artur Lopes Baltazar, Eng.º Civil. ----------
Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não houve intervenções. ----------
Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. ----------
---

Ponto 28 - Certidão de reabilitação para efeitos de isenção de IMI e IMT – Informação nº382/DSCH/18 – Técnico: Artur Lopes Baltazar, Eng. Civil. ----------
Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não houve intervenções. ----------
Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. ----------
---

Ponto 29 - Certidão de reabilitação para efeitos de isenção de IMI e IMT - Informação nº368/DSCH/18 - Técnico: Artur Lopes Baltazar, Eng.º Civil. ----------
Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não houve intervenções. ----------
Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. ----------
---

Ponto 30 - Colocação de sinalização de trânsito – Processo n.º 688/18 – Junta de Freguesia de São Pedro de Agostém – Rua do Freixo, Vila Nova, Freguesia de São Pedro de Agostém – Informação da Divisão de Projetos e Mobilidade do Sr. Eng.º Bruno Rua datada de 24.09.2018. ----------
O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, apresentou a proposta. Este é um assunto que já veio a esta Assembleia Municipal, em momentos anteriores, e tem a ver com a obrigatoriedade legal das decisões, relativamente à sinalização, ao condicionamento de trânsito, à colocação de sinais, enfim, têm que ser aprovadas por este órgão e não pelo órgão Executivo e, portanto, é o que aqui se propõe nestas várias situações e nestas freguesias, que aqui estão identificadas. Esta informação identifica, qual a questão suscitada, e qual é a proposta que está a ser preconizada, nos casos de colocação de sinal de stop, noutros casos de sinalização, ou de outro tipo de natureza. Por razões de legalidade e de eficácia de validade das decisões, para que a colocação da respetiva sinalização possa ser feita adequadamente, e possa ter valor jurídico, este órgão tem que naturalmente, aprovar todas estas propostas de alteração do sentido de trânsito e de sinalização. ----------
Não houve intervenções. ----------
Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. ----------
---

Ponto 31 - Colocação de lombas redutoras de velocidade – Processo n.º 689/18 – Junta de Freguesia de São Pedro de Agostém – Urbanização Quinta da Rainha, Vila Nova de Veiga, Freguesia de São Pedro de Agostém – Informação da Divisão de Projetos e Mobilidade do Sr. Eng.º Bruno Rua datada de 26.09.2018. ----------
Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não houve intervenções**.** ----------
Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. ----------
---

Ponto 32 - Colocação de sinalização de trânsito – Processo n.º 691/18 – Junta de Freguesia de São Pedro de Agostém – Paradela de Veiga, Freguesia de São Pedro de Agostem - Informação da Divisão de Projetos e Mobilidade do Sr. Eng.º Bruno Rua datada de 26.09.2018. ----------
Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não houve intervenções. ----------
Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. ----------
---

Ponto 33 - Colocação de sinalização de trânsito – Processo n.º 686/18 – Junta de Freguesia de São Pedro de Agostém – Agostém, Freguesia de São Pedro de

Agostém – Informação da Divisão de Projetos e Mobilidade do Sr. Eng.º Bruno Rua datada de 21.09.2018. ----------
Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não houve intervenções. ----------
Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. ----------
---

Ponto 34 - Proposta para a melhoria das condições de segurança na paragem de veículos de transporte coletivo de passageiros, existente na EM-502, em Santo António de Monforte – Informação da Divisão de Projetos e Mobilidade do Sr. Eng.º Guilherme Tomaz datada de 02.10.2018. ----------
Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. ----
Não houve intervenções. ----------
Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. ----------
---

Ponto 35 - Proposta para colocação de sinalização rodoviária – Processo nº 604/18 – Junta de Freguesia de Vale de Anta – Informação da Divisão de Projetos e Mobilidade do Sr. Eng. Guilherme Tomaz datada de 30.10.2018. ----------
Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não houve intervenções. ----------
Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. ----------
---

Ponto 36 - Proposta para colocação de sinalização rodoviária – Processo nº 604/18 – Junta de Freguesia de Vale de Anta – Informação da Divisão de Projetos e Mobilidade do Sr. Eng. Guilherme Tomaz datada de 30.10.2018. ----------
Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não houve intervenções. ----------
Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. ----------
---

Depois de esgotados os assuntos da respetiva Ordem de Trabalhos, o Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrada esta Sessão e agradeceu a forma elevada como decorreu, ficando assim facilitada a condução dos trabalhos, por parte da Mesa. "Obrigado a todos." ----------
Para constar foi lavrada a presente ata, assinada pelos Membros da Mesa e subscrita por mim Maria de Fátima dos Santos Machado Silva, que a redigi e também, assino. -

O Presidente:

O 1º Secretário:

O 2º Secretário:

A funcionária: